



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

FRANCISCA NATÁLIA SAMPAIO PINHEIRO MONTEIRO

**“FALA, PROFESSOR!” UM ESTUDO VARIACIONISTA DOS ATOS DE
COMANDO PROFERIDOS POR PROFESSORES DE FORTALEZA/CE**

FORTALEZA

2010

FRANCISCA NATÁLIA SAMPAIO PINHEIRO MONTEIRO

“FALA, PROFESSOR!” UM ESTUDO VARIACIONISTA DOS ATOS DE
COMANDO PROFERIDOS POR PROFESSORES DE FORTALEZA/CE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Márluce Coan

FORTALEZA

2010

"Lecturis saltem"

Ficha Catalográfica elaborada por
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593
tregina@ufc.br
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

M776f

Monteiro, Francisca Natália Sampaio Pinheiro.

“Fala, professor!” [manuscrito] um estudo variacionista dos atos de comando proferidos por professores de Fortaleza/CE / por Francisca Natália Sampaio Pinheiro Monteiro. – 2010.

118 f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza(CE),13/04/2010.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Márluce Coan.

Inclui bibliografia.

1- LÍNGUA PORTUGUESA – IMPERATIVO.2-LÍNGUA PORTUGUESA – INFINITIVO.
3-LÍNGUA PORTUGUESA – GERÚNDIO.4-LÍNGUA PORTUGUESA – MODALIDADE.
5-LÍNGUA PORTUGUESA – PORTUGUÊS FALADO – FORTALEZA(CE).6- LÍNGUA
PORTUGUESA – ASPECTOS SOCIAIS – FORTALEZA(CE).7- FUNCIONALISMO
(LINGUÍSTICA).I- Coan, Márluce, orientador.II-Universidade Federal do Ceará. Programa de
Pós-Graduação em Linguística.III-Título.

CDD(22ª ed.) 469.56

FRANCISCA NATÁLIA SAMPAIO PINHEIRO MONTEIRO

“FALA, PROFESSOR!” UM ESTUDO VARIACIONISTA DOS ATOS DE COMANDO
PROFERIDOS POR PROFESSORES DE FORTALEZA/CE

Esta Dissertação foi submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Linguística, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca do Centro de Humanidades da referida Universidade.

Dissertação aprovada em 13 de abril de 2009.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Márluce Coan
Universidade Federal do Ceará – UFC
Orientadora

Profa. Dra. Mariléia Silva dos Reis
Universidade Federal de Sergipe – UFS
1ª Examinadora

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira
Universidade Federal do Ceará – UFC
2ª Examinadora

Profa. Dra. Maria Elias Soares
Universidade Federal do Ceará – UFC
Suplente

Aos meus pais, Oton (*in memoriam*) e Fátima,
mestres na arte de educar.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por me ter dado força e saúde para concretizar mais este sonho.

À minha mãe, Fátima, meu refúgio e minha fortaleza, por seu carinho, amor e preocupação constantes, por ser meu exemplo de mulher, forte e determinada.

Ao meu pai, Oton (*in memoriam*), por me ensinar que a família é fundamental em nossas vidas e que nunca devemos abandonar nossas raízes se quisermos seguir adiante com sucesso.

Ao meu irmão, Oton Neto, pelo amor, atenção e brincadeiras nos momentos mais tensos deste caminho e, além disso, pela imensa ajuda nas difíceis transcrições das aulas.

Ao Alysson, meu marido, com quem dividi todos os momentos desta caminhada, pela lealdade, amor e companheirismo. Por compreender minha ausência durante um período tão importante de nossas vidas.

À minha querida orientadora, profa. Dra. Márluce Coan, sempre presente e paciente, por sua orientação tranquila, precisa e eficiente, por compartilhar seu vasto saber.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Linguística, por me auxiliarem e me orientarem de alguma maneira nessa trajetória, em especial, à professora Márcia Teixeira Nogueira, por sua grande contribuição para o aperfeiçoamento deste estudo.

Às bancas de defesa e qualificação, pelas importantes sugestões.

À minha avó, Maria do Carmo, pelo carinho, pela preocupação e pelos almoços nos dias em que me dedicava totalmente aos estudos.

Aos meus tios e tias, em especial tia Lucineide e tia Lucila, pela torcida e pela acolhida.

Às minhas famílias Sampaio e Pinheiro, por todas as manifestações de carinho, apoio e incentivo ao longo desse período em que estive um tanto ausente de nossas reuniões.

À minha nova família Monteiro, meus sogros, cunhados e sobrinhos, por contribuírem de alguma forma para efetivação desse sonho e por compreenderem a ausência (minha e do Alysson) nos almoços familiares do domingo.

Ao Luís Henrique, irmão que escolhi, pelos momentos regados a muitas risadas, desde a 5ª série do Fundamental até o Curso de Letras.

À minha amiga Juliana, primeira pessoa com quem conversei na graduação, a quem devo parte do meu interesse pela pesquisa e o incentivo para enfrentar essa empreitada.

Às amigas, Paula e Vívian, companheiras da graduação. Com elas, compartilhei uma das melhores fases da minha vida. Dividimos momentos alegres, tristes, angustiantes e, principalmente, felizes.

Às amigas, Jeane e Polyanne, pela generosidade em compartilhar o conhecimento, pela troca de experiências e pelos momentos de descontração.

Aos funcionários do PPGL – UFC, Antônia e Eduardo, pela atenção e eficiência nos serviços prestados.

Às escolas e aos professores, que me permitiram gravar suas aulas, possibilitando que o *corpus* desta pesquisa fosse montado.

À equipe da *MaxCopy*, Fábio, Joel, Ronaldo, João, Lorena (...), pela gentileza e atenção desde a graduação.

Ao CNPq, pelo apoio financeiro.

Aos “amigos de sempre” que me apoiaram de alguma forma nessa jornada, com um gesto, um olhar, um carinho, ainda que virtualmente.

Melhor vida é a vida que dura sem medir-se

*Não quero recordar nem conhecer-me.
Somos demais se olhamos em quem somos.*

*Ignorar que vivemos
Cumprir bastante a vida.*

*Tanto quanto vivemos, vive a hora
Em que vivemos, igualmente morta*

*Quando passa conosco,
Que passamos com ela.*

*Se sabê-lo não serve de sabê-lo
(Pois sem poder que vale conhecermos?)*

*Melhor vida é a vida
Que dura sem medir-se.*

(Ricardo Reis)

RESUMO

Esta dissertação apresenta um estudo variacionista dos atos de comando, codificados pelo *imperativo*, pela *perífrase ir + infinitivo*, pelo *infinitivo* e pelo *gerúndio*, na fala de professores de Fortaleza/CE. Para tal análise, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística Variacionista e do Funcionalismo Linguístico. O objetivo geral da pesquisa é investigar fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação das formas de codificação dos atos de comando. Os dados foram submetidos ao tratamento estatístico do programa GOLDVARB. Foram analisados 410 dados, obtidos através de gravações de aulas de 18 professores do Ensino Fundamental e Médio da rede Municipal e Estadual de ensino em Fortaleza. Os professores foram agrupados em três faixas etárias (20 a 30 anos; 35 a 45 anos; + 50 anos) e nas três áreas em que a disciplina ministrada está inserida (Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemáticas e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias). A análise dos dados indica que o fenômeno em estudo é condicionado por fatores linguísticos, menção explícita do manipulado, marcas de polidez e força do comando, e pelo fator extralinguístico faixa etária.

Palavras-Chave: Atos de comando. Imperativo. Modalidade. Sociolinguística. Funcionalismo.

ABSTRACT

This dissertation presents a variationist study of acts of command in Portuguese, codified by the *Imperativo*, by the periphrasis *ir + infinitivo*, by the *infinitivo*, and by the *gerúndio*, in the speech of teachers from the city of Fortaleza, in the Brazilian state of Ceará. In order to conduct the analysis, we adopted the theoretical and metodological presuppositions of Variationist Sociolinguistics and Linguistic Functionalism. The general aim of this study is to investigate linguistic and extralinguistic elements that condition the variation of forms of codification of the acts of command. The data was submitted to statistical treatment on the program GOLDVARB. An analysis of 410 data obtained through the recordings of teaching sessions of 18 Elementary and High School teachers of state and town schools was conducted. These teachers were grouped into three age groups (20 to 30, 30 to 45, +50), and into the three areas in which the subject is inserted (Languages; Codes and Technologies; Natural Sciences; Mathematics and Technologies; Humanities and Technologies). The data analysis indicated that the considered phenomenon might be conditioned by linguistic elements, explicit mention of the manipulated, politeness markers, and force of command, and by the extralinguistic element age group.

Keywords: Acts of command. Imperative. Modality. Sociolinguistics. Functionalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, QUADROS E TABELAS

ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Frequência absoluta das variantes que codificam a função atos de comando	74
Figura 02 - Marcação, segundo os subprincípios distribuição de frequência, complexidade e cognição.....	105

QUADROS

Quadro 01 – Trajetória histórica do imperativo – adaptação de Faraco	24
Quadro 02 – Número de informantes por célula	60
Quadro 03 - Grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos controlados.....	63
Quadro 04 – Variáveis independentes selecionadas pelo programa GOLDVARB, por ordem de significância estatística para o ato de comando codificado pelo imperativo	76
Quadro 05 – Variáveis independentes selecionadas pelo programa GOLDVARB, por ordem de significância estatística para o ato de comando codificado pelo infinitivo	93

TABELAS

Tabela 01 – Distribuição geral das variantes	74
Tabela 02 – Influência do grupo de fatores <i>menção explícita do manipulado</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.....	77
Tabela 03 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de polidez</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio	79
Tabela 04 – Influência do grupo de fatores <i>força do comando</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio	81
Tabela 05 – Influência do grupo de fatores <i>faixa etária</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio	82
Tabela 06 – Influência do grupo de fatores <i>valores do comando</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio	83
Tabela 07 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de futuridade</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio	84

Tabela 08 – Influência do grupo de fatores <i>área em que o professor atua</i> no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.....	86
Tabela 09 – Influência do grupo de fatores <i>menção explícita do manipulado</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.....	88
Tabela 10 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de futuridade</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio	89
Tabela 11 – Influência do grupo de fatores <i>valores do comando</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio	89
Tabela 12 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de polidez</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio	90
Tabela 13 – Influência do grupo de fatores <i>força do comando</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio	91
Tabela 14 – Influência do grupo de fatores <i>faixa etária</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio	91
Tabela 15 – Influência do grupo de fatores <i>área em que o professor atua</i> no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.....	92
Tabela 16 – Influência do grupo de fatores <i>faixa etária</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	93
Tabela 17 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de polidez</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	94
Tabela 18 – Influência do grupo de fatores <i>força do comando</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	95
Tabela 19 – Influência do grupo de fatores <i>menção explícita do manipulado</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	96
Tabela 20 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de futuridade</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	97
Tabela 21 – Influência do grupo de fatores <i>valores do comando</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.....	97
Tabela 22 – Influência do grupo de fatores <i>área em que o professor atua</i> no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio	98
Tabela 23 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de polidez</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	99
Tabela 24 – Influência do grupo de fatores <i>menção explícita do manipulado</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	100

Tabela 25 – Influência do grupo de fatores <i>marcas de futuridade</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	101
Tabela 26 – Influência do grupo de fatores <i>força do comando</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	101
Tabela 27 – Influência do grupo de fatores <i>faixa etária</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	102
Tabela 28 – Influência do grupo de fatores <i>área em que atua o professor</i> no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo	102

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA: atos de comando forma e função	20
Apresentação	20
2.1. A Expressão da Função Ato de Comando no Português	20
2.2. Os Atos de Comando na Expressão do Imperativo: Trabalhos na Perspectiva Variacionista	23
2.3. Os Atos de Comando: Trabalhos na Perspectiva Funcionalista	28
Síntese Conclusiva	30
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	31
Apresentação	31
3.1. A Teoria da Variação e da Mudança Linguística	31
3.2. Funcionalismo Linguístico	38
Síntese Conclusiva	44
4. A CATEGORIA MODALIDADE	45
Apresentação	45
4.1. A Modalidade dentro do Complexo TAM.....	45
4.2. A Modalidade Deôntica.....	50
Síntese Conclusiva	57
5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	58
Apresentação	58
5.1. Caracterização, Constituição e Delimitação do Corpus.....	58
5.2. A Variável Dependente	60
5.2.1 Dados não considerados na análise	61
5.3. Descrição das Variáveis Independentes.....	63
5.3.1. Menção explícita do manipulado.....	63
5.3.2. Marcas de futuridade	65
5.3.3. Valores do comando	66

5.3.4. Marcas de polidez.....	67
5.3.5. Força do comando	68
5.3.6. Faixa etária	69
5.3.7. Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida.....	70
5.4. Análise Estatística	70
Síntese Conclusiva	71

6. VARIAÇÃO DOS ATOS DE COMANDO NO DISCURSO DO PROFESSOR: análise e discussão dos dados..... 73

Apresentação..... 73

6.1. A Amostra

6.2. Imperativo

6.2.1. Menção explícita do manipulado..... 76

6.2.2. Marcas de polidez..... 79

6.2.3. Força do comando

6.2.4. Faixa etária

6.2.5. Valores do comando..... 83

6.2.6. Marcas de futuridade

6.2.7. Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida..... 85

6.3. Perífrase *ir* + infinitivo

6.3.1. Menção explícita do manipulado..... 87

6.3.2. Marcas de futuridade

6.3.3. Valores do comando..... 89

6.3.4. Marcas de polidez..... 90

6.3.5. Força do comando

6.3.6. Faixa etária

6.3.7. Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida..... 92

6.4. Infinitivo

6.4.1. Faixa etária

6.4.2. Marcas de polidez..... 94

6.4.3. Força do comando

6.4.4. Menção explícita do manipulado..... 96

6.4.5. Marcas de futuridade

6.4.6. Valores do comando..... 97

6.4.7. Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida.....	98
6.5. Gerúndio.....	98
6.5.1. Marcas de polidez.....	99
6.5.2. Menção explícita do manipulado.....	100
6.5.3. Marcas de futuridade	100
6.5.4. Força do comando	101
6.5.5. Faixa etária	101
6.5.6. Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida.....	102
6.6. Interpretando os resultados à luz dos pressupostos teóricos.....	103
Síntese Conclusiva	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113

1 INTRODUÇÃO

Sob o aparato teórico-metodológico da Sociolinguística, esta dissertação visa a analisar as formas imperativo, perífrase *ir* + infinitivo, gerúndio e infinitivo, que codificam a função atos de comando. Buscamos estudar a língua em uso para contribuir na descrição e análise linguística da Língua Portuguesa, no exercício das práticas pedagógicas, na análise das relações de poder, na minimização do preconceito linguístico e social.

As formas linguísticas estão em constante variação e mudança: algumas formas coexistem em um determinado contexto de uso, codificando a mesma função. Essas formas, também chamadas de variantes linguísticas, podem travar uma batalha, em que uma vence e a outra pode assumir uma nova função, ou permanecem na disputa durante período de tempo indeterminado, configurando-se como uma variação estável. O uso de uma forma em detrimento de outra é explicado através de condicionamentos que podem ser linguísticos ou não-linguísticos (faixa etária, sexo, classe social, etc.).

A partir desse interesse pela variação que há na língua, buscamos estudar as variações na língua falada. Segundo Tarallo (2005), nessa modalidade, apresentamos menor cuidado com a formalidade da língua, por isso, pesquisadores têm-se dedicado a investigar cada vez mais o Português Brasileiro (doravante PB) falado, observando suas variações em diversas regiões do país, uma vez que os traços linguísticos são de grande importância para a afirmação de uma identidade cultural (LABOV, 2008).

Dentro dessas investigações linguísticas, interessamo-nos pelos estudos envolvendo as categorias verbais (Tempo, Aspecto e Modalidade), detendo-nos, principalmente, sobre a categoria Modalidade¹, numa perspectiva diferente do que difunde a gramática tradicional. Buscamos estudá-la tomando como base autores como Lyons (1977), Palmer (1986), Givón (1984, 1990, 1993, 1995, 2001), Bybee, Perkins & Pagliuca (1994). Dentro da Modalidade, os atos manipulativos para Givón (1993) e/ou atos diretivos para Palmer (1986) e Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), encabeçados pelo modo imperativo, e

¹ Discutida no capítulo 4.

chamados por nós de atos de comando, são o objeto de nossa análise. Também com base em Givón, discutiremos os princípios de Iconicidade e Marcação.

Nosso interesse pelo estudo dos atos manipulativos partiu do uso de comandos codificados pelas formas alternantes do imperativo, variação atestada por trabalhos de viés variacionista e/ou funcionalista: Faraco (1986); Scherre *et al.* (1998, 2000, 2004, 2005²); Reis (2003); Cardoso (2004); e Jesus (2006). A partir desses trabalhos, vimos a necessidade de fazer uma pesquisa que explorasse, além do uso do imperativo, outras formas que codificassem a função que convenciamos chamar de *ato de comando* numa perspectiva variacionista, e correlacionasse esses usos aos pressupostos funcionalistas. Analisamos nosso fenômeno dentro da sala de aula, buscando nossos dados no discurso do professor, considerado pelo senso comum, de maneira geral, como autoritário.

Com o intuito de analisar o uso das formas que codificam a função em estudo, elencamos os objetivos que buscamos alcançar ao longo deste trabalho. Vejamos o objetivo central:

- Analisar as formas que codificam os atos de comando em sala de aula, considerando-se condicionadores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o uso de uma ou outra forma.

Nos objetivos específicos, pautamo-nos nos aspectos funcionais, no sentido de atribuir a origem da variação das formas que compõem nossa variável a condicionadores linguísticos e extralinguísticos:

- Analisar se a menção explícita do manipulado condiciona o uso de alguma forma de comando.
- Investigar se a presença de marcas de futuro (advérbios, locuções adverbiais de tempo) condiciona alguma variante.
- Averiguar se o valor de comando (obrigação e proibição) favorece o uso de alguma forma de ato de comando.

² Este texto foi originalmente publicado em BAGNO, Marcos. (org.) **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002, p. 217-251.

- Examinar se o uso de formas de polidez favorece o uso de alguma variante de ato de comando.
- Averiguar se a força do comando, assinalada por marcas de asseveração³ do comando, condiciona o uso de alguma variante.
- Verificar se a faixa etária do professor é fator condicionador de alguma das variantes de ato de comando.
- Analisar se a área⁴ em que o professor atua condiciona o uso de alguma das formas de comando.

A fim de contemplar os objetivos acima, o *corpus* deste trabalho é constituído da fala de professores do Ensino Fundamental e Médio do Ensino Público de Fortaleza, escolhidos de acordo com três faixas etárias: 20-30 anos; 35-45 anos; e mais de 50 anos. Escolhemos professores representantes de cada área do conhecimento, de acordo com a divisão feita pelos PCN's.

No capítulo 2, *Contextualização do tema*, apresentamos um panorama acerca de modo e modalidade, conforme preceituam as gramáticas (ALI (1971); LUFT (1989); CUNHA & CINTRA (2001)), assim como trabalhos desenvolvidos no âmbito da sociolinguística variacionista e/ou do funcionalismo, que abordaram o fenômeno de interesse desta pesquisa.

O capítulo 3, *Fundamentação Teórica*, contempla o quadro teórico em que se insere nosso trabalho: a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo Lingüístico.

No capítulo 4, *A Modalidade*, descrevemos a categoria localizada nesta pesquisa, com base nos seguintes autores: Lyons (1977); Palmer (1986); Givón (1993, 1995); Bybee, Perkins & Pagliuca (1994).

³ Tomamos como marcas de asseveração: o uso de advérbios; e a repetição de meios linguísticos que expressem a modalidade deôntica, conforme capítulo 4. Essas marcas irão intensificar a força do comando quando presentes na sentença.

⁴ Referimo-nos às áreas em que são divididas as disciplinas do Ensino Fundamental e Médio, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs): Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Arte e Informática); Ciências da Natureza, Matemáticas e suas Tecnologias (Matemática, Física, Biologia e Química); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Sociologia e Filosofia).

No capítulo 5, *Procedimentos Metodológicos*, descrevemos a metodologia da nossa pesquisa: apresentamos a composição do nosso *corpus*, da variável linguística e dos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos.

No capítulo 6, *Variação dos atos de comando no discurso do professor: análise e discussão dos dados*, descrevemos as formas que codificam a função que estudamos, o ato de comando, bem como os resultados estatísticos obtidos pela utilização do programa GOLDVARB (2001). A partir das rodadas do programa estatístico, interpretamos os resultados, confrontando-os com as hipóteses levantadas. Ao final, nas *considerações finais*, apresentamos os resultados gerais da pesquisa.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA: atos de comando – forma e função

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, faremos uma exposição do que gramáticas normativas apresentam para a função que convencionamos chamar atos de comando, e, em seguida, exporemos o que os trabalhos científicos trouxeram de contribuição para o tema, a fim de justificar a escolha de nosso tema, bem como de nosso *corpus* de pesquisa.

2.1 A Expressão da Função Ato de Comando no Português

As gramáticas tradicionais abordam o modo verbal imperativo como sendo a principal forma, em português, de se expressar a atitude de ordem na escrita e na fala. Entendamos que modo gramatical se refere a uma avaliação implícita do falante a respeito da natureza da comunicação que faz. O modo é uma categoria que se manifesta através de um morfema flexional propriamente verbal. Nossos gramáticos costumam dividir essa categoria em três: i) indicativo: modo da certeza; ii) subjuntivo: modo da dúvida; iii) imperativo: modo da ordem.

No entanto, é necessário perceber que as noções semânticas postuladas acima extrapolam essas formas marcadas por morfemas, não havendo, muitas vezes, correspondência entre o modo e o valor que é prescrito pela Gramática Tradicional (doravante

GT). Enquanto o modo é marcado apenas pelas desinências verbais, a modalidade⁵ está atrelada à noção semântica dos verbos, mas não só dos verbos, como também de toda a proposição (DUARTE & LIMA, 2003).

O modo imperativo, na maior parte das Gramáticas Tradicionais do século XX, está conectado, *a priori*, à noção de comando, de ordem. As GTs oferecem duas formas para o imperativo, apresentando-o como um modo derivado de outros: o afirmativo, correspondendo ao presente do subjuntivo, com restrição às segundas pessoas (provenientes do indicativo, com supressão do –s ao final) e o negativo, correspondendo totalmente ao presente do subjuntivo. No entanto, é possível observar que os gramáticos trazem mais significados para o imperativo (Exemplo: desejo, súplica) e novas formas para a função ato de comando (Exemplo: futuro do presente, infinitivo). O mais relevante para nosso estudo é averiguar que o imperativo aparece como uma das formas que codificam o ato de comando. Pereira (1924, p. 492), por exemplo, define o modo imperativo como o modo da necessidade, que exprime a ordem e o comando, ou o desejo e a súplica. É atribuída ao tom de voz a distinção entre essas funções citadas, chamadas pelo autor de sentimentos. O autor destaca a forma do subjuntivo que substitui a segunda pessoa do imperativo com a função de atenuar o comando:

Frequentemente emprega o portuguez o presente do subjunctivo pelo imperativo, e isto não só para supprir a 1^a e a 2^a pess., que lhe faltam, mais ainda para abrandar a força imperiosa deste modo, tornando-se dest'arte o presente do subjunctivo, a miudo, um *imperativo brando*, em todas as pesoas gramaticais, p. ex: *Faze isto agora / Faça eu isto, faças tu, faça elle ou você, façamos nós, façaes vós, façam elles.* (PEREIRA; 1924, p. 493)

Também em Ali (1964), o imperativo denota, além de ordem, as funções descritas acima, não descartando a possibilidade de outras formas servirem para o mesmo propósito, dar um comando. Já Almeida (1983, p 227) e Luft (1976) mostram formas que podem assumir a função de ATC, tais como o presente do indicativo (1), o infinitivo (2) e o futuro do presente do indicativo (3):

(1) *Levas estas cartas e trazes estampilhas.*⁶

⁵ Considerações mais específicas sobre Modalidade e o complexo TAM serão apresentadas no capítulo 4.

⁶ Exemplos retirados de Almeida (1983).

(2) À direita, *volver!*

(3) Não *matarás*.

Cunha & Cintra (2001, p. 479) apresentam como “substitutos do imperativo” formas como as já citadas pelos autores acima e outras ainda não aludidas, como: frases nominais (4), o imperfeito do subjuntivo (5), o gerúndio (6), a perífrase formada por ir (no imperativo) e o verbo principal (no infinitivo) (7) e frases de entoação interrogativa (8):

(4) Fogo!

(5) Se você se calasse!

(6) Andando!

(7) Não vá se afogar, moço.

(8) Quer levantar-se?⁷

Bechara (2006) define o imperativo como sendo um ato que o falante exige do seu agente. Acrescenta a isso apenas duas formas que podem expressar a mesma função descrita para o imperativo: o infinitivo nas ordens instantes (9) e o imperativo do verbo *querer* seguido de infinitivo (10) com o objetivo de abrandar a ordem:

(9) Todos se chegavam para o ferir, sem que a D. Álvaro se ouvisse outras palavras, senão estas: *Fartar*, rapazes.

(10) Queira aceitar meus cumprimentos.

Perini (1996) apresenta uma definição semântica para o modo imperativo como sendo a atitude do falante frente àquilo que está dizendo, noção muito próxima de força ilocucionária. Segundo o autor, o imperativo está associado à noção de ordem e pedido, mas ressalta que não é apenas o imperativo que tem essa função.

Para Câmara Jr. (1994), o imperativo não passa do subjuntivo sem o conectivo de subordinação sintática. Isso justificaria, segundo o autor, a semelhança formal que há com o modo subjuntivo, salvo a segunda pessoa do singular e do plural.

As variações atestadas por gramáticos no que tange à função de comando e do uso do modo imperativo instigaram várias pesquisas desenvolvidas no âmbito da Sociolinguística

⁷ Exemplos retirados de Cunha & Cintra (2001).

e do Funcionalismo. Seleccionamos as que, de certa forma, se relacionam com o presente trabalho, conforme as seções subsequentes.

2.2 Os Atos de Comando na Expressão do Imperativo: Trabalhos na Perspectiva Variacionista

Como nosso interesse pelo estudo dos atos manipulativos partiu do uso de comandos codificados pelas formas alternantes do imperativo, faremos uma breve exposição de trabalhos com esse tema que apresentam um viés variacionista e/ou funcionalista: Faraco (1982; 1986); Scherre *et al.* (1998, 2000, 2004, 2005); Reis (2003); Cardoso (2004); e Jesus (2006). Esses estudos mostram-nos uma dimensão estrutural, social, geográfica e histórica do fenômeno.

Faraco (1986), pioneiro nesta linha de estudo por analisar a forma *Não canta* como expressão do imperativo, desenvolve sua pesquisa motivado por esses usos do imperativo no Português Brasileiro que não correspondiam ao que é postulado pela tradição gramatical⁸. O autor faz uma análise crítica dos estudos já realizados nesse campo, demonstrando que não há um consenso entre os estudiosos, que muitas vezes tratam a questão como algo insolúvel, apresentando as formas *Canta / Não Canta* de (11) ***Canta*** *essa música agora!* e (12) ***Não canta*** *essa música agora!*⁹ ora como sentenças indicativas e não imperativas, ora como sentenças imperativas e, por vezes, a forma *não canta* de (12), como erro gramatical. Além disso, são levantados problemas para uma abordagem gramatical do imperativo: a forma *canta* do exemplo (11) corresponde morfológicamente à segunda pessoa do imperativo, associada, portanto, ao pronome *tu* que é pouco utilizado no português brasileiro. É o pronome *você* o de amplo emprego no Brasil, associado às formas de terceira pessoa, *cante você*, como nos exemplos (13) ***cante*** *essa música agora!* e (14) ***não cante*** *essa*

⁸ Segundo a tradição gramatical, o imperativo é formado da seguinte maneira: o imperativo afirmativo e o imperativo negativo têm suas formas oriundas do presente do subjuntivo, com exceção da segunda pessoa do singular e plural do imperativo afirmativo, que é oriunda do presente do indicativo sem o -s (*canta tu, cante você, cantemos nós, cantai vós, cantem vocês, não cantes tu, não cante você, não cantemos nós, não canteis vós, não cantem vocês*). (CUNHA & CINTRA, 2001) No entanto, há formas que não aparecem no PB.

⁹ Exemplos retirados do autor (1986, p. 03)

*música agora!*¹⁰. O outro problema apontado faz referência à forma *não canta* do exemplo (12), já que a negativa padrão do imperativo é oriunda do modo subjuntivo, *não cante*, forma comum no português europeu.

Faraco faz ainda um passeio histórico pelas construções imperativas, desde a Idade Média, evidenciando que as mudanças que ocorrem na língua são condicionadas por fatores sociais e salientando a importância de considerar a semântica e a pragmática na análise do fenômeno. Segundo o autor, as formas *canta/não canta* de (11) e (12) representam a sobrevivência da forma verbal de segunda pessoa do singular do imperativo, paralela à forma básica proveniente do subjuntivo. Em suma, essas formas não derivam do indicativo, pois apresentam características de uma sentença imperativa antiga. O quadro abaixo explana a trajetória histórica do imperativo (FARACO, 1982, p. 210):

Quadro 01 - Trajetória histórica do imperativo – adaptação de Faraco (1982, p. 210).

SEGUNDA PESSOA DO SINGULAR				
			FORMAL	
			INFORMAL	
PORTUGUÊS ANTIGO		+	Canta!	Cantai!
		-	Não cantes!	Não canteis!
PORTUGUÊS MODERNO	PORTUGAL	+	Canta!	Cante!
		-	Não cantes!	Não cante!
	BRASIL	+	(Canta!) Cante!	
		-	(Não canta!) Não cante!	

Quando o falante escolhe uma ou outra forma, não quer dizer que está trocando o pronome que usa, já que o *você* é o mais usado no português brasileiro. A opção é entre as formas marcadas e outras não marcadas. Portanto, *canta*, forma associada ao pronome *tu*, ao invés de desaparecer, resiste como uma forma marcada de reforço da força ilocucionária¹¹ de atos específicos, oriunda do português arcaico, já que preserva a mesma vogal temática. Já o uso da forma *não canta* se explicaria pela difusão desta forma a usos gerais.

Os estudos de Scherre *et al.* são de grande importância para o tema, influenciando pesquisas que se desenvolveram posteriormente, como as de Cardoso (2004) e Jesus (2006). A autora desenvolve seu trabalho com dados do PB escrito e falado em diversas regiões do Brasil, com o intuito de descrever um panorama do uso variável do imperativo associado à

¹⁰ Exemplos retirados do autor (1986, p. 02)

¹¹ Segundo Austin (1965, p. 105), “o ato ilocucionário é um ato convencional: um ato feito em conformidade com uma convenção.” São citados como exemplos de força ilocucional ações, como, “informar, ordenar, avisar, comprometer-se, etc., enunciados que têm uma certa força (convencional).” (p. 109)

forma indicativa e à forma subjuntiva. Vejamos o que Scherre (2005), a partir de resultados conseguidos em estudos anteriores, revela-nos quanto à variação do imperativo nas regiões do Brasil: (a) na região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em que, em grande parte, utilizam-se os pronomes *você* ou *tu* sem concordância, o uso do imperativo associado à forma indicativa ocorre em quase 90% dos casos analisados; (b) na região Nordeste, representada por João Pessoa e Salvador, apenas 30% das estruturas imperativas estudadas estão na forma associada ao indicativo. No que tange aos aspectos sociais, idade e classe social, a autora (op. cit.) apresenta, também a partir de estudos realizados, que: (a) quanto maior a faixa etária, maior o uso do imperativo associado à forma subjuntiva; (b) as classes sociais menos favorecidas (representadas pelo Nordeste brasileiro) também tendem ao uso do imperativo na forma subjuntiva.

Em outros trabalhos, Scherre *et al.* (1998, 2000 e 2004) apresentam-nos os grupos de fatores linguísticos que mais influenciam no uso de uma ou outra forma do imperativo. Estes fatores são posteriormente testados em outros trabalhos, servindo-nos, também, como parâmetro para nossa pesquisa, uma vez que usamos alguns grupos semelhantes aos destas pesquisas. São grupos de fatores¹² analisados no contexto de uso do pronome *você*, que favorecem o uso do imperativo na forma indicativa: (a) polaridade da estrutura: estruturas afirmativas¹³; (b) efeito do paralelismo fônico (natureza [+ ou – aberta] da vogal imediatamente precedente na forma verbal conjugada nos verbos regulares da primeira conjugação): vogal precedente mais aberta em verbos regulares da primeira conjugação¹⁴; (c) número singular ou plural da pessoa do discurso: a pessoa no singular¹⁵; (d) número de sílabas do verbo na forma infinitiva: verbos monossílabos e dissílabos¹⁶; (e) presença / ausência e tipo de clítico: o pronome *me* antes do verbo e a ausência de pronome átono¹⁷.

Na pesquisa de Cardoso (2004), há uma análise voltada para o uso variável do imperativo, associado à forma indicativa, no contexto de uso do pronome “tu” (ex.: (13) *Deixa eu ver – disse ele procurando-me na sombra*), e associado à forma subjuntiva, no

¹² Decidimos não especificar os fatores trabalhados por cada grupo controlado por Scherre, apenas aqueles que foram de maior relevância para a pesquisa em um contexto de uso do imperativo com o pronome *você*, o que facilita o entendimento dos grupos de fatores analisados pelos demais autores comentados aqui.

¹³ Exemplo: *Faz* o gol!

¹⁴ Exemplos: *espera, fala, olha*

¹⁵ Exemplos: *Passa* o braço na frente.

¹⁶ Exemplos: *dá, vê, fala, vira*.

¹⁷ Exemplos: Não me *empurra!* / *Escreve* aí.

contexto de uso do pronome “você” (ex.: (14) *Deixe eu ver os anzóis*), em nove romances de José J. Veiga. Foram coletadas 765 ocorrências, dentre as quais há 24% de uso do imperativo associado à forma indicativa, mostrando uma possível mudança nesses usos a partir do ano de publicação das obras, acreditando-se que esse fator seja um reflexo da língua falada em tais épocas, no entanto, o fator ano de publicação não se mostrou relevante estatisticamente. Dentre os grupos de fatores controlados pela autora, os que foram considerados estatisticamente relevantes são: (a) paralelismo discursivo; (b) polaridade da estrutura; (c) presença/ausência e posição de clíticos; (d) aspectos morfológicos dos verbos; (e) posição do verbo na sentença; e (f) faixa etária.

Jesus (2006) analisa dados retirados de 40 capítulos da novela *Senhora do Destino*, transmitida pela Rede Globo de televisão, e dos *corpora* dos projetos NELF (Núcleo de Estudos Linguísticos da Fala e da Escrita) e NURC (Norma Urbana Culta) de Recife, desenvolvidos pela Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa investiga a regra variável imperativo, também associado às formas indicativa e subjuntiva, fazendo um importante estudo sobre identidade social caracterizada por traços linguísticos. Isso é feito quando se analisa o uso do imperativo em Recife e na fala de personagens pernambucanos na referida novela televisiva, buscando evidenciar se o autor representou tais personagens como próprios da região Nordeste, do Estado de Pernambuco, através das marcas linguísticas do uso do imperativo. A pesquisa mostrou que há uma predominância do uso do imperativo associado à forma subjuntiva em falantes com menor escolarização e não escolarizados. A mesma conclusão decorre da análise da fala da personagem principal da novela estudada, afirmando que esta foi realmente criada para representar a camada pobre de Pernambuco. Foram considerados relevantes para a pesquisa, na novela *Senhora do Destino*, os seguintes grupos de fatores: (a) personagens; (b) polaridade da estrutura; (c) tipo de pronome no contexto discursivo; (d) paralelismo discursivo; (e) tipo de verbo; (f) ausência / presença, localização e pessoa do pronome. Já com relação aos dados da fala de Recife, foram considerados relevantes os fatores tipo de verbo e paralelismo discursivo.

As pesquisas apresentadas acima, sob o aparato da Sociolinguística, tratam da variação entre a forma indicativa e a forma subjuntiva do imperativo. O trabalho de Reis (2003), para além dessa proposta, explora os atos de fala manipulativos (GIVÓN, 2003). Embora a autora construa sua regra variável também com o imperativo associado à forma

indicativa ((15) *Bota* elas já, já aonde tu tirou.) e à forma subjuntiva ((16) *Vamos, ande depressa.*). A pesquisa utiliza como *corpus* o documento romanesco *Vinhas da Ira* de John Steinbeck, versão em português de 1940, que se mostrou extremamente próximo da fala, apresentando formações fora da norma padrão. Tal escolha possibilitou à autora fazer uma pesquisa da variação do imperativo em contextos comunicativos, que revelavam uma situação de simetria ou assimetria entre os personagens, ou seja, entre manipulador e manipulado. Para tal análise, a autora teve como embasamento teórico a proposta de Givón (1993) sobre contrato comunicativo¹⁸, que rege a interação entre falantes e ouvintes. Foram analisadas 830 ocorrências, 750 sentenças afirmativas e 80 negativas. Em relação às primeiras, houve uma porcentagem de 71% associada à forma indicativa e em relação a segunda, houve 54% correspondendo às formas verbais também indicativas. Entretanto, o que a autora considera inovador nos resultados da pesquisa é evidenciar que tais percentuais (71% dos dados na variante indicativa e 29% na subjuntiva, no imperativo afirmativo) se mostraram insuficientes para descrever o uso variável do imperativo no contexto em estudo, o que justifica a proposta da pesquisa: evidenciar a existência de uma correlação escalar entre os dispositivos enfraquecedores/fortalecedores da força manipulativa constituinte dos atos de fala de comando e o uso das variantes indicativa e subjuntiva. No estudo, a variação de ambas as formas se dá, especificamente, a partir do maior (ou menor) grau de relevância atribuídos à variável independente simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados, numa abordagem estilística da variação linguística. Reis considerou como relevantes os seguintes grupos de fatores: (a) natureza do pronome de 2ª pessoa empregado pelo manipulador; (b) ausência/presença de marcas de polidez; (c) menção explícita do manipulado; (d) definitude do manipulado em relação à pessoa que fala; (e) natureza proibitiva do comando; (f) complexidade da forma verbal imperativa; (g) dinamismo da situação; (h) previsibilidade da ‘mudança-de-estado-de-coisas’; (i) estatuto verbal de imperativo; (j) natureza da simetria/assimetria das relações sociopessoais entre manipuladores e manipulados.¹⁹

¹⁸ Segundo Givón (1993, p. 264), o contrato comunicativo é o que governa a relação entre falante e ouvinte, que será explicado no capítulo 4.

¹⁹ Optamos por não especificar os fatores trabalhados por cada grupo controlado por Reis, uma vez que demandaria uma longa discussão sobre a metodologia adotada pela autora, passando pelos critérios escolhidos para determinar os fatores e o processo de amalgamação (junção de fatores) nas rodadas estatísticas. Procedemos da mesma maneira ao citar outros trabalhos.

2.3 Os Atos de Comando: Trabalhos na Perspectiva Funcionalista

Além das pesquisas sobre o imperativo desenvolvidas em perspectiva variacionista, é importante considerar os trabalhos de orientação funcionalista que se constituem de grande relevância para nossa pesquisa, já que apresentam um estudo detalhado da modalidade deôntica, em que está inserido nosso fenômeno de estudo. Menezes (2006), Pessoa (2007) e Lopes (2009) apresentam-nos mapeamento e discussão dos marcadores desse tipo de modalidade, dentre eles, os atos diretivos. Cada um dos trabalhos analisa o fenômeno dentro de discursos distintos e embasa-se nas teorias de: Lyons (1977), Palmer (1986), Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) para analisar a categoria Modalidade.

Menezes (2006) analisou as expressões linguísticas que marcam a modalidade deôntica no discurso político proferido no primeiro semestre de 2003, por Deputados Federais no plenário da Câmara, sendo o *corpus* constituído por 44 discursos. Dentre os meios linguísticos analisados na pesquisa, os mais recorrentes foram os verbos auxiliares modais (dever, poder, precisar, ter que/de), havendo uma predominância do verbo *dever*²⁰. Com relação aos valores deônticos²¹, a obrigação foi a mais usada pelos falantes.

O trabalho de Pessoa (2007) apresenta um estudo dos meios linguísticos usados para expressar a modalidade deôntica no discurso publicitário, com o intuito de analisar de que forma esses meios linguísticos influenciam no processo de argumentação da construção desse tipo de discurso. O *corpus* da pesquisa é composto por 144 anúncios publicitários. Dentre as formas linguísticas encontradas, há, também, o predomínio dos verbos modais. Foi verificado o uso de verbos plenos no imperativo, no entanto, a maioria não com o valor de

²⁰ Exemplo: Assim sendo, salvo melhor juízo, duas vertentes de análise **devem** ser observadas. (MENEZES, p. 85)

²¹ A modalidade deôntica é associada a três valores: obrigação, permissão e proibição (LYONS, p. 832). Ver capítulo 4.

obrigação, mas sim de permissão²². Nos trabalhos de Pessoa e Menezes, a manifestação da modalidade deôntica restringiu-se ao nível da proposição²³.

A pesquisa de Lopes (2009) adota a classificação de modalidade proposta por Bybee et al (1994), no que diz respeito à distinção entre modalidade orientada para o falante (MOF)²⁴ e modalidade orientada para o agente (MOA), não excluindo em sua análise os atos diretivos. O estudo tem o objetivo de analisar os meios linguísticos que expressam estes tipos de modalidade no discurso de professores e alunos no contexto da sala de aula de inglês como língua estrangeira em três escolas do Ensino Público de Fortaleza. Diferentemente dos outros trabalhos, essa pesquisa observou que a forma linguística que mais apareceu expressando a modalidade deôntica foi o verbo pleno, com 77,3% das ocorrências. Dentre os modos desses verbos, o imperativo²⁵ foi o que mais ocorreu. O grande uso dessa forma deve-se ao discurso interativo, em que, na maioria das vezes, aparece, na fala do professor, a orientação para a conduta do aluno. Além do imperativo, Lopes apresenta a forma *ir* + infinitivo correspondendo a um ato diretivo, classificando como MOF, como em (p. 122): (17) A3: A língua está dando três nós. P: **Vamos desmanchar!** Vamos lá!. Segundo a autora, a estrutura *Vamos desmanchar* instaura uma obrigação e pode ser substituída por um imperativo ((18)**Desmanchemos** os nós!). São, segundo Bybee et al (1994), formas exortativas, em que o falante encoraja alguém a fazer algo.

Diante disso, vimos a necessidade de fazer uma pesquisa que explorasse, além do uso do imperativo, outras formas que codificassem a função ato de comando numa perspectiva variacionista, em uma amostra de língua (fala de professores) em que esse fenômeno ainda não tivesse sido explorado sociolinguisticamente. Buscamos, também,

²² Exemplo: **Deixe** a criança criar com os lápis de cera Pelikan. Ela pode usar o lápis ou a estaca. Mas é ela mesma quem deve escolher. Porque a criança sabe muito bem qual é o material que melhor expressa suas emoções. (PESSOA, 2007, p. 112)

²³ Para estabelecer esse nível de análise, Menezes (2006) e Pessoa (2007) tomaram como teoria a Gramática Funcional de Dik (1997, apud PESSOA, p. 27), que estuda a estrutura frasal em camadas:

Função	Nível	Unidade estrutural	Referência
Interpessoal	4	Cláusula	Ato de Fala
	3	Proposição	Fato possível
Representacional	2	Predicação	Estado-de-coisas
	1	Predicado	Propriedade/relação

²⁴ A modalidade orientada para o falante engloba os atos diretivos de comando. Ver capítulo 4.

²⁵ Exemplo: A5: É p'ra nota?

P: É. É p'ra entregar. Então **façam** com bastante calma. (LOPES, 2009, p. 121)

analisar variáveis ainda não exploradas pelos referidos estudos, como a área²⁶ em que o professor atua. Esperamos que, ao final de nossa pesquisa, possamos contribuir com a descrição sociolinguística e funcional do fenômeno em estudo e com a análise do Português Brasileiro. Com a análise sociolinguística, apresentamos uma descrição dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos que favorecem o uso das formas em variação. Com a análise funcional, justificamos os resultados a luz dos princípios funcionalistas de marcação²⁷ e iconicidade²⁸.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo, foi exposto um panorama do que as gramáticas apresentam para a função atos de comando. Verificamos que o modo imperativo é a forma mais associada a tal função. No entanto, além dessa forma, os gramáticos indicam-nos que tanto podemos atribuir outras funções para o imperativo, como o comando pode ser expresso por outras formas, tais como o gerúndio, o futuro do presente, o presente do indicativo, dentre outras formas.

Além da exposição da função e das formas nas gramáticas, tecemos um breve resumo dos trabalhos que analisaram o uso variável do modo imperativo, associado à forma indicativa e à forma subjuntiva, ponto de partida de nossa pesquisa. Em Faraco (1986), Scherre *et al.* (1998, 2000, 2004, 2005), Cardoso (2004), Jesus (2006), foram observadas as formas no imperativo, considerando suas várias funções. Apenas o trabalho de Reis (2003) apresentou o estudo dessa forma associado à função de ato manipulativo. Os referidos trabalhos motivaram-nos a explorar a função de ato de comando codificada pelas formas do imperativo, do *ir* + infinitivo, do *é para* + infinitivo e do gerúndio no Português oral culto de Fortaleza.

²⁶ Como analisamos dados de fala de professores do Ensino Fundamental e Médio de Fortaleza, optamos por considerar as áreas de ensino que os Parâmetros Curriculares Nacionais adotam: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Arte e Informática); Ciências da Natureza, Matemáticas e suas Tecnologias (Matemática, Física, Biologia e Química); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Sociologia e Filosofia).

²⁷ Segundo o princípio da marcação (GIVÓN, 1990): a estrutura marcada tende a ser mais complexa, a não-marcada, mais simples.

²⁸ De acordo com o princípio de iconicidade em sua definição básica, há uma correlação de um-para-um entre forma e função, no entanto, Givón (1991) apresenta que a iconicidade do código linguístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas, tanto na forma, como na função, ou seja, pode existir para o código uma correlação entre uma forma e várias funções; para a mensagem, a correlação entre várias formas e uma função.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, apresentamos as teorias que embasam nosso trabalho: a Sociolinguística, que descreve e explica a língua a partir de condicionadores linguísticos e sociais, e o Funcionalismo Linguístico, que postula que a língua, instrumento de interação, sofre pressões oriundas de situações reais de comunicação.

3.1 A Teoria da Variação e da Mudança Linguística

Na concepção saussureana (SAUSSURE, [1916] 2002), a língua é tida como “parte social da linguagem”, termo que se refere ao acesso que todos os indivíduos têm ao sistema. Definida como de natureza homogênea, a língua é estudada dentro de um recorte sincrônico, numa abstração, do que resulta a separação entre o que é diacronia e sincronia. A diacronia, por outro lado, pode ser associada à variação sofrida pela fala. Enquanto é variação somente na fala, não interessa às pesquisas linguísticas estruturalistas, apenas quando essa variação passa a ser pontual no sistema (op. cit.). Portanto, diacronia e sincronia deveriam ser estudadas separadamente segundo o teórico. Admite-se a impossibilidade de trabalhar a variação, tampouco a mudança linguística.

Ligados ou não à visão de Saussure, outros lingüistas do século XX estudam a língua diretamente relacionada à sociedade. São eles: Antônio Meillet, Mikhail Baktin,

Marcel Cohen, Émile Benveniste e Roman Jakobson (ALKMIM, 2001). De maneira geral, tais autores fazem pesquisas, mostrando aspectos relacionados ao fato de a língua ser um produto social, não na perspectiva de Saussure, mas já na consideração de fatos extralinguísticos, sociais, como influenciadores do uso das formas linguísticas.

Estruturalista, Martinet admite a necessidade de considerar-se a variação nas análises linguísticas. O autor não separa a história das línguas da história cultural e da sociedade. Segundo Martinet, “a língua é um instrumento de comunicação coerente do qual a experiência humana se utiliza, de maneira diferente em cada comunidade, com unidades dotadas de conteúdo semântico e de uma expressão fônica”. (1968, [1960] p. 28).

Por volta de 1930, Bakhtin também dá um importante salto para a aproximação da linguística ao fato social. O autor trabalha com a noção de comunicação, destacando que a língua deve ser estudada dentro da realidade da interação verbal. Na mesma perspectiva, Jakobson critica a noção de homogeneidade da língua postulada por Saussure. Jakobson defende que o falante compreende e usa livremente a variedade que compõe a língua, dando privilégio ao contrato comunicativo e aos aspectos funcionais da língua. (ALKMIM, 2001)

Alkmim destaca, ainda, os trabalhos de Benveniste, lingüista francês que, no início da década se sessenta, expõe importantes trabalhos abordando a relação entre língua e sociedade. Segundo o autor, a língua traduz e descreve uma sociedade, e não é possível haver língua sem a sociedade, nem sociedade sem a língua, já que elas se determinam. Embora todos tenham trabalhado com a noção de língua como instrumento de comunicação, é necessário atentar para o fato de que seu sentido é muito mais amplo do que o que foi citado até então: “a língua é a ferramenta e ao mesmo tempo o resultado, ela é o processo e o produto, não pronta, mas criada enquanto a vamos usando”. (REIS, 2003, p.63)

O termo Sociolinguística é fixado como subárea da Linguística na década de 60 em um congresso organizado por William Bright, na Universidade da Califórnia em Los Angeles. O tratamento da língua como sistema heterogêneo, porém sistematizado, é enfatizado. Participam estudiosos, que mais tarde consagram-se como pesquisadores dessa área, como Jonh Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Weinreich e Herzog. Para Bright, a Sociolinguística tem como objeto de estudo a diversidade linguística. (ALKMIM, 2001)

Os principais representantes da Sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968])²⁹ entram em confronto ideológico com as ideias da tradição linguística, principalmente no que tange aos estudos históricos, variação e mudança. Combatem a concepção saussureana de que as mudanças na língua não podiam ser explicadas através da história, ou seja, de que as mudanças do presente e do passado deveriam ser estudadas separadamente. A segunda barreira ideológica consiste na mudança sonora que não podia ser observada diretamente, sendo qualquer caso existente de mudança considerado apenas, para Bloomfield, como caso de empréstimo linguístico. Para Hockett, a mudança sonora era lenta demais para ser observada, e a estrutural, rápida demais. E a mais importante das críticas feitas à tradição linguística era a de que a variação era livre, não podendo ser condicionada.

A partir das restrições elencadas acima, Weinreich, Labov e Herzog desenvolvem suas pesquisas no intuito de propor novos rumos ao estudo da história das línguas. Os autores, a partir das críticas que faz aos tradicionais linguistas, como os já citados e outros como Hermann Paul³⁰, elaboram uma teoria sobre variação e mudança através de suas pesquisas *a priori* na área de morfofonologia.

Para Labov (2008 [1972])³¹, é indispensável investigar a língua dentro do contexto social, a partir de uma boa amostra de fala, diferentemente de como sugere o neogramático, que verifica a variação apenas em idioleto, separando o individual e o social, atribuindo à variação fonética apenas fatores psicofisiológicos. De acordo com Labov:

Existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem que ser encontrada na fala – a língua tal como usada na língua diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos.

(LABOV, 2008, p. 13)

²⁹ Serviu-nos de embasamento teórico a edição brasileira: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno; revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

³⁰ Hermann Paul, autor de *Prinzipien der Sprachgeschichte* (1880), é considerado a grande referência do pensamento dos neogramáticos sobre mudança linguística. No livro *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, os autores Weinreich, Labov e Herzog fazem críticas às teorizações do estudioso, principalmente ao objeto de investigação linguística: o idioleto (a língua do indivíduo).

³¹ Serviu-nos de embasamento teórico a edição brasileira: LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

A Sociolinguística toma a língua como variável e essa variação necessita ser estudada e sistematizada. Labov discorda do tratamento homogêneo dado à língua por Saussure, Chomsky e outros estruturalistas. É preciso entender que a variação está intrinsecamente condicionada por fatores internos ao sistema (condicionadores linguísticos) e externos à língua (condicionadores extralinguísticos), de forma sistêmica, não ocorrendo de maneira aleatória. As análises devem abranger estudos sincrônicos (variação de uma forma linguística em um determinado momento) e estudos diacrônicos (mudança avaliada através da análise de vários momentos sincrônicos). Assim, a Sociolinguística, assim como outras vertentes da linguística, adota um estudo pancrônico, descartado por Saussure. Nesse estudo, “todo fato linguístico deve ser considerado no sistema de que é parte, e na sua história, que é a história do próprio sistema” (PAGLIARO, 1930, apud CAMARA, 1980, p. 45).

A partir de estudos de natureza fonológica, surge a teoria sociolinguística. As pesquisas nesse nível da linguística são bastante comuns no início das investigações de Labov sobre variação e mudança. Em seu primeiro estudo, analisa-se a alteração na pronúncia de ditongos na ilha de Martha’s Vineyard, Massachusetts (LABOV, 2008 [1972]), enfatizando-se a motivação social dessa mudança sonora. Admite-se que não há como seguir um estudo de mudança sem compreender o meio social em que esses falantes estão inseridos, da mesma forma que é preciso entender que as marcas linguísticas são características de um povo.

O estudo na ilha Martha’s Vineyard, Massachusetts (LABOV, 2008), confirmou uma estreita ligação entre a variação e o espectro social. A partir de seus estudos, Labov constatou que não é possível abordar os fenômenos linguísticos em questão, sem antes mergulhar na estrutura social da região. Ele verificou que a ilha tinha um alto nível de dificuldade econômica, por se tratar apenas de um lugar bonito e exótico, mas não de indústrias que gerassem emprego. Por isso, a ilha ficou bastante vulnerável à ação de empresários de outras regiões que exploravam seu turismo. Os mais velhos eram mais resistentes a essa ocupação, enquanto que os mais jovens estavam mais suscetíveis a essas forças vindas de fora. Dentro desse contexto, Labov observou a variação na pronúncia de ditongos. É constatado que, como forma de resistência ao que o povo da ilha chama de veranistas, há uma maior conservação de uma variante que é a típica da região (centralização do ditongo). Isso acontece como forma importante de afirmação de uma identidade cultural. Fortes diferenças entre faixas etárias foram constatadas, principalmente quanto a uma faixa

etária intermediária que foi a de 30 a 45 anos, que sofre forte pressão devido às dificuldades econômicas, tendo que escolher entre permanecer ou sair da ilha. As pessoas dessa faixa etária, segundo as pesquisas, tiveram um maior contato com outras regiões, já que saíram de sua ilha para servirem em guerras, por exemplo. Essa exposição mostra-nos a grande influência dos fatores sociais para a descrição dos fenômenos da língua, principalmente da variação e mudança da estrutura.

Conforme Figueroa (1996, p. 25), a Sociolinguística ou Teoria da Variação e Mudança pode ser descrita como:

- (i) O estudo da língua em relação à sociedade (Hudson, 1980, p.01);
- (ii) A relação entre o uso da língua e padrões sociais de vários tipos (Romaine, 1992, p.01);
- (iii) É a parte da Linguística envolvida com a língua enquanto fenômeno social e cultural (Trudgill, 1974, p. 32);
- (iv) É o estudo da língua como um fenômeno social (Svejcer e Nikol'skij, 1986, p. 01);
- (v) É o estudo das características das variedades Linguísticas, das características de suas funções e das características de seus falantes e de como esses três interagem e mudam numa comunidade (Fishman, 1971, p. 04);
- (vi) É o estudo das relações linguísticas variáveis dos significados sócio-culturais (...) a ocorrência de interações sociais, comunidades de fala, línguas, dialetos, variedades, estilos (Pride, 1970, p. 301).

Labov (2003) defende a pluralidade das formas para as funções linguísticas, afirmando que nem mesmo um falante tem estilo único. É necessário verificar o contexto em que o enunciador está inserido para entender o estilo usado por ele. Como exemplos, o autor cita uma série de condicionamentos que devem ser analisados em busca de uma resposta para o uso de um estilo ou outro: relação entre falante e interlocutor (particularmente relações de poder e solidariedade); contexto social (casa, escola, trabalho, igreja, vizinhança); e tópico discursivo. Cada um desses condicionamentos será fator importante para determinar o uso de uma determinada forma e não outra em um contexto.

Os estudos começam no âmbito fonológico, mas nada impediu que fosse analisado o processo de variação e mudança em outros níveis da língua, como o fez o próprio Labov, possibilitando o entendimento de que a língua varia de forma ordenada, levando em conta fatores sociais como faixa etária, grupo étnico, região, profissão e outros, para verificar o uso alternado de formas em um mesmo contexto, sem que altere seu valor de verdade. No entanto, quando Labov transcende o nível fonológico de análise, há uma intensa discussão com Lavandera, que lança um artigo indagando se, ao se estudar a variação em níveis

diferentes dos fonológicos, pode-se manter a premissa variacionista de que formas distintas podem assumir o mesmo significado (LAVANDERA, 1978). Segundo a autora, as unidades fonológicas são vazias de significado referencial. No entanto, isso não ocorre em outros níveis como morfológico, lexical, sintático. Para Lavandera, não é possível analisar esses níveis sem considerar o aspecto semântico-pragmático.

Esse texto de Lavandera surgiu quando Labov & Weiner (1977) lançaram seus estudos sobre voz, no qual as formas ativa e passiva alternavam-se para a mesma função, pois, segundo os autores, as formas tinham o mesmo significado referencial³². Em resposta à autora, Labov (1978, p. 02) também publica um trabalho em que sugere “um significado referencial, chamado de representacional ou de estados de coisa”. Dessa maneira, se duas ou mais formas fazem referência ao mesmo estado de coisas, elas têm o mesmo valor de verdade.

Citemos então um modelo de análise criado por Labov que é citado por Lefebvre (2001, p. 220):

(i) Existem formas alternativas que têm um mesmo conteúdo referencial e que são intercambiáveis num dado contexto. Essas formas são chamadas variantes de uma mesma variável.

(ii) Membros de uma comunidade linguística atribuem um valor social às variantes e as utilizam de maneira socialmente significativa. É assim que em todas as comunidades linguísticas complexas os grupos sociais se distinguem pelo seu modo de falar: as mulheres não falam exatamente como os homens, e os jovens, não exatamente como os mais velhos.

(iii) Nenhum falante possui um estilo único. Os falantes variam seu modo de falar conforme a situação na qual se encontram. ‘Alguns informantes exibem uma gama mais ampla de alternância de estilos do que outros, mas todo falante que temos encontrado exibe uma alternância em algumas variáveis linguísticas quando o contexto social e o tópico mudam’(Labov, 1970, p. 30).

(iv) A seleção das variantes dentro de uma determinada variável, portanto, não é livre; ela é determinada ao mesmo tempo pelo contexto linguístico em que aparece, pelos falantes que selecionam as variantes assim como pela situação na qual estes falantes se encontram quando as selecionam.

(v) A seleção das variantes apropriadas não é categórica, mas se exprime em termos relativos.

(vi) A seleção de uma variante tende a se manifestar em co-ocorrência com a seleção de outras variantes às quais um mesmo valor foi atribuído. As configurações de co-ocorrência de variantes definem os dialetos sociais e os estilos.

Há, portanto, uma grande preocupação por parte da Sociolinguística Variacionista em sistematizar a regra variável, que é “concebida como dependente no sentido que o

³² A Teoria da Variação estuda as formas que apresentam a mesma função referencial, ou seja, que preservem a mesmo significado referencial em um determinado contexto.

emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por grupos de fatores” (MOLLICA, 2007, p. 11), como é expresso a seguir:

Uma variável linguística tem de ser definida sob condições estritas para que seja parte da estrutura linguística; de outro modo, se estará simplesmente escancarando a porta para regras em que ‘freqüentemente’, ‘ocasionalmente’ ou ‘às vezes’ se aplicam. A evidência quantitativa para a co-variação entre a variável em questão ou algum outro elemento lingüístico ou extralingüístico oferece uma condição necessária para admitir tal unidade estrutural.

(WEINREICH, LABOV & HERZOG, 2006 [1968], p. 107).

Devido a essa “evidência quantitativa”, a Sociolinguística Variacionista é chamada também de Sociolinguística Quantitativa. Para os estudos nessa área, interessa, estatisticamente, quanto um determinado fator linguístico ou extralinguístico influi no uso de uma ou outra variante. Vejamos o que diz Naro (2007, p. 16) sobre esse tratamento numérico: “no uso real da língua, que constitui o dado do lingüista, seja na forma falada ou na forma escrita, tais categorias se apresentam sempre conjugadas; na prática, a operação de uma regra variável é sempre feita da atuação simultânea de vários fatores”.

A partir das análises quantitativas, é possível observar se há uma tendência à mudança linguística ou apenas a uma variação estável. É sabido que as línguas estão em constante mudança e todas mudam. Essas mudanças são resultado de um contínuo histórico, do qual resultam novas formas, ainda que os falantes não tenham consciência dessa mudança. Para Labov (2008), o processo de mudança se dá em três estágios: o primeiro é caracterizado apenas por uma variação linguística no uso de algumas pessoas; em um segundo estágio, a mudança passa a fazer parte do uso de um grande número de pessoas, coexistindo com a forma mais antiga durante um período de tempo indeterminado; ao final do processo, a forma que mudou passa a ser usada com regularidade, com o desaparecimento das formas variantes. A esse processo de variação e mudança de formas linguísticas, Tarallo (2005) denomina “batalha”. Nessa “batalha”, duas formas duelam para codificarem a mesma função. Isso acontece até que, em um determinado recorte do tempo, uma se sobrepõe à outra, vencendo. Geralmente, a forma “perdedora da batalha” assume nova função na língua. No entanto, não é possível prever quando haverá mudança e se se concretizará realmente.

Deve-se chamar atenção para o termo *variável*, usado ora como o fenômeno em variação (variável dependente), ora como o conjunto de fatores condicionadores (variáveis independentes). Tarallo enfatiza que, somente através do estudo preciso das variáveis e o do

conjunto de fatores que condicionam o uso dessas variáveis, é possível apresentar uma pesquisa que abranja com exatidão os processos acima descritos: variação e mudança linguística: “É somente a partir do perfil individual das variantes que você poderá explorar as armas de que cada uma dispõe, bem como avaliar os contextos mais favoráveis à derrota de uma e à vitória de outra”. (*op. cit.* p. 33)

Admite-se que, em toda comunidade de fala, existem várias formas linguísticas em variação e que estas são condicionadas por fatores linguísticos ou extralinguísticos, elas são usadas concomitantemente, duelam, até que, por fim, uma forma irá predominar. Por isso dizer que variação e mudança são contextualizadas. A variação não implica, necessariamente, mudança, mas a mudança indica que houve um processo de variação anterior, com a “morte” de uma das formas, que, possivelmente, assumiu nova função dentro da estrutura linguística. “Afim de contas, para que os sistemas mudem, urge que eles tenham sofrido algum tipo de variação. E constatar o vínculo entre variação e mudança, necessariamente, implica aceitar a história e o passado como reflexos do presente, dinamicamente se estruturando e funcionando” (TARALLO, 1990, p. 25). Cabe, então, a Sociolinguística investigar dentro da língua, principalmente da falada, as variantes e os possíveis fatores que as condicionam, encaixá-las no sistema linguístico e social da comunidade, analisando o grau de estabilidade ou de mutabilidade da variação.

3.2 Funcionalismo Linguístico

Nossa pesquisa lança mão do Funcionalismo Linguístico para explicar que o uso de um dos atos de comando, codificados pelo imperativo, pela perífrase verbal *ir* + infinitivo, pelo infinitivo e pelo gerúndio, é resultado de motivações não só ligados à estrutura da língua, mas também às pressões sócio-comunicativas, uma vez que se trata de um fenômeno sintático-discursivo. Usamos para fundamentar nossa pesquisa o trabalho do funcionalista Givón (1984, 1990, 1991, 1993, 1995), valendo-nos de seus princípios de marcação e iconicidade³³ para fundamentar e interpretar nossos resultados estatísticos.

³³ Os princípios givonianos serão apresentados ainda nesta seção.

O Funcionalismo analisa a estrutura gramatical dentro do contexto discursivo, buscando a motivação para os fatos da língua. A gramática é estudada em associação com o uso, ou seja, com as situações reais de comunicação. Seu objeto de estudo é a língua em uso, relacionando-a a fatores sócio-comunicativos e/ou sócio-cognitivos, pois “a linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a uma variedade de propósitos.” (PRIDEAUX, apud NEVES, 2006). Esta corrente da linguística busca analisar os aspectos linguísticos do ponto de vista semântico e discursivo-pragmático, analisando o contexto social em que os fenômenos linguísticos estão inseridos, os objetivos e participantes do discurso. Por isso, a gramática é vista como destituída de regras fixas, é definida, então, como um conjunto de estratégias para a comunicação, determinada pela interação social, não podendo ser descrita como um sistema autônomo (GIVÓN, 1995).

A partir desse propósito, de que a língua está condicionada às intenções comunicativas, é que surgem os conceitos amplamente difundidos pelo Funcionalismo, de que a língua é adquirida e a gramática emerge, atendendo às pressões de uso. As formas vão exercendo novas funções de acordo com a situação comunicativa, de acordo com as necessidades que o falante tem de se comunicar, com a maneira como quer transmitir a informação a seu ouvinte. Por isso, Givón (*op. cit.*) afirma que mudança e variação andam sempre juntas.

O Funcionalismo parte da função, buscando suas manifestações estruturais. O termo função, para Danes (1987, apud NEVES, 2004, p. 8), é usado, na maioria dos estudos de Língua Portuguesa, no sentido de “‘tarefas’ que a linguagem ou os seus componentes desempenham, ou ‘propósito’ ao qual eles servem”. Para Nichols (1984, p. 99), o termo é polissêmico e apresenta cinco sentidos:

(i) função/interdependência: inter-relação, covariação; contingente de variável dependente, relacionada com as variáveis interdependentes.

(ii) função/propósito: uso propositado da língua; aquilo que os falantes pensam ou acreditam que estão fazendo com a língua: interrogando, declarando, dando uma ordem, denominando alguém. É o uso da língua para constituir ou ordenar um ou outro tipo de ato de discurso;

(iii) função/contexto: linguagem como reflexo do ato de fala. Esse é um termo genérico para dois subtipos: a) função/evento: categorias que expressam os papéis da fala, status dos participantes no evento. As categorias de polidez refletem a relação social entre os participantes do evento (falante e ouvinte); b) função/texto: categorias que indicam a organização do discurso, a progressão da narração e assim por diante;

(iv) função/relação: é a relação do elemento estrutural com uma unidade estrutural superior;

(iv) função/significado: a função muitas vezes é usada em um sentido solto, rudemente igualado à significado. A função / significação é simplesmente um aglomerado de mais de um tipo da função, muitas vezes com uma mistura da semântica categórica.

No entanto, para a autora, “a maioria das obras funcionalistas usa ‘função’ apenas nos sentidos de propósito e de contexto, e não distingue entre os dois” (NICHOLS p.101). Para Halliday, ‘função’ está relacionada ao papel desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos (1985, apud Neves, 2006). Neves faz uma síntese do que é “função” para o Funcionalismo:

A noção de função, entendida não apenas como entidade sintática, mas como a união estrutural (sistêmico) com o funcional. (...) A reflexão se dirige para a multifuncionalidade dos itens, ou seja, para uma consideração das estruturas linguísticas exatamente pelo que elas representam de organização dos meios linguísticos de expressão das funções a que servem a linguagem, que por natureza é funcional. Estruturas linguísticas são, pois, configurações de funções, e as diferentes funções são os diferentes modos de significação no enunciado, que conduzem à eficiência da comunicação entre usuários de uma língua. (NEVES, 2006, p. 17)

O Funcionalismo propõe trabalhar as estruturas linguísticas dentro de um contexto pragmático-discursivo e, historicamente, foi a Escola Linguística de Praga, vertente estruturalista, que primeiro discutiu de maneira mais explícita a função (NICHOLS, 1984). Considera-se, então, que a abordagem da escola de Praga é um “estruturalismo funcional” (DANES, 1987, apud NEVES, 2001, p. 17). A herança funcionalista deixa marcas nas escolas de Londres, com Halliday, e na Holanda, com Reichling. Nos EUA, a tendência a analisar a língua do ponto de vista funcional está presente em Sapir, Pike, Hymes. A tradição americana segue desenvolvendo fortemente a teoria funcionalista com um grupo que surge por volta de 1970, com nomes como Talmy Givón, Charles Li, Sandra Thompson, Paul Hopper, Jonh Dubois (PEZATTI, 2004). Surge o que chamamos de Funcionalismo Norte-Americano, que não é lembrado pela formulação de uma teoria mais geral, mas sim por uma dinamicidade de análises. Destaca-se, também, o Funcionalismo holandês, com uma proposta formal de uma gramática funcional, elaborada por Simon Dik, sendo um modelo gramatical de competência comunicativa, “em que funções e regras gramaticais são vistas como instrumentais com relação à pragmática” (NOGUEIRA, 2006, p. 32).

Para esta pesquisa, a princípio, interessa-nos o Funcionalismo Norte-Americano de Talmy Givón, cuja teoria dá subsídios para que, em nosso trabalho, avaliemos os

resultados da análise variacionista. Segundo Nichols (1984, p. 102), existem três tipos de funcionalismo: (a) o conservador, que aponta meramente a inadequação do formalismo, sem propor uma nova análise de estrutura; (b) o moderado, que além de criticar o modelo formal ou estrutural, apresenta uma proposta de análise funcional; (c) e o extremado, que nega a realidade da estrutura pela estrutura e considera as regras como baseadas inteiramente na função, não havendo restrições sintáticas. Dentre os tipos, o funcionalismo givoniano se inclui hoje dentro do que pode ser chamado de “funcionalismo moderado”.

Segundo Givón (1995), a língua não pode ser vista como autônoma, uma vez que a gramática é concebida como um sistema estruturado a ser empregado na produção de comunicação coerente, levando em consideração aspectos como cognição e comunicação, processamento mental, interação e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução. Givón apresenta o legado do estruturalismo, fazendo uma série de críticas aos principais dogmas da escola saussureana e ao modelo de Chomsky: (a) o primeiro deles diz respeito à arbitrariedade do signo, segundo o qual não existe uma correlação entre forma e função; (b) o segundo faz referência à idealização relacionada de *langue* e *parole*; (c) e o terceiro refere-se à divisão entre diacronia e sincronia, que devem ser estudadas em campos distintos, segundo o estruturalismo.

Com relação à arbitrariedade do signo, que separa o significante do significado (correlação mental), Givón atribui esse pensamento estruturalista a uma visão positivista e behaviorista do significado como referência externa, que nega a existência de uma estrutura mental organizada antes da linguagem. A separação entre *langue* e *parole* é criticada por Givón, que afirma tratar-se de uma estratégia puramente metodológica, sendo uma espécie de idealização dos fatos linguísticos. Para o autor, não há nada mais repugnante ao funcionalismo que essa “tal idealização metodológica”, com exceção de ponto considerado crucial “todas as pressões adaptativo-funcionais que formam a estrutura sincrônica da língua (idealizada) são manifestadas durante a performance.” Por isso dizer que a gramática emerge e a língua muda. Ao refutar o terceiro dogma do estruturalismo, Givón apresenta uma visão pancrônica de mudança: “observando não as relações sincrônicas entre seus elementos ou as mudanças percebidas nesses e nas suas relações ao longo do tempo, mas as forças cognitivas e comunicativas que atuam no indivíduo no momento concreto da comunicação e que se manifestam de modo universal” (CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTA, 2003).

Tomando como base a visão funcional da linguagem, Givón (1995) apresenta dois princípios que nortearão nossa pesquisa: o princípio da iconicidade e o da marcação.

Segundo Givón, a estrutura gramatical não é arbitrária. Esta asserção é mais comumente expressa pelos dois princípios idealizados da iconicidade: (a) há uma relação icônica entre forma e significado; (b) a forma gramatical se relaciona com a função semântica ou pragmática de forma não-arbitrária (icônica) (GIVÓN, 1995, p. 10). Portanto a motivação entre forma e função é chamada de iconicidade e faz parte dos princípios que orientam a teoria funcionalista de Givón, que apresenta três princípios icônicos, que se combinam para construir a gramática:

i) princípio da quantidade: relaciona a quantidade de informação à quantidade de forma, se é mais simples aquilo que se quer dizer, estruturas gramaticais também mais simples serão usadas;

ii) princípio da proximidade: prevê a relação do conteúdo cognitivo com a codificação, quanto mais próximos cognitivamente, mais integrados na codificação;

iii) princípio da ordem sequencial: orienta a ordenação linear semântica e pragmaticamente.

A fim de exemplificar os princípios icônicos, Givón (1990) aplica-os à sintaxe. Ao construir um enunciado narrativo, é necessário considerar não somente a coerência temporal, mas também a coerência da sequência das ações. Desse modo, quando narramos, baseamo-nos em nossa rotina. A seguir, considere-se um exemplo dado pelo autor, em que a ordem dos fatos reflete o que ocorre na realidade.

(19) Ele abriu a porta, entrou, sentou e começou a comer.³⁴

Givón estabelece, ainda, o princípio de meta-iconicidade: “categorias que são estruturalmente marcadas são também substancialmente marcadas”, o que mostra uma relação idealizada entre forma e função, de um para um, crença expressa por Bolinger (1977 apud GIVÓN, 1990). Entretanto, conforme Haiman (1985 apud GIVÓN, 1990): “a polissemia e homonímia são comuns na linguagem, enquanto a sinonímia é rara. A iconicidade do código

³⁴ *He opened the door, came in, sat down and started to eat.*

lingüístico está sujeita à corrosão diacrônica pelo atrito fonológico, enquanto a mensagem é constantemente mudada pela criatividade de elaboração” (GIVÓN, 1990, p. 26).

Segundo o princípio da marcação: a estrutura marcada tende a ser mais complexa, a não-marcada, mais simples. São apresentados por Givón (1991) três critérios para definir um item como marcado:

- i) complexidade estrutural: a estrutura mais complexa (ou maior) tende a ser mais marcada;
- ii) distribuição de frequência: a categoria mais marcada tende a ser menos freqüente;
- iii) complexidade cognitiva: a categoria mais marcada tende a ser mais complexa cognitivamente.

Esse princípio depende do contexto, já que a estrutura pode apresentar-se marcada em um contexto e em outro não. Para ilustrar essa dependência, usamos o exemplo dado pelo autor para as estruturas passivas e ativas. As passivas analisadas em linguagem oral coloquial são consideradas mais marcadas. A mesma estrutura avaliada em um discurso acadêmico tende a ser menos marcada. Devem ser consideradas, também, as características sócio-culturais e comunicativas, tais como grupo social e universo social. No que tange à relação entre o princípio de marcação e os atos de fala manipulativos, Givón (*op. cit.*) rege que estas são estruturas mais marcadas, opondo-se aos atos de fala declarativos, que são estruturas não-marcadas. Já entre os atos de fala manipulativos, as cláusulas imperativas são mais complexas, portanto mais marcadas, pois são menos frequentes, portanto mais marcados³⁵.

Portanto, esses dois princípios associados, iconicidade e marcação, nortearão nossa pesquisa no intuito de explicar e “atribuir a motivações fora da estrutura da língua, a origem da variação” (PAREDES DA SILVA, 1993, p. 885). Vamos avaliar, assim como Givón (1995), a gramática inserida no contexto, buscando descrever e analisar o fenômeno linguístico na situação comunicativa.

³⁵ É importante ressaltar a relevância do contexto. Esses resultados são válidos para os contextos analisados pelo autor.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo, tecemos comentários sobre a origem da Sociolinguística, que trata a língua como variável, mas condicionada de forma sistêmica por fatores linguísticos e extralinguísticos. A Sociolinguística Variacionista preocupa-se em sistematizar a regra variável, concebida como dependente, já que o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por fatores de natureza diversa. O tratamento estatístico das formas pode revelar um processo de mudança. A variação não implica, necessariamente, mudança, mas a mudança revela que existiu um processo de variação anterior.

Tratamos também do Funcionalismo Linguístico, que estuda a gramática em uso, ou seja, dentro da interação verbal. Apresentamos os principais dogmas do Estruturalismo, que são refutados pelo Funcionalismo givoniano e finalizamos o capítulo considerando os princípios de iconicidade e marcação, que serão utilizados na discussão dos resultados desta pesquisa (no capítulo 6), com o propósito de explicar qual a estrutura mais marcada e mais icônica das formas analisadas.

4 A CATEGORIA MODALIDADE

APRESENTAÇÃO

Para que se compreendam os atos de comando, faz-se necessário que abordemos a categoria na qual nosso fenômeno de estudo se insere: a modalidade. Faremos, então, uma exposição sobre tal categoria, a partir dos seguintes autores: Lyons (1977), Palmer (1986), Givón (1993) e Bybee, Perkins & Pagliuca (1994).

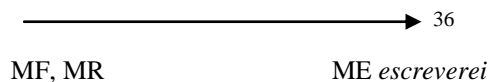
4.1 A Modalidade dentro do Complexo TAM

Para efeitos didáticos, assim como Givón, vamos tratar das categorias verbais separadamente: (a) *Tempo*: há necessidade em fazer uma distinção entre tempo cronológico (*time*) e tempo verbal (*tense*). O tempo verbal é uma estratégia para codificar o próprio tempo através de itens lexicais, morfemas, expressões lexicais e perífrases (LYONS, 1977). De acordo com os pressupostos de Reichenbach (1947), podemos considerar uma linha do tempo, em que se marca **o momento do evento** (ME): é o momento em que se dá a descrição do evento; **o momento da fala** (MF): é o momento da realização da fala, é o tempo da comunicação; e o **momento da referência** (MR): considerado como mais complexo, o momento de referência pode ser indicado não só através de verbos, mas também por advérbios, datas, contexto. A partir do momento da fala, em português, por essas relações do eixo do tempo, é possível marcar os tempos presente (simultâneo ao momento de fala), passado (anterior ao momento de fala) e futuro (posterior ao momento de fala), no entanto, há um número muito maior de tempos verbais, sendo um sistema complexo. Vejamos o exemplo

(20), em que Torres (2009) aplica os três pontos da linha do tempo ao tempo futuro em português, em que o momento da fala é simultâneo ao momento de referência, enquanto que o momento do evento (*escreverei*) é posterior .

Futuro simples

(20) Escreverei meu testamento.



(b) *Aspecto*: o tempo físico importa ao aspecto, assim como à categoria tempo, no entanto diferenciam-se no que tange ao tempo interno e às noções semânticas (duração, instantaneidade, começo, desenvolvimento e fim) (COSTA, 1990, p. 19). A noção de aspecto é, geralmente, dividida em: aspecto perfectivo (situação de curta duração) e aspecto imperfectivo (situação de longa duração), mas segundo Comrie (1981 apud COAN, 2003), os dois tipos aspectuais podem ser usados para fazer referência a uma extensão temporal, salientando que uma situação perfectiva pode ser prolongada no tempo, ou aparecer em fases, mas para isso é necessário tomar a situação em um todo único. Quanto ao imperfectivo, não é possível admiti-lo em uma situação vista em sua globalidade.

Ao se analisar o aspecto, é preciso ter uma visão do aspecto básico e dos traços que se apresentem no contexto. Segundo Coan (2003, p.96), é possível ter um aspecto básico e traços aspectuais advindos do contexto. A noção do aspecto básico é mantida, mas ao ser combinado com outras categorias gramaticais, outros traços podem ser atribuídos: continuidade ou iteratividade ou pontualidade. Portanto, para apontar o valor aspectual de uma situação dentro do discurso, é necessário verificar a interação existente entre o significado básico e o contexto.

(c) *Modalidade*: Segundo Givón (2005), a modalidade tem a função de codificar a atitude do falante em relação à proposição que ele produz. Para Coracini, “a modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que

³⁶ ME, MR e MF significam, respectivamente, momento do evento, momento de referência e momento da fala. A vírgula significa simultaneidade.

enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere” (1991, p. 113). São exemplos de meios linguísticos que o falante pode usar para expressar seu comprometimento (NEVES, 2006)³⁷: verbo modal ((21) *Este casarão **deve** ser ideal para o reumatismo de minha tia Margherita.*); verbo de significação plena, indicadores de opinião, crença e saber ((22) ***Acho** que por humilhação maior jamais passaram.*); advérbios modais ((23) *Carlos e Pedro Moreno cochichavam, discutindo **provavelmente** detalhes da agonia.*); adjetivo em posição predicativa ((24) ***É impossível** que o Brasil tome conhecimento de outra aberração.*); substantivo ((25) *O homem não deve pensar muito, esta é a minha **opinião**.*); categorias gramaticais (tempo, aspecto, modo) do verbo da predicação ((26) *E a discussão **ficaria** nisso.*); expedientes sintáticos, como a unipessoalização, que, se alternando com orações na primeira pessoa, minimizam a participação do falante ((27) *Eu sei – disse o Ministro – que Vilar tem a admiração de vocês todos e, portanto, a minha também, mas **é preciso** que vocês, amigos dele, o advirtam.*); modalizadores prosódicos (a entonação e outros componentes ligados à voz).

O termo modalidade foi primeiramente associado às expressões que remetem à oposição: *possível*, *real* e *necessário*, apresentadas por Lyons (1977) como as noções centrais da tradicional lógica modal. Assim, como afirma Menezes (2006), para entendermos o estudo da modalidade nas línguas naturais, é necessário recorrer aos estudos da Lógica, que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa no campo da modalidade linguística.

Na tradição lógica, foram consideradas as modalidades *aristotélicas* ou *aléticas* (palavra de origem grega que significa verdade), relacionadas às noções de “necessidade” e “possibilidade”. Para essa modalidade, era considerado o valor de verdade necessária das proposições, que está associada ao *eixo da existência*. A modalidade alética, nas línguas naturais, é dificilmente estudada, já que raramente uma proposição será enunciada sem qualquer marca de subjetividade do falante. Além da modalidade alética, os lógicos estabeleceram mais dois tipos de modalidade, a fim de abarcar outras noções: a *deôntica*, relacionada ao *eixo da conduta*, abrangendo as noções de necessidade, obrigação, permissão e proibição; e a *epistêmica*, relacionada ao *eixo do conhecimento*, compreendendo noções como certo, provável, possível (NEVES, 2006). A tradição linguística ressalva a distinção entre a modalidade *epistêmica* e *deôntica* como noções principais da categoria modalidade.

³⁷ Os exemplos deste parágrafo são da autora.

Lyons (1977) também distingue dois tipos de modalidade: epistêmica e deôntica. Para o autor, na modalidade epistêmica, estão incluídas as modalidades aléticas. A modalidade epistêmica está relacionada aos enunciados em que o falante lança seu conhecimento ou crença em relação à verdade daquilo que diz. O autor divide a modalidade epistêmica em: *subjativa* e *objetiva*. A primeira diz respeito ao comprometimento do falante com a proposição, colocando-se como fonte da informação; a segunda refere-se ao distanciamento que o falante toma ao modalizar uma proposição, já que se embasa em dados científicos, ou numa verdade comum. Quanto à modalidade deôntica, Lyons apresenta-nos as noções de *obrigação*, *proibição* e *permissão*, sendo concernida como necessidade ou não da execução de atos por agentes moralmente responsáveis.

Para Palmer (1986, p. 16), com base em Lyons, também é a subjetividade o que norteia a definição de modalidade, entendida como “a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjetivas) do falante”. O autor divide modalidade em três tipos: *dinâmica*, *deôntica* e *epistêmica*. A modalidade dinâmica diz respeito à habilidade, ou capacidade do sujeito, por exemplo: (28) *João pode falar italiano.*³⁸ Neste tipo de modalidade, não há relação com a atitude do falante, diferentemente do que ocorre na modalidade epistêmica, definida como a expressão do grau de comprometimento do falante com a verdade do que ele diz, envolvendo as noções de possibilidade e necessidade, por exemplo: (29) *É possível que... / Parece que...*³⁹ Na modalidade epistêmica, o falante pode comprometer-se com a verdade da proposição no presente, passado e futuro. O mesmo não ocorre para a modalidade deôntica, em que apenas o futuro pode ser afetado ou mudado pelo falante, já que a modalidade deôntica é definida como orientada para um agente, ou seja, envolve a ação de outra pessoa, apresentando um elemento de vontade (*will*), como no exemplo (30) *Peguem este poema (professor para a turma).*⁴⁰

Givón (1995), primeiramente, divide a atitude do falante em dois tipos principais: *atitude epistêmica*, relacionada à verdade, crença, probabilidade, certeza e evidência; *atitude avaliativa (deôntica)*: capacidade, intenção, preferência, obrigação e manipulação. São dimensões que não se excluem, no entanto, segundo Givón, podem ter caminhos específicos, gerando gradações. Cada enunciado abaixo apresenta um significado diferente, embora o

³⁸ *Jonh can speak Italian.* (PALMER, 1986, p. 102)

³⁹ *It is possible that... / It appears that...* (PALMER, 1986, p. 52)

⁴⁰ *Take down this poem (teacher to class).* (PALMER, 1986, p. 108)

conteúdo proposicional seja o mesmo: o agente/sujeito é “Darla”, o paciente/objeto é o “tigre”, e o verbo “atirar” é o evento transitivo (1995, p. 113):

- (31) a. Darla atirou no tigre.⁴¹
- b. É demasiadamente mal que Darla atire no tigre.
- c. Se Darla atirar no tigre,...
- d. Darla não atirou no tigre.
- e. Ele disse a Darla que ela devia atirar no tigre.
- f. Atire no tigre, Darla.
- g. Darla atirou no tigre?

Givón (1995) admite que a modalidade está relacionada com a noção de realidade, o que é verdadeiro, falso ou possível. Dessa forma, o autor reconhece a importância da classificação da modalidade segundo a tradição lógica, que deteve especial atenção para os sentidos epistêmicos da modalidade. Contudo, Givón (*op.cit.* p. 114) apresenta-nos uma redefinição da modalidade epistêmica, observando-a dentro do contrato comunicativo⁴², em que falante e ouvinte devem ser levados em conta:

(i) Pressuposição (verdade necessária, cf. a tradição): a proposição é aceita como verdadeira, por convenções pré-estabelecidas, por ser conhecida por todos os componentes do discurso, por ter sido proferida pelo falante e não ter sido questionada pelo ouvinte;

(ii) Asserção *realis* (verdade factual, cf. a tradição): a proposição é fortemente verdadeira, no entanto a dúvida do falante é considerada procedente, ainda que existam evidências ou conhecimentos para que o falante defenda sua crença;

(iii) Asserção *irrealis* (verdade possível, cf. a tradição): a proposição é pouco reconhecida, é mais possível, provável ou incerta (submodos epistêmicos), ou necessária, desejada ou indesejada (submodos avaliativo-deônticos), mas o falante não está pronto para embasar a asserção com evidências, e o questionamento do ouvinte é preparado, esperado ou mesmo solicitado.

(iv) Asserção negativa (não verdade, cf. a tradição): a proposição é fortemente reconhecida como falsa, mais comumente em consonância com a crença

⁴¹ *Darla shot the tiger.*

It's too bad that Darla shot the tiger.

If Darla shoots the tiger,...

Darla didn't shoot the tiger.

He told Darla that she should shoot the tiger.

Shoot the tiger, Darla!

Did Darla shoot the tiger?

⁴² Segundo Givón (1993, p. 264), o contrato comunicativo (que será explicado ainda nesta seção) é o que governa a relação entre falante e ouvinte.

explícita ou assumida do ouvinte. O questionamento do ouvinte é antecipado, e o falante tem evidências ou outros fortes conhecimentos para embasar sua forte crença.

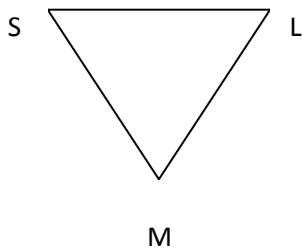
Essa definição que traz a noção de *realis/irrealis* engloba os submodos epistêmico e deôntico. Para o autor, a modalidade deôntica é um submodo da modalidade *irrealis*. É possível associar esse tipo de modalidade aos seguintes contextos: i) atos de fala declarativos (futuro, advérbios modais, auxiliares modais); ii) atos de fala não-declarativos (questões respondidas por sim ou não e atos de fala manipulativos); iii) complemento verbal *irrealis* ou cláusulas relativas *irrealis*; iv) orações adverbiais *irrealis*.

Ainda no estudo desta categoria, Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) apresentam uma terminologia para a divisão clássica da modalidade: modalidade orientada para o agente (MOA); modalidade orientada para o falante (MOF); modalidade epistêmica; e modalidade subordinada. A MOA reporta a existência de condições internas e externas sobre o agente com relação ao complemento da ação expressa no predicado principal. A MOF engloba os atos diretivos, em que são incluídos os imperativos e exortativos. A modalidade epistêmica aplica-se a asserções nas quais o falante se compromete com a verdade da proposição. Já a modalidade subordinada abrange as cláusulas de complemento, concessão e finalidade.

4.2 A Modalidade Deôntica

Na seção anterior, ao falar das tipologias de modalidade, conceituamos modalidade e apresentamos algumas características da modalidade deôntica. Nesta seção, tecemos maiores comentários sobre modalidades, explorando aspectos a serem considerados na análise dos nossos dados.

O termo deôntico origina-se da palavra grega *deon*, que significa obrigado (LYONS, 1977). Além da *obrigação*, outros valores modais se ligam à modalidade deôntica: *obrigação*, *proibição* e *permissão*, conforme apresenta Menezes (2006, p. 51), ao citar Kalinowski (1976):



S = Obrigatório

L = Proibido

M = Permitido (Fazer e não-fazer)

A partir da representação gráfica acima, a modalidade deôntica possui a seguinte interpretação semântica: se é obrigatório (S) então não é proibido (L) ou permitido (M); se proibido (L) então não é obrigatório (S) ou permitido (M); se é proibido (M) então não é (obrigatório) S ou permitido (L).

Para Lyons, a modalidade deôntica encontra-se entre os pólos do obrigatório e do proibido, passando pelo permitido (LYONS, 1977, p. 832):

Se X não é obrigado a fazer *a* (em que *a* é um ato individual ou genérico), ele é permitido não fazer *a*; e se ele é obrigado a fazer *a*, ele não é permitido não fazer *a*. (...) Também, se X é permitido a fazer *a*, então ele não é obrigado a fazer *a*; e se X não é permitido fazer *a*, ele é obrigado a não fazer *a*.

A modalidade deôntica refere-se ao estado de coisas que será obtido, se o ato em questão for efetivado. É realizada por expressões que impõem a alguém a obrigação de fazer o ato indicado na proposição, conforme Lyons (1977). É relevante, entretanto, atentar para a noção de verdade que não é totalmente descartada, mas é menos aplicada na análise dos diretivos:

“a verdade da proposição modalizada deonticamente é determinada com relação a algum estado de mundo posterior ao estado de mundo que contém a obrigação. E o estado de mundo que contém a obrigação, não pode preceder, contudo pode ser simultâneo ao estado de mundo em que a obrigação é instaurada.” (LYONS, 1977, p. 824)

Desse modo, a futuridade está intrinsecamente relacionada à modalidade deôntica. A existência de uma fonte na modalidade deôntica também é uma característica importante levantada por Lyons. “Se *x* reconhece que é obrigado a fazer algo, então há certamente alguém ou alguma coisa que será reconhecido como responsável por fazer recair sobre ele a obrigação de agir nesse sentido. Pode ser uma pessoa ou instituição a cuja autoridade ele se

submete; pode ser um corpo moral ou legal de princípios mais ou menos explicitamente formulado”. (LYONS, 1977, p. 825)

A modalidade deôntica diz respeito às ações, à desejabilidade do falante de que o ouvinte realize essas ações. É uma modalidade orientada para o outro, mas com o forte envolvimento do falante. Palmer (1986) inclui outras modalidades que considera não-epistêmicas na deôntica, tomando como base os atos de fala de Searle (1976)⁴³:

- Diretiva: aparece em enunciados em que levamos nossos ouvintes a fazer algo;
- Comissiva: corresponde aos enunciados, em que o falante se compromete a fazer algo;
- Volitiva e avaliativa: dizem respeito à expressão de nossos sentimentos e atitudes.

Como vimos anteriormente, a subjetividade é uma característica essencial da categoria modalidade, porém Palmer discute que, em alguns verbos do inglês, essa característica não pode ser identificada, citando o verbo *can*, no exemplo a seguir:

(32) *Jonh can speak Italian.*⁴⁴

Segundo o autor, o envolvimento do falante é apresentado em grau. No exemplo acima, o comprometimento é quase nulo, ou seja, o elemento subjetividade não pode ser identificado, pois a asserção simplesmente afirma que João possui habilidade para falar italiano. Para Palmer, esse exemplo é analisado como manifestação da modalidade dinâmica. Entretanto, Menezes (2006) e Pessoa (2007) discutem essa classificação, uma vez que “em alguns casos, expressões atributivas de capacidade estão a serviço da modalidade deôntica” (PESSOA, p.64) e isso deve ser observado no contexto discursivo. Segundo Menezes, o falante usa a subjetividade e tenta persuadir o ouvinte quando se utiliza de modais que

⁴³ Austin (1965) é o pioneiro na teoria dos atos de fala. Searle retomou e sistematizou a teoria dos atos de fala, apresentando-nos cinco categorias básicas dos atos ilocucionários:

Assertivos: quando dizemos ao nosso interlocutor como as coisas são (falsa ou verdadeiramente);

Diretivos: quanto tentamos levar o nosso ouvinte a fazer algo;

Comissivos: quando o próprio locutor se compromete a fazer algo;

Declarativos: quando produzimos uma mudança em uma situação com nossas expressões;

Expressivos: quando o locutor expressa sentimento e atitudes.

⁴⁴ *João pode falar italiano.*

expressam capacidade, no intuito de apresentar de forma positiva seu atributo, sua capacidade de fazer algo.

Ainda em Palmer, é aberta uma seção importante para tratar o imperativo como ato diretivo. Segundo o autor, o imperativo é visto como o não-marcado do sistema deôntico⁴⁵, não sendo marcado também para outras categorias verbais como tempo e pessoa. O imperativo apresenta o traço de futuridade, uma vez que o ato diretivo é dado para algo acontecer no futuro.

Givón (1993) apresenta o imperativo e as interrogativas, nas quais o valor de verdade não pode ser afirmado ou negado, como componentes dos atos de fala não declarativos. A diferença entre atos de fala declarativos e não-declarativos é condicionada por preceitos filosóficos, a partir da noção de verdade: os declarativos têm um valor de verdade que pode ser avaliado, os não-declarativos, sob a forma de perguntas e comando, não o têm (*op. cit.*, p. 240). Tomemos o exemplo (33). Não podemos concordar com a veracidade de (33a), nem com a falsidade de (33b):

(33) Fala alto, Lucas. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)⁴⁶

(33a) É verdadeiro.

(33b) Não é verdadeiro.

Os atos manipulativos requerem uma resposta não-verbal do ouvinte. Dessa forma, Givón (1993, p. 264) apresenta os aspectos funcionais que devem ser considerados, embasado no contrato comunicativo de interação entre falante e ouvinte:

- (i) Estado de mundo: o estado desejado das coisas – o objetivo da manipulação – tem de ser diferente do seu estado atual.
- (ii) Poder de ação: o manipulado – o ouvinte – tem de estar livre para agir na direção desejada.
- (iii) Autoridade: o manipulador – o falante – tem de ter autoridade legítima sobre o manipulado.

⁴⁵ Segundo o princípio de marcação, explorado em detalhes na seção sobre Funcionalismo Linguístico (capítulo 3, seção 3.2), as categorias mais complexas tendem a ser mais marcadas.

⁴⁶ Exemplo retirado do nosso *corpus*. As informações entre parênteses referem-se, respectivamente, ao número do informante, à faixa etária e à área de estudo em que a disciplina está inserida.

Para exemplificarmos a utilização desse quadro, citamos um de nossos exemplos (do *corpus* composto por gravações de aulas de professores de escolas públicas de Fortaleza do Ensino Fundamental e Médio).

(34) *Fala mais alto pra todo mundo ouvir. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)*

O comando citado é proferido por uma professora de Geografia do Ensino Fundamental que, durante sua aula, ordena que uma aluna faça a leitura em um tom de fala mais elevado. De acordo com o contrato comunicativo proposto por Givón, esse enunciado é possível porque a aluna está falando em voz baixa, ou seja, o objetivo da manipulação existe porque o estado que a professora quer atingir é diferente do atual, é possível uma mudança no estado de coisas. Segundo a cláusula II, a aluna, a manipulada, deve estar livre para poder falar mais alto. Quanto à cláusula III, que diz que o manipulador deve ter autoridade perante o ouvinte, é possível, já que, dentro de sala de aula, geralmente, o professor é visto como autoridade máxima⁴⁷. Caso um aluno tivesse proferido o comando a outro, talvez não houvesse nenhuma resposta.

Sobre os atos de fala não declarativos na expressão de comandos, Givón (*op. cit.* p. 270) apresenta um *continuum* de base funcional, resultante da interação falante-ouvinte, fundamentado no princípio da marcação⁴⁸. Esse contínuo possibilitar-nos-á, assim como o faz Reis (2003), elencar uma série de fatores linguísticos que enfraquecem a força manipulativa do comando. Givón analisou comandos dirigidos à segunda pessoa do singular (pessoa com quem se fala), quer no imperativo canônico, quer nas demais manifestações de comando.

Imperativo mais prototípico⁴⁹

⁴⁷ Esta é uma afirmação geral, já o trabalho de Lopes (2009), que analisa a modalidade deontica nas aulas de inglês ministradas em português, mostra que os alunos também dão comandos aos professores.

⁴⁸ Segundo o princípio de marcação, estruturas mais raras são consideradas mais marcadas; estruturas mais usadas pelos falantes, menos marcadas.

⁴⁹ Most prototypical imperative

- a. Pass the salt.
- b. Please pass the salt.
- c. Pass the salt, would you please?
- d. Would you please pass the salt?
- e. Could you please pass the salt?
- f. Can you pass the salt?
- g. Do you see the salt?
- h. Is there any salt around?
- i. Was there any salt there?

- (Força manipulativa mais alta)
- (35) Passa o sal.
- (35a) Por favor, passa o sal.
- (35b) Passe o sal, você poderia, por favor?
- (35c) Você poderia, por favor, passar o sal?
- (35d) Você pode passar, por favor, o sal?
- (35e) Você pode passar o sal?
- (35f) Você está vendo o sal?
- (35g) Tem sal?
- (35h) O sal está aí?⁵⁰
- Imperativo menos prototípico
- (Força manipulativa mais baixa)

Os dispositivos linguísticos que enfraquecem a força manipulativa⁵¹ do comando geram a gradação vista acima. Vejamos abaixo quais são estes dispositivos, segundo o autor:

Dispositivos que enfraquecem a força manipulativa

- a. Aumento da extensão do enunciado de comando.
- b. Uso de elementos interrogativos.
- c. Menção explícita do pronome 'você', designando o manipulado.
- d. Uso da modalidade *irrealis* sobre o verbo.
- e. Uso da forma negativa.
- f. Disposição de uma oração manipulativa sob o escopo de uma modalidade.

(GIVÓN, 1993, p. 266)

Para Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), a existência de condições internas e externas sobre o agente em relação ao complemento da ação expresso no predicado principal está relacionada ao que nomeia de modalidade orientada para o agente (MOA), estando mais semanticamente ligada à noção de obrigação. A MOA é expressa tanto por morfemas lexicais como por gramaticais. Este tipo de modalidade liga-se às seguintes noções semânticas (BYBEE, PERKINS, PAGLIUCA (1994, p. 177):

- Obrigação: reporta a existência de condições sociais internas e externas ao agente, levando o agente a completar a ação do predicado. Os exemplos abaixo imprimem o valor de obrigação, em (36) obrigação forte e, em (37), obrigação fraca:

(36) Todos os estudantes devem obter o consentimento de Diretor da Faculdade antes de entrar no exame.⁵²

Most prototypical interrogative

⁵⁰ Tradução nossa. Esse continuum de Givón é fundamental para a composição de nossos grupos de fatores.

⁵¹ Os dispositivos que enfraquecem a força manipulativa são de grande relevância para a formulação das hipóteses deste trabalho.

(37) Eu insisti em chamá-la de Miss Tillman, mas deveria realmente chamá-la de Presidente.⁵³

- Necessidade: reporta a existência de condições físicas, levando o agente a completar a ação predicada, por exemplo:

(38) Eu preciso ouvir um alarme bem alto nas manhãs para acordar.⁵⁴

- Habilidade: reporta a existência de condições internas de habilidade no agente, que dizem respeito à ação predicada, como em (39):

(39) Eu posso datilografar somente devagar porque sou um iniciante.⁵⁵

- Desejo: reporta a existência de condições internas de volição no agente com relação à ação predicada, como em (40).

(40) Juan Ortiz chamou-os bem alto na língua indiana, ordenando-os a voltarem, se eles quisessem salvar suas vidas.⁵⁶

Para os autores (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p. 178), entre alguns desses sentidos, há relações diacrônicas. A necessidade pode desenvolver-se em um sentido de desejo, como na palavra do inglês *want*, que veio de um verbo do norueguês antigo que significava *to lack* (necessitar) ou *miss* (sentir falta de), do qual se desenvolveu o sentido de *need* (precisar); somente no começo do século XVIII é que foi usado para expressar desejo. Estes sentidos semânticos mais específicos podem generalizar-se no tempo para expressar significados mais amplos que são, no entanto, orientados para o agente, pois dizem respeito a condições que regem o agente.

Bybee, Perkins & Pagliuca incluem os atos diretivos, tais como o imperativo, na modalidade orientada para o falante (MOF), pois levam o agente a fazer algo. Citando Lyons (1977, p.746), os autores definem ato diretivo como “enunciados que impõem, ou propõem

⁵² All students must obtain the consent of the Dean of the faculty concerned before entering for examination.

⁵³ I just insisted very firmly on calling her Miss Tillman, but one should really call her President.

⁵⁴ I need to hear a good loud alarm in the mornings to wake up.

⁵⁵ I can only type very slowly as I am a beginner.

⁵⁶ Juan Ortiz called to them loudly in the Indian tongue, bidding them come forth if they would (=wanted to) save their lives.

algum curso de ação ou modelo de comportamento e indicam que devem ser cumpridos” (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994, p. 179). Esta modalidade não anuncia a existência de condições para o agente, mas antes permite que o falante imponha tais condições. As formas gramaticais usadas para a manifestação deste tipo de modalidade são:

- Imperativo: forma usada para emitir um comando direto a uma segunda pessoa;
- Proibitivo: é a negação do comando;
- Optativo: o desejo ou expectativa do falante expressada na cláusula principal;
- Exortativo: falante encoraja ou incita alguém a fazer algo;
- Admoestativo: o falante está emitindo um aviso, uma advertência;
- Permissivo: o falante está dando uma permissão.

Todas essas abordagens foram descritas para que embasassem a constituição da nossa regra variável: a função Ato de Comando. Ainda que considerando o caráter funcional da linguagem, decidimos fazer um recorte da modalidade deôntica, buscando trabalhar as formas que se encontram em variação em um mesmo contexto, como preceitua a Sociolinguística. Portanto, as formas que imprimirem um comando, um ato diretivo (com os valores de obrigação e proibição), na interação entre falante e ouvinte, constituirão nossa variável.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo, apresentamos a definição de modalidade e suas tipologias, visando ao estabelecimento de parâmetros de análise dos grupos de fatores e da constituição da nossa regra variável. Dentre os aspectos mencionados acima, interessam-nos: as noções deônticas (obrigação, permissão e proibição); o traço de futuridade de tal modalidade (LYONS, 1977); os atos de fala não-declarativos, bem como os dispositivos que geram o enfraquecimento do comando (GIVÓN, 1993); e a divisão estabelecida por Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) no que se refere à modalidade orientada para o agente e modalidade orientada para o falante.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

APRESENTAÇÃO

Nosso estudo visa ao levantamento sistemático das formas que codificam os atos de comando: formas verbais que expressam os valores de obrigação e proibição. Buscamos os condicionadores linguísticos e sociais que evidenciam a variação e favorecem o uso de uma determinada forma em detrimento da outra. Neste capítulo, descrevemos os procedimentos metodológicos da pesquisa: constituição do corpus, definição da regra variável, grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos.

5.1 Caracterização, Constituição e Delimitação do Corpus

Por se tratar de uma pesquisa de base sociolinguista, buscamos trabalhar com dados reais da fala do fortalezense. Segundo Labov (2008, p. 63), o pesquisador, ao estudar a língua em seu contexto social, depara-se com um problema metodológico: “os meios empregados para coletar os dados interferem nos dados a serem coletados”. O método mais usado, considerado básico e confiável para o autor, é a entrevista. No entanto, a entrevista não nos oferece uma quantidade de dados suficiente para o estudo deste fenômeno, pois tratamos

de atos diretivos, que, segundo Givón (1993), em seu contrato comunicativo⁵⁷, serão característicos em uma interação entre falante e ouvinte.

Optamos por montar nosso *corpus*, uma vez que o que é organizado pelas universidades cearenses, com dados de fala dos fortalezenses (PORCUFORT⁵⁸), não apresentou uma quantidade de dados relevante para a realização desta análise variacionista. Buscamos, então, em virtude da nossa regra variável, amostras de fala que apresentassem um número maior de manifestações de atos de comando. Assim, chegamos ao discurso do professor.

Foram analisados dados de 18 informantes, nascidos em Fortaleza, ou radicados na cidade desde os cinco anos de idade, que não tenham se ausentado de Fortaleza por mais de dois anos. A escolha das escolas deveu-se à disponibilidade da direção, da coordenação pedagógica e, posteriormente, do professor de permitir o acesso à sala de aula para que as gravações pudessem ser realizadas. Embora algumas escolas tivessem liberado o acesso, muitos professores não autorizaram a observação. Além disso, houve também a dificuldade em encontrar alguns informantes com a faixa etária de 20-30 anos e de +50. Em conversa informal, já que os professores em sua maioria não aceitaram a aplicação de um questionário que indagasse sua formação, percebemos que os profissionais da primeira faixa etária de nossa análise são, em sua quase totalidade, funcionários temporários da rede estadual e municipal de ensino de Fortaleza.

A coleta dos dados foi realizada através de gravações das aulas de cada professor com duração de 100 minutos cada, totalizando 30 horas de gravação. A escolha das disciplinas das aulas gravadas segue o critério de divisão conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (doravante PCNs), que agrupam as disciplinas em três grandes áreas: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física, Arte e Informática); Ciências da Natureza, Matemáticas e suas Tecnologias (Matemática, Física, Biologia e Química); Ciências Humanas e suas Tecnologias (Geografia, História, Sociologia e Filosofia). Vejamos a distribuição dos informantes no quadro abaixo:

⁵⁷ Ver as cláusulas que regem o contrato comunicativo de Givón, no capítulo 4, p. 51.

⁵⁸ O PORCUFORT (Português Oral Culto de Fortaleza) é um banco de dados de fala de informantes fortalezenses que possuem o nível superior concluído, organizado pelo professor José Lemos Monteiro no período de 1993 a 1994. Esse corpus é considerado como uma amostra da fala culta de Fortaleza.

Quadro 02: Número de informantes por célula.

Área	20 a 30 anos	35 a 45 anos	+50
Linguagens e Códigos	2	2	2
Ciências da Natureza e Matemáticas	2	2	2
Ciências Humanas	2	2	2

Os exemplos retirados do *corpus* serão caracterizados com as seguintes especificações: informante (1 –18); faixa etária (20-30 / 35-45 / +50); área em que a disciplina está inserida (Linguagens e Códigos/ Humanas / Exatas).

5.2 A Variável Dependente⁵⁹

Para eleger as formas que iriam compor nossa regra variável, buscamos as que apresentam o mesmo significado referencial, ou seja, como preceitua a Sociolinguística, as que variam em um mesmo contexto de uso. Para isso, foi necessário que fizéssemos um recorte teórico do que a literatura versa sobre modalidade deôntica (LYONS, 1977), atos diretivos (PALMER, 1986), atos de fala não declarativos de comando (GIVÓN, 1993) e modalidade orientada para o falante (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994)⁶⁰, a fim de encontrar melhor correlação entre as formas e a função do que denominamos atos comando.

A função considerada, nesta pesquisa, dos atos de comando, caracteriza-se por:

- a) apresentar os valores de obrigação e proibição da modalidade deôntica (LYONS, 1977);
- b) representar atos diretivos, definidos como meios linguísticos que aparecem em enunciados que levam os ouvintes a fazerem algo (PALMER, 1986);
- c) indicar o traço de futuridade, já que o diretivo é dado para acontecer no futuro (LYONS, 1977);
- d) ser um ato manipulativo, que só pode ser proferido se desejamos que exista mudança de um determinado estado de coisas (GIVÓN, 1993);

⁵⁹ A variável dependente corresponde ao fenômeno linguístico em estudo, denominada desta forma por não variar aleatoriamente, sendo condicionada pelas variáveis independentes ou grupos de fatores. As formas linguísticas que constituem a variável são chamadas de variantes.

⁶⁰ Ver as referidas teorias esmiuçadas no capítulo 4.

e) classificar-se como modalidade orientada para o falante (MOF), em que o falante não anuncia condições sobre o agente, mas impõe condições sobre o destinatário (BYBEE, PERKINS & PAGLIUCA, 1994).

Considerando-se a função proposta, analisamos sua manifestação por meio de formas do imperativo e de outras formas: a perífrase *ir* + infinitivo, o gerúndio e o infinitivo, que indicam as noções deônticas de obrigação e proibição⁶¹; formas caracterizadas por Givón (1993) como atos de fala não declarativos; e por Bybee, Perkins & Pagliuca (1994) como modalidade orientada para o falante (MOF). O envelope de variação⁶² é composto, portanto, pelas seguintes variantes, mapeadas no corpus: i) imperativo gramatical; ii) gerúndio; iii) *ir* + infinitivo; iv) *é para (pra)* + infinitivo. Serão admitidas as formas em que o enunciador (fonte deôntica), o professor, não se inclua no ato manipulativo. Vejamos os exemplos:

(41) (...) *fala mais alto pra todo mundo ouvir*.⁶³ (Inf. 10/ 35-45/ Humanas)⁶⁴

... *falando* mais alto pra todo mundo ouvir.

... *vamos falar* mais alto pra todo mundo ouvir.

... (*é para*) *falar* mais alto pra todo mundo ouvir.

5.2.1 Dados não considerados na análise

Desconsideramos as formas *ter que/ ter de, dever, querer*⁶⁵, por serem formas que anunciam condições existentes ao agente, não fazendo imposições diretas dessas condições. Vejamos os exemplos encontrados no corpus:

⁶¹ No capítulo 4, expomos o que a literatura versa sobre a modalidade deôntica e seus valores de obrigação, proibição e permissão.

⁶² Tarallo (2005, p. 33) define envelope de variação como o conjunto das formas que variam no mesmo contexto para codificar a mesma função. São chamadas de formas “adversárias”.

⁶³ Exemplo retirado do corpus desta pesquisa.

⁶⁴ Informante 10; faixa etária 35-45; professor da área de Humanas.

(42) Viu Patrícia... você tem que aprender tudo para que a coisa possa funcionar... (Inf. 6 / +50 / Linguagens e Códigos)

(43) Isso aí e já esqueceram... Substantivo, artigo, adjetivo, pronome, numeral, verbo, advérbio, preposição e conjunção... são dez... e interjeição... São dez classes de palavras... certo?... e que vocês **devem** aprender... ok?... (Inf. 6 / +50 / Linguagens e Códigos)

(44) Qual o núcleo/ qual o núcleo do predicado?... Alisson... qual é o núcleo desse predicado?... não... eu **quero** é que você responda... Olha!... Sabe por que que eu pergunto? (Inf. 6 / +50 / Linguagens e Códigos)

Segundo Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), temos, nos exemplos acima, modalidade orientada para o agente, pois não se constituem como atos diretos de comando, apresentando formas mais gramaticalizadas. Segundo os autores, o falante faz uma avaliação do que considera importante que seu interlocutor realize, dita regras de conduta. No entanto, acreditamos que, em uma análise mais apurada das formas, levando em consideração modalizadores prosódicos, como entonação e outros elementos ligados à voz (NEVES, 2006), poderíamos evidenciar algumas dessas formas como atos de comando diretos.

Serão desconsideradas também, formas discursivo-pragmáticas, tais como *Olha*, *Veja*, *Veja só!*, *Vamos!*, *Vamos lá!*, *Escute*, tidas como marcadores discursivos que apresentam várias funções discursivas dentro do texto falado ou escrito, embora, segundo Rost (2002), preservem a função de chamar atenção do interlocutor, conforme exemplo (45):

(45) se ele levantou a mão ele tem o direito de ser ouvido... agora se ficar conversando não vai funcionar... Lorena vai continuar... se não existisse poluição... **olha**... meu tempo aqui esta acabando... posso apagar aqui? (Inf. 3 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

No grupo de fator *menção explícita do manipulado*, desconsideramos os pronomes *senhor* e *senhora* por apenas ter configurado uma ocorrência em nosso *corpus*. No entanto, foi considerado como marca de polidez no grupo intitulado *marcas de polidez*.

⁶⁵Para maiores informações sobre o comportamento dessas formas, consultar Mendonça (2010), que analisou, em perspectiva variacionista, os auxiliares modais *ter*, *dever* e *precisar* na codificação da expressão de obrigação no português culto oral de Fortaleza, considerando fatores linguísticos e extralinguísticos condicionadores do uso de uma ou outra forma.

5.3 Descrição das Variáveis Independentes⁶⁶

Como está explícito ao longo do nosso trabalho, o objetivo central da nossa pesquisa é mapear as formas que codificam o ato de comando na fala de professores de Fortaleza e buscar os fatores que condicionam o uso sistemático dessas formas. Determinamos nossos grupos de fatores linguísticos com base nos valores deônticos propostos por Lyons (1977); na teoria dos atos manipulativos (GIVÓN, 1993); e na distinção entre modalidade orientada para o agente e modalidade orientada para o falante de Bybee, Perkins & Pagliuca (1994). Os grupos de fatores que serão controlados em nossa pesquisa estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 03 – Grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos controlados

FATORES LINGUÍSTICOS CONTROLADOS	
1.	Menção explícita do manipulado
2.	Marcas de futuridade
3.	Valores do comando
4.	Marcas de polidez
5.	Força do comando
FATORES EXTRALINGUÍSTICOS CONTROLADOS	
6.	Faixa etária
7.	Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida

Na próxima subseção, descrevemos os grupos de fatores que serão controlados estatisticamente por meio do pacote de programas computacionais GOLDVARB, assim como as expectativas de contribuição de cada grupo.

5.3.1 Menção explícita do manipulado

⁶⁶ As variáveis independentes correspondem aos grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam a variação das formas analisadas.

Givón (1993) apresenta a menção explícita do manipulado, *you*, como um dispositivo enfraquecedor da força manipulativa do comando. Consideramos a menção dos pronomes como enfraquecedor da força manipulativa não só quando ocorre no contexto imediato ao dado, mas também no contexto mais amplo do comando. Quanto ao uso do vocativo, vamos considerá-lo como fortalecedor do comando. Os fatores controlados são:

- Ausência de menção do manipulado, sujeito não preenchido. Exemplo (46)
- Pronomes *tu*. Exemplo (47)
- Pronome *você*. Exemplo (48)
- Pronome *vocês*. Exemplo (49)
- Pronome *nós*. Exemplo (50)
- Vocativo de nome específico (nome de pessoas). Exemplo (51)
- Vocativo de nome generalizado (gente, pessoal). Exemplo (52)

(46) Ouviram o que o Lucas disse? **FALA** mais alto... Fala... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(47) ...pergunte ao seu pai... nas esquinas das ruas tem uma placa que tem o nome da rua e o CEP e os telefones de contato **tu COLOCA** mais de um telefone tá certo? (Inf. 3 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

(48) ...**você VAI COMPLEMENTAR** no teu texto com esse... e só lembrando a vocês só lembrando que eu acho que esse barulho é lá fora né? (Inf. 3 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

(49) o que que **vocês** teriam... olha... quando eu digo assim... **ABRAM** o livro na página setenta e quatro e leiam até a setenta e oito... que que eu queria dizer com isso? (Inf. 6 / +50/ Linguagens e Códigos)

(50) ...vocês vão fazer agora a professora vai levar pra casa eu vou corrigir **nós**⁶⁷ **VAMOS PASSAR**⁶⁸ pra uma folha de papel almaço obedecendo isso aqui Carla ó... a

⁶⁷ No exemplo acima, consideramos fatores extralinguísticos para classificar o *nós* como menção do pronome em um caso em que o manipulador não se inclui, pois serão os meninos que passarão a atividade mencionada para a folha de papel almaço. Da mesma forma, procederemos em exemplos como o verbo *ir* + infinitivo. No exemplo que se segue, o falante se inclui no comando, já que o professor solicita que os alunos resolvam a atividade, auxiliando-os no quadro: *agora nós VAMOS CALCULAR... agora nós VAMOS CALCULAR é... o argumento*

primeira folha da folha de papel almaço vocês vão colocar o nome completo... (Inf. 3 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

(51) Não é pra conversar... **Wesley, CONTINUA...** vamos ouvir, nós estamos precisando ouvir!! Sss! Jéssica!!! Lucas, Jéssica, Gabriel, Júlia... Sss (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(52) ...**peçoal, VAMOS RESPONDER** os exercícios... **VAMOS RESPONDER** o exercício da página noventa e um e noventa e dois. (Inf. 7 / 20-30 / Humanas)

Segundo Lyons (1977), o valor deôntico parte de uma fonte, recaindo sobre um alvo, que pode ser um *indivíduo* ou uma *intuição*. Entretanto, em nossa coleta, serão considerados os dados em que os valores deônticos recaiam sobre um indivíduo, já que tratamos de atos diretivos. Portanto, a ausência de menção explícita do manipulado deverá favorecer formas consideradas por Givón com uma maior força manipulativa, como o imperativo, assim como o uso dos pronomes favorece as formas com menor força manipulativo, como a perífrase *ir* + infinitivo. Quanto ao aparecimento do vocativo, deverá apontar as formas mais incisivas de comando, assim como sugere Reis (2003), por ser quase que inerente ao uso das formas do imperativo.

5.3.2 Marcas de futuridade

Conforme Lyons (1977) e Givón (1993), a futuridade é um importante traço da modalidade deôntica. Dessa forma, investigaremos se a presença de marcas de futuro condiciona o uso de alguma variante. Vejamos os fatores que serão analisados em uma escala de futuridade, estabelecida como forma de verificar o aparecimento de marcas explícitas de tempo futuro, considerando, portanto, o aspecto formal:

argumento de z ou melhor o ângulo o ângulo teta que é formado pela pelo módulo de z na verdade com o eixo x vamo lá! (inf. 13 / 20-30 / Exatas).

⁶⁸ Recorremos a fatores extralinguísticos, tais como entonação, para considerar os dados de *ir* + infinitivo como comando, não como futuro.

- Futuro + determinado (expresso por marcas linguísticas que indicam um futuro mais próximo do momento da fala: agora). Exemplo (53)
- Futuro – indeterminado (marcado por expressões que indicam futuro mais distante em relação ao momento da fala: amanhã, semana que vem). Exemplo (54)
- Futuro não determinado por expressões adverbiais (não apresenta marcas linguísticas expressas que indiquem o futuro). Exemplo (55)

(53) ...por isso que é bom seguir conselhos se existe uma forma de evitar doenças é... então pessoal por favor se protejam... que que tem com a AIDS? tem cura? tem coquetel né... muito bem... **agora RESPONDAM** o que se pede... há uma ambiguidade no texto **LOCALIZEM**... vamos ver onde está a ambiguidade... (Inf. 5 / +50 / Linguagens e códigos)

(54) ...eu quero é as respostas... também não vai dar tempo dizer as notas já vai tocar... **GUARDEM** e me **ENTREGUEM amanhã**... não pode perder... (Inf. 5 / +50 / Linguagens e códigos)

(55) ...na página 141 tem um quadrinho verde lá, vocês **VÃO COPIAR** a pergunta e **RESPONDER** só **FAÇAM** isso depois de ler o capítulo tá? (Inf. 17 / +50 / Exatas)

O fator *futuro + determinado* tende a favorecer comandos mais incisivos, com uma força maior de manipulação, conforme Givón (1993), devido ao caráter imediato desse fator, em relação ao que é dado como comando, obrigação.

5.3.3 Valores do comando

De acordo com Lyons (1977), as sentenças deônticas apresentam três valores modais: de obrigação, proibição e permissão⁶⁹. Como foi visto anteriormente, entendemos que o comando, função estudada neste trabalho, adéqua-se às noções de *obrigação* e *permissão*, já que, para o autor, a modalidade deôntica se encontra entre os pólos da *obrigação* e da

⁶⁹ No capítulo 4, explicamos de maneira mais clara a proposta de Lyons para a modalidade deôntica.

proibição, passando pela *permissão*. Nessa perspectiva, portanto, descartamos as possíveis ocorrências com a noção de *permissão*. Vejamos abaixo os fatores controlados para este grupo:

- Obrigação. Exemplo (56)
- Proibição. Exemplo (57)

(56) Oh! **APRENDA** com as mulheres... ela tá dizendo... ela tá dizendo... (Inf. 6 / +50 / Linguagens e Códigos)

(57) **NÃO FILMEM** isso se não é processo... pera... deixa eu lembrar da letrinha você quer... não... (Inf. 9 / 35-45 / Humanas)

Avaliando as relações entre os pontos intermediários de obrigação, permissão e proibição considerados por Kalinowski (1976, apud MENEZES, 2006), em que um predicado será obrigatório se, e somente se, não for permitido não fazer; será proibido se, e somente se, não for permitido fazer, temos a hipótese de que, nos atos de comando usados pelos professores, predomine a noção semântica da obrigação, considerando-se o que constata Lopes (2009), em análise da modalidade deôntica no discurso de professores de Língua Estrangeira, sugerindo uma postura mais incisiva, mais ditatorial do professor dentro de sala de aula.

5.3.4 Marcas de polidez

Em pesquisa desenvolvida por Reis (2003) sobre variação no uso das formas do indicativo e subjuntivo do imperativo, foram encontradas as seguintes marcas de polidez: *por favor*; *por gentileza*, e pronomes de tratamento respeitoso, como *o senhor*, *a senhora*. Além desses traços, evidenciamos como marcas de polidez, por se tratarem de atenuadoras do comando (ROST, 2002), marcadores discursivos, tais como *Veja bem!*, *Vamos lá!*, *Olhe!* De acordo com a proposta de Reis, controlaremos os seguintes fatores:

- Ausência de polidez. Exemplo (58)

- Presença de marca de polidez. Exemplo (59)

(58) **LEVANTA** a mão quem terminou... (Inf. 3 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

(59) **LEIA** aí minha filha por favor... (Inf. 6 / +50/ Linguagens e Códigos)

A polidez, conforme Bybee, Perkins & Pagliuca (1994, p. 321), é mais um significado que coocorre com o imperativo. A presença dessas marcas favorecerá as formas de comando direto, como o imperativo, com o objetivo de equilibrar a força manipulativa.

5.3.5 Força do comando

Este grupo de fatores busca analisar quais formas são favorecidas pelo uso de marcas que intensificaram a força (F) do comando. Consideremos os seguintes fatores:

- Força 1 (+ intensidade) - Repetição de meios linguísticos que expressem a modalidade deôntica, mais uso de expressões de tempo, modo, intensidade; ou o uso de mais de uma dessas expressões. Exemplo (60)

- Força 2 (+ ou – intensidade) - Repetição de meios linguísticos que expressem a modalidade deôntica ou o uso de expressões de tempo, modo, intensidade. Exemplo (61)

- Força 3 (- intensidade) – Ausência de marcas de asseveração. Exemplo (62)

(60) **FECHEM** os livros **FECHEM...** vamos ver **AGORA** o que vocês conseguiram assimilar dessa nossa leitura. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(61) Você Jéssica... Jéssica, o que você entendeu? Ssss Jéssica? Sss Andressa **VAMOS OUVIR VAMOS OUVIR...** (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(62) eu preciso que vocês copiem isso aqui porque eu vou apagar... quem ainda não copiou... **LEVANTE** a mão... (Inf. 3 / 35-45 / Humanas)

Segundo Givón, quanto maior a quantidade de informação no comando, ou seja, quanto maior a extensão do enunciado, menor será sua força. Devido a isso, os fatores *F1* e

F2, que expressam marcas de asseveração do comando, tendem a condicionar o uso de formas consideradas por Givón com menor força manipulativa, para tentar dar mais ênfase ao comando e equilibrar sua força.

5.3.6 Faixa etária

Queremos identificar se alguma forma que codifica o ato de comando será favorecida por alguma faixa etária, a fim de perceber algum processo de mudança em tempo aparente. Vejamos as idades que foram estabelecidas para a nossa análise:

- 20 a 30 anos. Exemplo (63)
- 35 a 45 anos. Exemplo (64)
- + 50 anos. Exemplo (65)

(63) ...vamo lá pessoal **ABRIR** o livro na página cento e oitenta e um... vamo lá pessoal na página cento e oitenta e um abram o livro na página cento e oitenta e um por favor pagina cento e oitenta (Inf. 1 / 20-30 / Linguagens e Códigos)

(64) ...borá quem trouxe **FAZENDO...** Junim **MARCA** as respostas no caderno quando chegar em casa passa a limpo safadeza tu num traz a apostila e eu sou a safada? (Inf. 15 / 35-45 / Exatas)

(65) ... gente ó por favor **COPIEM...** borá gente eu num vou pedir mais não... por favor...**façam** silêncio aí... isso aí pode ser um pronome oblíquo? (Inf. 5 / +50 / Linguagens e Códigos)

As formas tidas como mais incisivas de comando tendem a ser as mais usadas pela faixa etária de +50 anos. Os mais jovens costumam atenuar e usar as variantes consideradas inovadoras

5.3.7 Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida

Já que nosso corpus se constrói dentro do ambiente de sala de aula, interessa-nos saber se a área em que está inserido o professor favorece o uso de alguma variante. Consideramos como fatores as três áreas em que os PCNs dividem as disciplinas:

- Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Exemplo (66)
- Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Exemplo (67)
- Ciências Humanas e suas Tecnologias. Exemplo (68)

(66) ...mãozinha branca e magra segurando a pequena... porta... depois enfiamos as pernas na areia fina e solta mas logo se fechavam atrás dos nossos... pés deixando apenas significantes vestígios da nossa... passagem agora **LEIAM** o texto completo vamos lá... (Inf. 4 / 35-45 / Linguagens e Códigos)

(67) Então essa semana e as duas próximas estamos trabalhando com o livro... Vamos lá pessoal **VAMOS INICIAR** a nossa aula vamos lá silêncio por favor... (Inf. 11 / +50 / Humanas)

(68) ...vamos fazer... exercício da página cento e quarenta e sete... todas as questões de escrever... de marcar... **É PRA FAZER** tudo hoje tudo... certo? (Inf. 7 / 20-30 anos / Humanas)

O uso do imperativo deverá ser favorecido pelos profissionais da área de Linguagens e Códigos por haver uma tendência a uma postura mais conservadora diante da Língua.

5.4 Análise Estatística

A análise quantitativa permite mais precisão aos dados linguísticos, indicando uma regularidade do fenômeno variável e refutando o tratamento de que essa variação ocorra

de maneira aleatória. Para a análise dos nossos dados, utilizaremos o pacote de programas GOLDVARB (2001), que possibilita uma análise multivariada, usado principalmente em pesquisas sociolinguísticas. A análise multivariada, segundo Guy e Zilles (2007), é aquela que permite verificar a influência dos grupos de fatores sobre a variável.

Os programas do GOLDVARB permitem a realização de vários cruzamentos estatísticos e o teste da significância dos fatores condicionadores (linguísticos e extralinguísticos) em uma regra variável. O programa fornece um peso relativo para cada variável independente relacionada à variável dependente⁷⁰. Conforme Guy (2007, p. 41):

Um valor acima de 0,5 corresponde a um fator que favorece a aplicação da regra, um valor abaixo de 0,5 indica um fator que desfavorece a regra e um valor exatamente igual a 0,5 corresponde a um fator que essencialmente não tem efeito de regra (ou seja, em nada contribui para sua maior ou menor aplicação). Ademais, um valor próximo de 0 indica que a regra relevante (ou escolha) nunca se aplica no contexto daquele fator, e um valor próximo de 1 indica que a regra sempre se aplica no contexto daquele fator.

Os resultados obtidos a partir das rodadas estatísticas serão analisados e interpretados com o auxílio dos princípios funcionalistas⁷¹, uma vez que é necessário fundamentar em teorias linguísticas as hipóteses formuladas para esse trabalho.

Síntese Conclusiva

Neste capítulo, discutimos a constituição e a delimitação do corpus que serviu para o mapeamento das formas que codificam os atos de comando. Por se tratar de uma análise Sociolinguística e Funcionalista, buscamos trabalhar com dados reais de fala. Com esse objetivo, gravamos o discurso do professor. O corpus é formado por 30 horas de gravação de aulas de professores do Ensino Fundamental e Médio da rede Estadual e Municipal de Ensino de Fortaleza.

⁷⁰ A variável dependente corresponde ao conjunto de variantes que compõem à variável linguística sob análise; as variáveis independentes correspondem aos grupos de fatores linguísticos ou extralinguísticos, que condicionam o uso de uma variante.

⁷¹ Os princípios funcionalistas aos quais fazemos referência são os de iconicidade e marcação, explorados na seção intitulada Funcionalismo Linguístico.

Apresentamos a variável analisada em nossa pesquisa, elencando as formas constantes no corpus que codificam a função ato de comando com valor de obrigação e proibição. Essas formas mostram-se em variação em um mesmo contexto de uso. Em seguida, estabelecemos os grupos de fatores que devem provar a variação sistemática das formas, os quais serão analisados quantitativamente nos programas do pacote computacional GOLDVARB. Este programa é comumente usado em pesquisas sociolinguísticas por medir a significância dos grupos de fatores sobre a regra variável. A seguir, discutiremos os resultados obtidos através das rodadas estatísticas e analisaremos quais grupos de fatores se mostraram significantes para nossa pesquisa.

6 ATOS DE COMANDO NO DISCURSO DO PROFESSOR: análise e discussão dos dados

APRESENTAÇÃO

Pretendemos, neste capítulo, analisar, na fala de professores de Fortaleza, as ocorrências de atos de comando codificados pelo imperativo, pela perífrase *ir* + infinitivo, pelo infinitivo e pelo gerúndio, buscando, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Sociolinguística e do Funcionalismo, apresentar e discutir os resultados quantitativos, oriundos da análise dos dados no programa estatístico GOLDVARB, em consonância com os procedimentos metodológicos descritos no capítulo anterior.

Este capítulo organiza-se em seis seções: a primeira faz uma exposição geral de nossa amostra; as demais contemplam as variantes estudadas nesta análise e o comportamento de cada forma em oposição às demais, bem como os grupos de fatores que condicionaram o uso desses atos de comando; e a última retoma os pressupostos teóricos deste trabalho, buscando entender os resultados alcançados com a pesquisa.

A análise das formas será apresentada de acordo com a quantidade de dados encontrada para cada uma das variantes, sendo o imperativo a forma que mais apresentou ocorrências, seguido da perífrase, do infinitivo e do gerúndio. A ordem da discussão dos grupos de fatores seguirá a ordem de seleção feita pelo programa computacional GOLDVARB que destaca os grupos de maior significância para a variação.

6.1 A amostra

Como foi explicitado no capítulo anterior, nosso *corpus* é composto pela fala de professores do ensino público de Fortaleza, da rede Estadual e Municipal, totalizando 18 informantes. A duração média de cada aula é 100 minutos, perfazendo um total de 30 horas de gravação. Desse *corpus*, foram considerados 410 dados que codificam a função ato de comando, compondo nossa amostra para esta dissertação. Dentre os 410 dados, 262 correspondem ao imperativo, 113 à perífrase *ir* + infinitivo, 25 ao infinitivo e 10 ao gerúndio. Abaixo, na tabela 1, apresentamos o número total de ocorrências encontradas e o total para cada forma:

Tabela 01 – Distribuição geral das variantes.

VARIANTES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
IMPERATIVO	262/410	63.9%
PERÍFRASE: IR + INFINITIVO	113/410	27.6%
INFINITIVO	25/410	6.1%
GERÚNDIO	10/410	2.4%

Consideremos a diferença entre o número de ocorrências das formas que codificam a função atos de comando. O imperativo aparece como predominante com 63.9% dos dados. A perífrase com 27.6%, seguida do infinitivo com 6.1% e do gerúndio com 2.4% das ocorrências. A partir desses resultados, podemos ter uma visão clara, no gráfico a seguir, da importância de uso de cada uma dessas formas que compõem nossa regra variável.

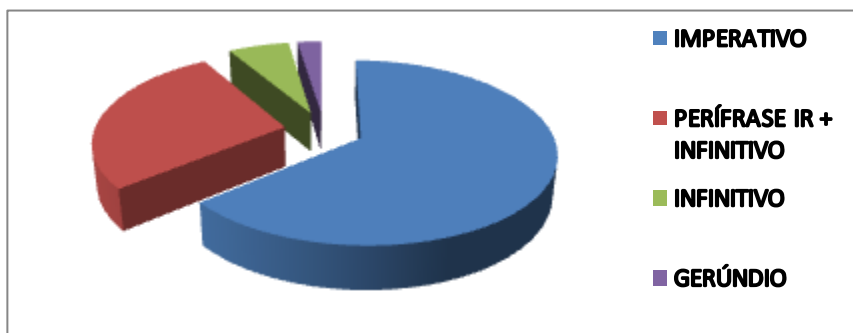


Figura 01: Frequência absoluta das variantes que codificam a função atos de comando.

Para a análise de dados, foi necessário que tomássemos como “aplicação de regra” o uso de cada variante em oposição às demais, atendendo metodologicamente a uma exigência do programa GOLDVARB, para que gerasse, além dos percentuais, o peso relativo, fundamental para indicar estatisticamente a importância dos grupos de fatores no condicionamento do uso das formas que codificam os atos de comando.

6.2 Imperativo

O imperativo foi a forma mais produtiva em nossa pesquisa. Como vimos acima, de um total de 410, foram 262 dados dessa forma, favorecendo a seleção estatística de quatro dos sete grupos de fatores. Consideramos todas as formas do imperativo para compor essa variante: a forma de segunda pessoa associada ao indicativo, conforme exemplo (68); a forma de segunda pessoa associada ao subjuntivo, conforme exemplo (69); e a forma da terceira pessoa do plural, conforme exemplo (70)⁷².

(68) **CONTINUA**, Caroline, o segundo parágrafo... Gabriel... Yorrane... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(69) quais são as idéias que a gente pode retirar desse tópico, desse item um... **FALE**... sim... Diego... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(70) na página 25, nós temos esse mapa... **OBSERVEM** esse mapa... Júlia o que que você consegue ver nesse mapa?... O que os índios estão fazendo? (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

Abaixo, apresentamos um quadro com as variáveis independentes⁷³ selecionadas de acordo com sua importância estatística para o imperativo como aplicação de regra.

⁷² Dentre as formas no imperativo, foram coletadas: 92 ocorrências para o imperativo na terceira pessoa do plural (correspondendo a 35.1% do total de dados); 90 ocorrências para o imperativo singular de segunda pessoa associado ao indicativo (34.4% dos dados); e 80 para o imperativo singular de segunda pessoa associado ao subjuntivo (30.5%).

⁷³ A descrição detalhada das variáveis é feita no capítulo 5 - **Procedimentos Metodológicos**.

Quadro 4 – Variáveis independentes selecionadas pelo programa GOLDVARB, por ordem de significância estatística para o ato de comando codificado pelo imperativo.

1. Menção explícita do manipulado
2. Marcas de polidez
3. Força do comando
4. Faixa Etária

O imperativo, para Givón (1993), corresponde à forma em que a força manipulativa⁷⁴ é maior. Acreditamos, portanto, que é uma das justificativas possíveis para o maior uso dessa variante em detrimento das outras, já que o professor precisa mostrar sua autoridade dentro de sala de aula, instaurando obrigações em seu discurso. Vejamos a descrição e análise desses grupos de fatores e dos que não foram selecionados pelo GOLDVARB, mas que, ainda assim, contribuem para a descrição e análise dos atos de comando codificados pelo imperativo.

6.2.1 Menção explícita do manipulado

Como vimos no quadro acima, essa variável foi selecionada pelo programa estatístico como aquela que exerce maior influência sobre a aplicação da regra. Considerando-se que a fonte é o professor que emite um comando (que pode ter o valor de obrigação e proibição) a um indivíduo, que no caso é o aluno, ou os alunos, interessa-nos saber de que forma é feita essa menção a esse indivíduo, ou aos indivíduos, e como essa menção do manipulado pode condicionar o uso de uma variante dos atos de comando. Estabelecemos os seguintes fatores: ausência de menção do manipulado; uso do pronome *tu*; uso do pronome *você*; pronome *vocês*; pronome *nós*; uso do vocativo de nome generalizado; e do vocativo de nome específico.

Segundo Givón (1993), a menção do manipulado na forma pronominal é um dispositivo linguístico enfraquecedor da força manipulativa. De acordo com isso, estabelecemos a hipótese de que a menção do manipulado, através dessas formas, favoreceria

⁷⁴ Ver o capítulo 4 – **Modalidade** – em que são apresentados os atos de fala não declarativos.

formas mais amenas de comando, enquanto que o vocativo favoreceria formas mais incisivas, o imperativo.

O grupo de fatores precisou sofrer alterações para que gerasse o peso relativo, ou seja, para que revelasse sua significância estatisticamente. Apresentou o que o programa chama de *KnockOut*. Esse procedimento mostra que para um dos fatores instituídos não houve nenhum dado. Isso faz com que um segundo procedimento seja realizado para dar sequência à rodada estatística: o processo de amalgamação dos fatores. Os fatores que apresentaram esse problema foram: o pronome *nós* e o vocativo de nome generalizado, os quais foram amalgamados do seguinte modo: pronome *nós* e o pronome *vocês*; o vocativo de nome generalizado e o vocativo de nome específico, nomeando os novos fatores, respectivamente, de: pronome no plural e vocativo. Assim, vejamos a tabela abaixo que apresenta os resultados para esse grupo. O peso relativo acima de 0.5 significa que a forma associada ao imperativo está sendo favorecida; o peso relativo abaixo de 0.5 indica seu desfavorecimento.

Tabela 02 – Influência do grupo de fatores *menção explícita do manipulado* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Vocativo	96/128	75%	0.667
Ausência de menção do manipulado	106/151	70.2%	0.539
Pronome <i>tu</i>	2/3	66.7%	0.504
Pronome <i>você</i>	19/37	51.4%	0.372
Pronome no plural	39/91	42.9%	0.264

Como dissemos acima, o imperativo é considerado como a forma mais incisiva de comando segundo Givón (1993), assim como a menção do manipulado enfraquece a força manipulativa. Dessa forma, para que seu comando seja mais incisivo, o professor utilizaria o imperativo aliado à ausência de menção do manipulado, na forma pronominal, ou o imperativo associado ao vocativo. Os resultados mostraram que a menção explícita do manipulado codificado pelo vocativo favorece o uso do imperativo, já que o fator apresentou peso relativo 0.667, aliado a uma grande frequência, 75%. Nos exemplos (71) e (72), ocorre o uso do imperativo associado tanto ao vocativo de nome específico, quanto ao vocativo de nome generalizado.

(71) ...temos que conscientizar primeiro a nossa casa né... conscientizar os nossos pais os nossos irmãos pequenos [] Fala mais alto pra gente poder ouvir... o Lucas está falando **FALA** alto *LUCAS* (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(72) ...senhores e senhoras por favor **RECAPITULEM** última aula... **ABRAM** os cadernos na nossa última aula por favor... vamos passar a limpo o que estava no caderno princesa tu vai procurar um canto pra estudar como é que é? num sei, fique num canto que você pode fazer alguma coisa aonde vai ser... (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

Partindo de Givón (1993), que aponta a menção do manipulado como enfraquecedor da força manipulativa, estabelecemos a hipótese de que a menção desse manipulado seria associada às formas menos incisivas de comando. Enquanto que o vocativo favoreceria o uso do imperativo. A pesquisa confirmou nossa inicial, indicando o vocativo como um dispositivo fortalecedor da força manipulativa. O mesmo resultado obteve Reis (2003). Em seu estudo, essa forma favoreceu os atos de comando codificados pelo imperativo associado à forma indicativa⁷⁵, forma considerada mais incisiva de comando. Entretanto, diferentemente do que fazemos, a autora trabalhou com atos de comando de natureza exclusivamente imperativa.

O fator pronome *tu* apresenta um peso relativo 0.504, demonstrando um comportamento probabilístico neutro. Dentre os fatores do grupo, o que menos exerce influência sobre o uso do ato de comando no imperativo, é o pronome no plural, ou seja, o pronome *vocês*. Na maioria dos exemplos, como em (73), o imperativo no plural é usado com a ausência do manipulado. Além disso, deve-se considerar que o pronome *você*, segundo Reis (2003), é uma forma de tratamento respeitosa, mostrando um grau de polidez ao ser usado, conforme exemplo (74). Por isso, não favorece a forma imperativa, tida como a forma mais contundente de comando.

(73) ...atenção para a passagem da nota... **OLHEM** os cadernos por favor primeira pergunta (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

⁷⁵ Como vimos no capítulo 2, Reis (2003) compõe sua regra variável com as formas variantes de segunda pessoa do imperativo: associado ao indicativo e associado ao subjuntivo. Dentre essas formas, conforme a autora, o imperativo associado ao indicativo é a forma mais incisiva de comando.

(74) Então vamos... você **SENTA** direitinho que tá todo aberto parece uma rede de drenagem... (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

6.2.2 Marcas de polidez

Essa variável independente foi selecionada em segundo lugar quanto a sua relevância para a aplicação da regra. Consideramos como marcas de polidez o uso das marcas *por favor, por gentileza*, os pronomes *o senhor e a senhora*, e alguns marcadores discursivos, por se tratarem de formas atenuadoras do comando segundo Rost (2002)⁷⁶.

Vimos que, segundo Givón (1993), a presença de marcas de polidez enfraquece a força manipulativa, fazendo com que estabelecêssemos a hipótese de que o fator *presença de marcas de polidez* favorecesse o uso do ato de comando mais forte, o imperativo, como forma de amenizar o comando, de equilibrar a força manipulativa. Como afirma Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), a polidez tende a coocorrer com as formas no imperativo. Diante disso, vejamos os resultados:

Tabela 03 – Influência do grupo de fatores *marcas de polidez* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Ausência de polidez	198/296	66.9%	0.544
Presença de polidez	64/114	56.1%	0.388

A tabela revela um resultado contrário a nossa hipótese. A *presença de marcas de polidez* apresentou peso relativo de 0.388, revelando que essa marca linguística desfavorece o uso do imperativo. Enquanto *a ausência de polidez*, com peso relativo 0.544, mostra equilíbrio entre a variante em análise e as demais variantes. Acreditamos, portanto, que o falante tende a diminuir a força manipulativa do comando com outras formas diferentes do

⁷⁶ Rost (2002, p. 63) apresenta os itens *olha* e *veja* como marcadores discursivos com função atenuadora, por exemplo: “**Veja** bem, se sentir amado de fora pra dentro, sabe? uma outra pessoa gostar de você, tipo homem mulher é um lance, mas se você se sentir amado por uma coletividade, se sentir bem, sabe? se sentir bem, você chegar num lugar e ter várias pessoas, nenhuma delas te conhece você se sente como?”.

imperativo. Vejamos os exemplos (75), (76), (77) e (78) que exemplificam os fatores trabalhados neste grupo:

(75) No começo as relações foram de amizade mas depois... de início relações harmoniosas... O Lucas vai ler... Lucas... mais alto... **CONTINUA** Caroline o segundo parágrafo... Gabriel... Yorrane... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(76) Qual é a base dessa alimentação?... Peixe que eles tiravam... não é... tiravam da natureza raízes a mandioca o que mais? E a Paula... **PARTICIPA** também da aula aí... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(77) ...**olha**... pessoal **PRESTA** atenção pessoal seis vezes sete é quanto? Pessoal vamo ajudar vamo ajudar vamo lá seis vezes cinco pessoal eu não ouvi eu não ouvi... (Inf. 16 / 35-45 / Exatas)

(78) **senhores e senhoras por favor RECAPITULEM** a última aula... **ABRAM** os cadernos na nossa última aula por favor... (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

Nos exemplos (75), (76) e (77), temos a ausência da marca de polidez, que se mostra neutra quanto a sua influência no uso do imperativo. No exemplo (78), ainda que este fator não favoreça o uso do imperativo, há duas marcas de polidez (pronomes *senhor* e *senhora* e a marca *por favor*), que suavizam o ato de comando codificado pelo imperativo.

6.2.3 Força do comando

A *força do comando* foi o terceiro grupo de fator selecionado pelo programa estatístico em relação a sua significância. Este grupo estabelece uma escala para as marcas de asseveração do comando, visando a analisar se as marcas de asseveração do comando influenciam no uso do imperativo. Essas marcas funcionam no sentido de reforçar a imposição instaurada pelo professor. Nossa hipótese era de que a ausência de marcas de asseveração (constituindo o fator *F3*) desfavorecesse o uso do imperativo. que se constitui

como um ato de comando prototípico (GIVÓN, 1993), que, desse modo, por carregar grande força manipulativa, não seria condicionado por marcas linguísticas que aumentassem esse grau da força do comando. Vejamos os resultados:

Tabela 04 – Influência do grupo de fatores *força do comando* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
F1 ⁷⁷	2/3	66.7%	0.608
F3 ⁷⁸	201/296	67.9%	0.546
F2 ⁷⁹	59/111	53.2%	0.377

Os resultados da análise mostrados na tabela acima apontam para um viés contrário a nossa hipótese. Segundo o peso relativo, 0.608 para *F1*, a presença de mais de uma marca de asseveração, na mesma cláusula do comando, condiciona o uso da forma no imperativo. Vejamos o exemplo (79):

(79) **FECHEM** os livros, **FECHEM**, vamos ver **AGORA** o que vocês conseguiram assimilar dessa nossa leitura. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

No excerto (79), ocorre o uso do imperativo para designar o comando para a turma de alunos com as seguintes marcas de asseveração: repetição do meio linguístico que indica o comando (*fechem*) e o uso do advérbio (*agora*) que indica a necessidade de se realizar a ação proferida pelo professor imediatamente. São duas formas distintas de enfatizar o comando que está sendo instaurado.

A ausência de marcas de asseveração mostra-se um pouco acima de neutra (peso relativo 0.546) em relação ao ato de comando no imperativo, evidenciando um pequeno favorecimento desse fator no uso do imperativo, como nos exemplos (80), (81) e (82):

(80) **TENTEM** resolver essa questão do texto que a gente terminou de ler **RESPONDAM** porque na próxima aula eu vou dar ponto... agora eu quero por escrito falta cinco minutos e vocês **VÃO COMEÇAR** a fazer essa atividade no caderno... (Inf. 5 / +50 / Linguagens e Códigos)

⁷⁷ F1 – Repetição de meios linguísticos que expressem a modalidade deôntica e uso de expressões de tempo, modo, intensidade; ou o uso de mais de uma dessas expressões.

⁷⁸ F3 - Ausência de marcas de asseveração.

⁷⁹ F2 - Repetição de meios linguísticos que expressem a modalidade deôntica ou o uso de expressões de tempo, modo, intensidade.

(81) Cadê a sua apostila? cadê a tua? **FAÇAM** de lápis... Ingrid fazer a tarefa com a Raissa... fazer a tarefa com a Raissa... conseguiu Lucas resolver seu problema? Jonas Jonas... alguém perdeu um apontador? (Inf. 2 / 20-30 anos / Linguagens e Códigos)

(82) Amanda, só um pouquinho... Amanda, **FALA**... Yorrane:... por que que os índios não resistiram ao português levar essas madeiras? (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

6.2.4 Faixa etária

A *faixa etária* é um grupo de fator considerado na maioria das pesquisas sociolinguísticas. Esta variável foi a última selecionada pelo programa estatístico, mostrando-se significativa para explicar o uso variável dos atos de comando. Vejamos os resultados na tabela abaixo:

Tabela 05 – Influência do grupo de fatores *faixa etária* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
+ 50 anos	102/156	65.4%	0.549
35 a 45 anos	110/159	69.2%	0.528
20 a 30 anos	50/95	52.6%	0.376

Os resultados da tabela confirmam a hipótese estabelecida neste trabalho de que a faixa etária de 20 a 30 anos desfavoreceria o uso do imperativo, com peso relativo 0.376. Esta é a forma considerada mais conservadora de comando dentre as variantes que analisamos. A faixa etária entre 35 a 45 anos apresenta-se praticamente neutra em relação ao uso do imperativo, mas ainda mostra um pequeno favorecimento para o uso do imperativo. A faixa etária +50 anos revela-se como a que mais influencia o uso do imperativo para codificar atos de comando, embora o peso relativo seja 0.549.

A seguir, observaremos os demais grupos de fatores controlados nesta pesquisa, ainda que o programa estatístico não os tenha selecionado.

6.2.5 Valores do comando⁸⁰

Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica é associada ao valor de obrigação, estabelecendo relação com a permissão e a proibição. Adotamos, portanto, os valores deônticos de obrigação e proibição dos atos de comando, como foi exposto nos procedimentos metodológicos deste trabalho.

Lopes (2209), em seu trabalho sobre modalidade deôntica expressa por vários meios linguísticos⁸¹, dentre eles os diretivos, que contempla o imperativo, apresenta o valor de obrigação como o valor mais produtivo. Portanto, nossa hipótese foi de que o professor se utilizaria de comandos com o valor de obrigação, por sugerir uma postura mais incisiva em seu discurso, que tenta incitar seu aluno a fazer aquela ação. Segundo Givón (1993), as formas imperativas negativas são consideradas expressões mais fracas, por serem menos diretas, contribuindo para o enfraquecimento da força manipulativa. Esta variável não se apresentou como significativa para o programa, mas é importante verificar a frequência. Vejamos a tabela:

Tabela 06 – Influência do grupo de fatores *valores do comando* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Proibição	14/18	77.8%
Obrigação	248/392	63.3%

Embora o programa estatístico não tenha selecionado este grupo como significativo, podemos inferir que a proibição é mais associada ao ato de comando na forma imperativa, apresentando a frequência de 77.8%. Quanto ao fator obrigação, aparece com alta frequência predominante tanto para o imperativo como para as demais formas, o que veremos nas próximas seções. No exemplo (83), apresentamos o imperativo com o valor de obrigação. Já no exemplo (84), há o imperativo com o valor de proibição.

⁸⁰ Dos três grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o segundo.

⁸¹ Os meios linguísticos apontados por esses trabalhos são: auxiliares modais; verbo pleno (dentre eles o imperativo); adjetivo em posição predicativa; e substantivo.

(83) ...temos que conscientizar primeiro a nossa casa, né, conscientizar os nossos pais, os nossos irmãos pequenos... **FALA** mais alto pra gente poder ouvir. O Lucas está falando, fala alto, Lucas. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(84) Agora Felipe!... um predicado nominal... um predicado nominal Felipe... **NÃO ATRAPALHA** o Felipe não! (Inf. 6 / +50 / Linguagens e Códigos)

A superioridade da instauração de obrigação era esperada pelo fato de o discurso do professor ser tipicamente um discurso autoritário, que dita regras de conduta e normas a serem seguidas, mas o que houve foi uma maior frequência da proibição, já que os diretivos apresentam como subtipos, como vimos no capítulo 3, o proibitivo.

6.2.6 Marcas de futuridade⁸²

Segundo Palmer (1986), o imperativo não é marcado por outras categorias verbais, como o tempo, isso porque a ação desejada está sempre no futuro. Givón (1984) considera como asserções *realis*, verdadeiras ou falsas, e asserções *irrealis* (possíveis). Portanto, para o autor, os atos manipulativos configuram-se como *irrealis*, pois são projeções que podem realizar-se ou não.

De acordo com isso, estabelecemos o grupo de fator *marcas de futuridade*, para que pudéssemos analisar a influência dessas marcas expressas no condicionamento dos atos de comando.

Tabela 07 – Influência do grupo de fatores *marcas de futuridade* no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Futuro indeterminado ⁸³	228/347	65.7%
Futuro + determinado ⁸⁴	24/44	54.5%
Futuro - determinado ⁸⁵	10/19	52.6%

⁸² Dos três grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o primeiro.

⁸³ Futuro indeterminado.

⁸⁴ Futuro mais próximo do MF – momento da fala: agora.

⁸⁵ Futuro mais distante em relação ao momento da fala: amanhã, semana que vem.

Segundo Reis (2003), o futuro não previsível em relação ao momento da fala condiciona o uso do imperativo associado ao subjuntivo, forma com força manipulativa menor. Corroborando Reis, formamos a hipótese de que os fatores *futuro + determinado* e *futuro - determinado* condicionariam o imperativo, por ser a forma mais incisiva de comando. Embora não haja pesos relativos que confirmem efetivamente esse condicionamento, a frequência do fator *futuro indeterminado* com 65.7% associado ao imperativo revela um maior uso dessa forma com situações futuras não determinadas.

É importante ressaltar que para compor esta variável independente, adotamos marcas expressas, como advérbio e adjuntos adverbiais, que indicassem o futuro mais determinado (85), o futuro menos determinado (86) e o futuro indeterminado (87).

(85) *agora* **FAÇAM** a b sozinhos...pessoal ó presta atenção aí na b aquilo que eu já expliquei pra vocês... quarenta eu posso formar com? (Inf. 16 / 35-45 / Exatas)

(86) cinco minutos que estão faltando vocês vão responder... eu quero é as respostas... também não vai dar tempo dizer as notas já vai tocar... guardem e me **entreguem** amanhã... não pode perder... (Inf. 5 / +50 / Linguagens e Códigos)

(87) Alice a Karla ta falando, **ESCUA**... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

O excerto (87) revela que a explicação do comando contém marca de concomitância, em que o professor, ao mostrar a aluna uma situação, ordena que ela escute. É como se tivéssemos implícito aí um advérbio que desse um caráter imediato à situação, como *agora*, no entanto, isso não foi considerado em nossa análise, já que o estabelecido foi determinar o futuro com marcas linguísticas expressas nas estruturas. Por isso, o exemplo acima foi classificado como *futuro indeterminado*, embora possa indicar um futuro mais próximo ao momento da fala.

6.2.7 Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida⁸⁶

⁸⁶ Dos três grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o terceiro.

Este é mais um fator extralinguístico testado com o intuito de verificar se a área de formação do professor influenciaria no uso dos atos de comando. Como consideramos o imperativo como a forma conservadora, mais atrelada aos compêndios gramaticais, nossa hipótese foi de que o professor da área de Linguagens e Códigos usaria mais a forma do imperativo, por, geralmente, ter uma postura mais conservadora diante da Língua.

Tabela 08 – Influência do grupo de fatores área em que o professor atua no uso do IMPERATIVO em oposição à forma perifrástica, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	111/169	65.7%
Ciências Humanas e suas Tecnologias	74/114	64.9%
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	77/127	60.6%

Os dados mostram que o imperativo está em variação nas três áreas e quase não há diferenças percentuais entre as três. Ainda assim, os resultados apontam para o maior uso dos atos de comando no imperativo por professores da área de Linguagens e Códigos.

6.3 Perífrase *ir* + infinitivo

A perífrase *ir* + infinitivo é uma forma que coocorre com o imperativo, codificando também a função ato de comando. Essa variante apresenta um aumento da extensão do enunciado do comando, caracterizando-se como um dispositivo linguístico apontado por Givón (1993) como enfraquecedor da força manipulativa. Apresentou-se como a variante com o segundo maior número de ocorrências. Nos trechos (88) e (89), mostram as formas que consideramos para essa variante.

(88) Um dois três “Pssss!” Paula, Paula, escuta... Andreza... Escutem, Escutem! Lucas... **VAMOS OUVIR** o Lucas... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(89) Pronto turma... Natália tu **VAI ENTREGAR** as provas e eu vou passar aqui uma atividade a primeira só as respostas ... Natália entrega a prova dos meninos... (Inf. 14 / 20-30 / Exatas)

Como vimos anteriormente, a perífrase *ir* no imperativo singular + infinitivo é considerada pelos compêndios gramaticais⁸⁷ como codificadora da função de comando. No entanto, para o trabalho de Lopes (2009), a forma *ir* na primeira pessoa do plural + infinitivo pode ser substituída por um imperativo, mostrando que é uma ordem direta, tratando-se, segundo Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), de modalidade orientada para o falante (MOF)⁸⁸. Como foi dito anteriormente, essa modalidade diz respeito aos diretivos, conforme Palmer (1994)⁸⁹. Além disso, Lopes chama atenção para casos como o apresentado em (88), em que o verbo *ir*, na primeira pessoa do plural, inclui o falante, no caso o professor, como forma também de amenizar a ordem dada ao aluno, em um subtipo dos diretivos, o exortativo.

Passemos, agora, a analisar a variação da perífrase *ir* + infinitivo em função das variáveis independentes controladas neste trabalho. Mantivemos os mesmos grupos de fatores para todas as formas estudadas: cinco grupos de fatores linguísticos e dois grupos de fatores extralinguísticos. O programa GOLDVARB selecionou apenas um grupo de fator como significativo, *menção explícita do manipulado*. Este e os demais grupos de fatores, ainda que não tenham sido selecionados pelo programa estatístico, serão discutidos abaixo.

6.3.1 Menção explícita do manipulado

Como vimos anteriormente, Givón (1993) apresenta a menção explícita do manipulado por meio de forma pronominal como enfraquecedora do comando. Ao constituirmos esta variável, queríamos analisar de que forma essa menção influenciaria no uso de uma ou outra forma que codifica o ato de comando. Estabelecemos que a menção do manipulado, através de pronomes, deveria favorecer as formas consideradas com menor força manipulativa, dentre as quais está a perífrase. Enquanto que o vocativo favoreceria usos mais

⁸⁷ Para ver a descrição da função ato de comando pelos gramáticos, consultar o capítulo 2.

⁸⁸ Ver o capítulo 4 que trata os tipos de modalidade.

⁸⁹ Quando levamos o falante a praticar algo (PALMER, 1986).

incisivos de comando, o imperativo. Assim como na forma anterior, esse grupo de fator sofreu alterações⁹⁰ para que o programa estatístico gerasse os pesos relativos.

Tabela 09 – Influência do grupo de fatores *menção explícita do manipulado* no uso da PERÍFRASE *IR + INFINITIVO* em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Pronome no plural	50/91	54.9%	0.782
Pronome <i>tu</i>	1/3	33.3%	0.596
Pronome <i>você</i>	12/37	32.4%	0.586
Ausência de menção do manipulado	33/118	21.9%	0.452
Vocativo	17/128	13.3%	0.312

Como podemos observar, a ausência da menção do manipulado, com peso relativo de 0.452 revela desfavorecimento para o uso da perífrase, ao passo que o pronome no plural mostra que a menção explícita do manipulado é fator que condiciona o uso dessa forma. Os pesos relativos dos pronomes *você* e *tu* mostram-se próximos a um ponto neutro 0.5, expondo um equilíbrio para essas menções. O peso relativo 0.312 para o vocativo revela que essa associação inibe a variante perifrástica. Para esse fator, resultado oposto ocorreu para o imperativo, pois o vocativo apresentou-se como favorecedor de seu uso.

Vejamos que a frequência do pronome no plural mostra-se como importante para a discussão, apresentando-se com 54.9% das ocorrências com esse fator. Isso pode ser justificado pelas formas consideradas nessa variante, constituídas pelo verbo *ir* na primeira pessoa do plural mais o infinitivo, como em (90), que apresenta o *nós* logo após a ocorrência da forma perifrástica.

(90) Wesley continua... **VAMOS OUVIR...** *NÓS* estamos precisando ouvir... Sss
Jéssica Lucas Jéssica Gabriel Júlia... Ssss (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

A seguir, expomos os demais grupos de fatores que, embora não tenham sido selecionados estatisticamente pelo GOLDVARB, serão discutidos.

6.3.2 Marcas de futuridade⁹¹

⁹⁰ Para ver o detalhamento das alterações realizadas no grupo de fator *menção explícita do manipulado*, consultar neste mesmo capítulo, seção 6.2.1, página 74.

⁹¹ Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o terceiro.

Segundo a escala que estabelecemos, que vai do mais determinado ao menos determinado, era esperado que o fator *futuro indeterminado* condicionaria o uso dos atos de comando que apresentam força manipulativa menor, como a forma perifrástica. A tabela 10 mostra os resultados referentes a este grupo de fator.

Tabela 10 – Influência do grupo de fatores *marcas de futuridade* no uso da PERÍFRASE *IR* + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Futuro - determinado	9/19	47.4%
Futuro + determinado	16/44	36.4%
Futuro indeterminado	88/347	25.4%

Como podemos observar, de acordo com a frequência, é possível perceber que o fator *futuro indeterminado* parece inibir o uso do ato de comando na forma perifrástica *ir* + infinitivo, contrariando nossa hipótese inicial. Os outros fatores também não se mostram favorecedores do uso da forma.

6.3.3 Valores do comando⁹²

Este grupo de fator foi testado porque tínhamos a hipótese de que a proibição (negação do comando), segundo Givón (1993), que constitui dispositivo enfraquecedor da força manipulativa do comando, favoreceria os atos de comando diferentes do imperativo, por serem considerados como comandos mais amenos. No entanto, o que observamos, de acordo com a tabela 11, é uma maior tendência ao uso do comando com valor de obrigação associado à forma perifrástica. Viés contrário teve este fator para o uso do imperativo, como vimos na seção anterior. O fator *proibição* foi mais associado ao imperativo, apresentando frequência de 77.8%.

Tabela 11 – Influência do grupo de fatores *valores do comando* no uso da PERÍFRASE *IR* + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Obrigação	110/392	28.1%
Proibição	3/18	16.7%

⁹² Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o quinto.

Acreditamos que o tipo de discurso do professor do Ensino Fundamental e Médio, que dita normas e regras de conduta, seja o condicionador dos comandos com valor de obrigação. Segundo Lopes (2009), a obrigação aparece incidindo sobre todos os envolvidos na sala de aula, professor e aluno.

6.3.4 Marcas de polidez⁹³

A presença de marcas de polidez é enfraquecedora do ato manipulativo (GIVÓN, 1993). Para Bybee, Perkins & Pagliuca (1994), a polidez favorece o imperativo, pois caracteriza-se como um dispositivo que ameniza o comando. Os resultados apresentados abaixo não confirmam a nossa hipótese de que a ausência de marcas de polidez condicionaria formas consideradas mais amenas de ato de comando. A análise da frequência não aponta nenhum condicionamento favorável ao uso da perífrase *ir* + infinitivo. Fato distinto do ocorrido com o imperativo, pois esse grupo de fatores mostrou-se relevante estatisticamente. No entanto, os resultados para o ato de comando no imperativo contrariaram a hipótese postulada inicialmente, de que a presença de polidez coocorreria com o imperativo. Ao contrário, foi a ausência de polidez que condicionou o imperativo.

Tabela 12 – Influência do grupo de fatores *marcas de polidez* no uso da PERÍFRASE *IR* + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Ausência de polidez	84/296	28.4%
Presença de polidez	29/114	25.4%

6.3.5 Força do comando⁹⁴

Esse grupo não se mostra relevante no que diz respeito à análise da variante *ir* + infinitivo. Comportamento inverso ocorreu com a variante no imperativo. Na análise do ato de comando na forma perifrástica, era esperado que as *forças 1* e *2* condicionassem o uso

⁹³ Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o segundo.

⁹⁴ Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o sexto.

dessa forma com o intuito de atribuir mais ênfase ao comando, por se tratar de uma forma menos incisiva, com força manipulativa menor. De acordo com a tabela 13, embora não haja uma porcentagem significativa, os fatores, caracterizados por apresentarem uma ou mais marcas de asseveração do comando, F1 e F2, apresentam porcentagem maior do que F3, que apresenta 25.7%. No entanto, há mais dados para F2 e F3 e apenas um dado para F1.

Tabela 13 – Influência do grupo de fatores *força do comando* no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
F1	1/3	33.3%
F2	36/111	32.4%
F3	76/296	25.7%

6.3.6 Faixa etária⁹⁵

Os resultados referentes a este grupo apontam para uma variação desta forma nas três faixas etárias, não demonstrando relevância estatística que aponte alguma faixa como condicionadora do ato de comando codificado pela perífrase, como podemos observar na tabela 14.

Tabela 14 – Influência do grupo de fatores *faixa etária* no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
+ 50 anos	45/156	28.8%
35 a 45 anos	43/159	27%
20 a 30 anos	25/95	26.3%

Como os percentuais pouco variam, é possível perceber que essa forma é usada quase na mesma proporção para todas as faixas etárias. De forma diferente deu-se para a variante imperativa, uma vez que esta variável foi significativa, confirmando a hipótese estipulada de que a faixa etária mais jovem desfavoreceria o uso do imperativo, do que resultaria o favorecimento pelas outras faixas.

⁹⁵ Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o primeiro.

6.3.7 Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida⁹⁶

Ao estipularmos esta variável, o objetivo era verificar se a área de formação do professor influenciaria no uso de alguma forma. Segundo nossa hipótese, as áreas relacionadas às ciências humanas e exatas condicionariam as formas consideradas inovadoras. Entretanto, os dados apontam o uso da forma perifrástica nas três áreas, apresentando uma leve diferença entre a frequência das exatas se comparada à frequência das demais áreas, mas nada que revele o favorecimento desta forma por uma das áreas.

Tabela 15 – Influência do grupo de fatores área em que o professor atua no uso da PERÍFRASE IR + INFINITIVO em oposição ao imperativo, ao infinitivo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	39/127	30.7%
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	46/169	27.2%
Ciências Humanas e suas Tecnologias	28/114	24.6%

6.4 Infinitivo

As gramáticas⁹⁷ apontam para formas que são usadas em português com a função de dirigir um comando a alguém, função geralmente atribuída ao modo verbal imperativo. Dentre essas formas, está o verbo no infinitivo, que se constitui como uma de nossas variantes, apresentando-se como a forma com o terceiro maior número de ocorrências, 25 no total. Essa forma é também considerada inovadora e com menor força manipulativa, em relação ao imperativo. Consideramos duas formas para compor essa variante: o infinitivo e o *é para (pra) + infinitivo*. Vejamos os excertos abaixo que exemplificam esta variante: o exemplo (91) mostra o infinitivo, e o exemplo (92), a construção *é pra + infinitivo*.

(91) ...pessoal pessoal **FAZER** a atividade que ontem vocês não terminaram... fazendo silêncio vamo sentando aê por favor... **FAZER** atividade... (Inf. 7 / 20-30 / Humanas)

⁹⁶ Dos seis grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o quarto.

⁹⁷ Ver o capítulo 2 em que é exposta a função do ato de comando nas gramáticas.

(92) **É PRA MARCAR É PRA MARCAR...** vamo lá? Ó... vamo vamo fazer aqui vamo lá ó a gente vai... (Inf. 8 / 20-30 / Humanas)

Os mesmos grupos de fatores foram analisados. Abaixo, apresentamos um quadro com as três variáveis selecionadas pelo programa estatístico em ordem de relevância.

Quadro 5 – Variáveis independentes selecionadas pelo programa GOLDVARB, por ordem de significância estatística para o ato de comando codificado pelo infinitivo.

1. Faixa etária
2. Marcas de polidez
3. Força do comando

A seguir, faremos a descrição dos resultados para a variante em análise, iniciando pelos grupos de fatores selecionados estatisticamente.

6.4.1 Faixa etária

Assim como para a variante no imperativo, esse grupo de fator mostrou-se relevante estatisticamente também na análise do infinitivo como ato de comando. Nossa hipótese inicial era de que as faixas etárias menores condicionariam o uso das formas mais inovadoras, o que se confirmou conforme os resultados na tabela 16.

Tabela 16 – Influência do grupo de fatores *faixa etária* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
20 a 30 anos	17/95	17.9%	0.874
+ 50 anos	7/156	4.5%	0.573
35 a 45 anos	1/159	0.6%	0.191

O peso relativo de 0.874 atribuído a menor faixa etária (20-30 anos) revela uma grande influência deste fator no uso do infinitivo como ato de comando, favorecendo seu uso. A faixa etária intermediária (35-45 anos) inibe fortemente o uso dessa variante, ao apresentar peso relativo 0.191. Quanto à maior faixa etária (+ 50 anos), que acreditávamos também inibir as formas inovadoras, mostrou-se com peso relativo 0.573, muito perto do ponto neutro 0.5,

revelando um equilíbrio para essa faixa. Embora exista favorecimento de uso da forma inovadora pela faixa mais jovem, não é possível afirmar que há um processo de mudança linguística em tempo aparente⁹⁸, uma vez que a maior faixa etária também usa esta forma, e o imperativo, forma mais conservadora, ocorre em grande número nas três faixas etárias.

6.4.2 Marcas de polidez

Esse grupo de fator foi selecionado em segundo lugar quanto a sua relevância na aplicação da regra para a variante no infinitivo, bem como aconteceu com o imperativo. As marcas de polidez enfraquecem a força do comando. Tínhamos a hipótese de que a ausência dessas marcas favoreceria as formas consideradas mais brandas de comando, como infinitivo, por se tratarem de formas com menor poder manipulativo.

Tabela 17 – Influência do grupo de fatores *marcas de polidez* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Presença de polidez	15/114	13.2%	0.715
Ausência de polidez	10/296	3.4%	0.412

Contrariando nossa hipótese inicial, os resultados referentes a esse grupo apontam favorecimento da presença de polidez para o ato de comando no infinitivo (peso relativo 0.71). Resultado que corrobora a análise deste grupo para a variante no imperativo, já que também apresentou viés contrário a nossa hipótese. Segundo as rodadas estatísticas para essas variantes, é possível constatar que a presença de marcas de polidez condiciona as variantes inovadoras, enquanto que a ausência favorece o uso da variante conservadora, o imperativo. Podemos justificar esses resultados considerando-se o grau da força manipulativa das formas e do dispositivo aqui avaliado, a polidez. Como o imperativo é uma forma com alta força de manipulação, é usado primordialmente com o objetivo real de impor uma ordem, instaurar uma obrigação, não cabendo um dispositivo linguístico que enfraqueça o comando. Quanto às

⁹⁸ Para verificar se existe um processo de mudança linguística, pode-se fazer uma projeção ao analisar diferentes gerações de falantes, que refletem estágios distintos do desenvolvimento histórico da língua, a fim de analisar um determinado comportamento linguístico. Essa análise através das faixas etárias pode revelar um processo de mudança linguística, denominado de mudança em tempo aparente.

demais formas, são usadas para amenizar a ordem e ainda ocorrem com dispositivos ainda mais enfraquecedores do comando.

6.4.3 Força do comando

Este é o grupo de fator selecionado em terceiro lugar em ordem de relevância pelo programa estatístico. Foi um grupo que teve que passar por modificações para que pudesse gerar o peso relativo. Um dos fatores não apresentava ocorrência para a variante considerada aplicação da regra, desencadeando o que o programa GOLDVARB denomina de *KnockOut*. Diante disso, foi realizado o processo de amalgamação dos fatores *força 1* (F1) e *força 2* (F2), transformando-os em um só: *Força 1* (F1), já que os dois fatores apresentam marcas de asseveração do comando, ficando em oposição à *força 3* (F3), em que há ausência dessas marcas.

Tabela 18 – Influência do grupo de fatores *força do comando* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
F1	12/114	10.5%	0.666
F3	13/296	4.4%	0.434

Os dados confirmam a hipótese de que as marcas de asseveração do comando, que constituem a *força 1*, condicionam o uso das variantes de menor força manipulativa com o objetivo de intensificar a ordem dada (peso relativo 0.666). Quanto à ausência de marcas de asseveração, há uma leve inibição do uso do infinitivo.

Passemos agora para a análise das demais variáveis independentes que, embora não tenham sido selecionadas pelo programa, fazem-se importantes para o estudo da variante no infinitivo.

6.4.4 Menção explícita do manipulado⁹⁹

Este grupo de fator, ainda que não tenha apresentado significância para o GOLDVARB, mostra-se importante na análise do infinitivo como ato de comando, pois podemos, através da frequência, inferir justificativas para o uso dessa variante. Esse grupo teve que passar por transformações: o fator *pronome tu* não apresentou ocorrências, sendo, portanto, amalgamado da seguinte forma: *pronome tu e pronome você – pronome singular*. Vejamos as frequências na tabela 19 a seguir:

Tabela 19 – Influência do grupo de fatores *menção explícita do manipulado* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Pronome <i>singular</i>	6/40	15%
Vocativo	10/128	7.8%
Ausência de menção do manipulado	8/151	5.3%
Pronome no plural	1/91	1.1%

As frequências de uso da forma no infinitivo, em relação a esse grupo, não se apresentam reveladoras de fatores que favoreçam ou inibam o uso dessa variante, pois os percentuais acima se mostram com pouca diferença. Com as formas nominais, infinitivo e gerúndio, a tendência seria a elipse do sujeito. Talvez se tivéssemos mais ocorrências para essa forma, a ausência do pronome se tornasse favorecedora.

6.4.5 Marcas de futuridade¹⁰⁰

Esse grupo de fator também sofreu alterações para que pudesse ser analisado. Não foram encontrados dados para o fator *futuro - indeterminado* que corresponde ao futuro mais distante da fala marcado por expressões como *amanhã, semana que vem*. Realizamos a amalgamação desse fator com o fator *futuro mais determinado*, pois ambos indicam futuro determinado. Restaram, logo, dois fatores: *futuro determinado* (marcado por expressão que

⁹⁹ Dos quatro grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o último.

¹⁰⁰ Dos quatro grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o terceiro.

indique futuramente) e *futuro indeterminado*. Nossa hipótese, pautada nos resultados da pesquisa de Reis (2003), indicava o futuro determinado como fator de condicionamento das variantes com menor força manipulativa. Vejamos os resultados na tabela 20:

Tabela 20 – Influência do grupo de fatores *marcas de futuramente* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
<i>Futuro indeterminado</i>	22/347	6.3%
<i>Futuro determinado</i>	3/63	4.8%

Os resultados da frequência apontam para a pouca relevância desse grupo de fator em relação a um possível favorecimento ou inibição do uso do ato de comando no infinitivo, evidenciando que essa forma varia nos dois fatores instituídos, bem como acontece com o imperativo e com a perífrase, havendo um equilíbrio no uso das variantes segundo os fatores desse grupo.

6.4.6 Valores do comando¹⁰¹

A variável *valores do comando* evidenciou maior uso do comando instaurado com valor de obrigação, ou seja, na forma afirmativa. Da mesma forma deu-se na variante perifrástica. Como o valor de proibição constitui-se de um comando negativo, colocado por Givón (1993) como mais um dispositivo que enfraquece a força manipulativa, há uma maior tendência à instauração da obrigação no discurso autoritário do professor. No estudo da modalidade deôntica, Lopes (2009) também apresentou, em maior número, ocorrências com o valor de obrigação, justificando-se através do tipo de discurso analisado no trabalho, a fala de professores em sala de aula. A seguir, mostramos os resultados na tabela 21.

Tabela 21 – Influência do grupo de fatores *valores do comando* no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Obrigação	24/392	6.1%
Proibição	1/18	5.6%

¹⁰¹ Dos quatro grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o segundo.

6.4.7 Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida¹⁰²

A área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida é a segunda variável extralinguística. Essa variável busca analisar se a área de formação do professor influencia no uso de alguma forma de comando. Nossa expectativa, ao estabelecer este grupo, era de que os professores da área de Linguagens e Códigos inibiriam o uso das formas consideradas inovadoras. De acordo com os resultados, o infinitivo não é condicionado por nenhuma das áreas de ensino, apresentando uma diferença mínima de variação entre os fatores. O mesmo ocorreu para as variantes analisadas até então, o imperativo e a forma perifrástica *ir* + infinitivo.

Tabela 22 – Influência do grupo de fatores área em que o professor atua no uso do INFINITIVO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao gerúndio.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Ciências Humanas e suas Tecnologias	8/114	7%
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	10/169	5.9%
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	7/127	5.5%

6.5 Gerúndio

O gerúndio é apontado pelos gramáticos como codificador da função de comando, denominado de “substituto do imperativo” (CUNHA e CINTRA, 2001), apresentando-se como a forma mais inovadora das variantes que compõem nosso envelope de variação. Abaixo, temos um excerto que exemplifica o uso dessa forma:

(93) Ei gente... Gabriel **FAZENDO** a atividade... Luana por favor Wesley vamos começar a tarefa? Ssss... Victor começa a fazer tua tarefa Victor... vem cá Jéssica. (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

¹⁰² Dos quatro grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o primeiro.

Foram coletadas apenas 10 ocorrências para o gerúndio. Testamos as mesmas variáveis independentes para esta variante, com exceção da variável *valor do comando*, já que, para esta forma, não foram encontradas ocorrências para o *valor proibição*, o que era esperado por não se admitir em construções como “*não fazendo a atividade*”. O grupo de fatores *menção explícita do manipulado* sofreu alterações na tentativa de gerar o peso relativo. Quanto aos demais grupos, tanto a *marcas de futuridade*, quanto a *força do comando* apresentam as mesmas modificações da variante no infinitivo. Na análise desta variante como aplicação de regra, apenas uma variável foi selecionada pelo programa estatístico GOLDVARB, o grupo *marcas de polidez*. Desse modo, para a análise das demais variáveis independentes, utilizaremos apenas as frequências associadas a cada fator.

6.5.1 Marcas de polidez

O grupo de fator *marcas de polidez* mostrou-se bastante relevante estatisticamente para nossa pesquisa, sendo selecionado em três das quatro rodadas estatísticas realizadas. Quando estipulamos este grupo, consideramos o que foi estabelecido por Givón (1993) como dispositivo enfraquecedor da força manipulativa do comando. Assim, admitimos a hipótese de que a ausência dessas marcas ocorreria com a variante considerada menos forte quanto a sua força manipulativa, enquanto a presença das marcas de polidez condicionaria o imperativo, forma mais incisiva de comando. Vejamos os resultados:

Tabela 23 – Influência do grupo de fatores *marcas de polidez* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM	PESO RELATIVO
Presença de polidez	6/114	5.3%	0.733
Ausência de polidez	4/296	1.4%	0.404

Os resultados apontam para um viés contrário ao de nossa hipótese, assim como ocorreu quando da análise das outras variantes. Segundo os pesos relativos, a presença de polidez favorece o uso do gerúndio (peso relativo 0.733), enquanto que a ausência de polidez inibe o uso desse ato de comando, sugerindo que a presença dessas marcas coocorre com formas menos incisivas de comando.

A seguir, apresentamos a análise dos grupos de fatores não selecionados estatisticamente.

6.5.2 Menção explícita do manipulado¹⁰³

Como foi dito acima, esta variável apresentou *KnockOut*, o que fez que amalgamásemos mais uma vez fatores deste grupo. Não houve ocorrências para o *pronome no singular*, sendo o fator amalgamado com o *pronome no plural*, gerando o novo fator chamado *pronome*. Através da frequência, é possível inferir que o vocativo tem percentual mais alto, embora nenhum fator tenha apresentado percentual acima de 5%. Seria necessário um maior número de dados para que essas hipóteses fossem validadas.

Tabela 24 – Influência do grupo de fatores *menção explícita do manipulado* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Vocativo	5/128	3.9%
Ausência de menção do manipulado	4/151	2.6%
Pronome	1/131	0.8%

6.5.3 Marcas de futuridade¹⁰⁴

Segundo Lyons (1977), os atos de comando invocam o futuro, por isso considerá-los como *irrealis*, ou seja, atos possíveis de acontecer. O objetivo deste grupo é verificar se a presença de marcas de futuro, determinando essa futuridade, influencia alguma variante analisada neste trabalho. Esse grupo não foi selecionado pelo programa estatístico, contudo, a frequência de uso poderia sugerir alguma tendência, o que não foi o caso, uma vez que a diferença na porcentagem é mínima.

¹⁰³ Dos cinco grupos de fatores excluídos pelo GOLDFARB, esse foi o quarto.

¹⁰⁴ Dos cinco grupos de fatores excluídos pelo GOLDFARB, esse foi o primeiro.

Tabela 25 – Influência do grupo de fatores *marcas de futuridade* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Futuro determinado	1/63	2.6%
Futuro indeterminado	9/347	1.6%

6.5.4 Força do comando¹⁰⁵

Ao estabelecer esta variável, tínhamos a hipótese de que as marcas de asseveração que constituem a *Força 1* condicionariam as formas mais brandas de comando, como o gerúndio. O que percebemos, nas formas analisadas anteriormente, foi que a *força 1* (F1) é condicionadora do imperativo, contrariando nossa hipótese. Esse grupo de fator, embora não tenha sido relevante estatisticamente para o gerúndio, mostrou-se importante, pois é possível evidenciar que as marcas de asseveração são constantemente associadas aos comandos, independentemente do grau de força manipulativa que tenha a forma. Contudo, faz-se necessária a análise de um número maior de dados, para que essa nossa justificativa seja legitimada.

Tabela 26 – Influência do grupo de fatores *força do comando* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
F1	4/114	3.5%
F3	6/296	2%

6.5.5 Faixa etária¹⁰⁶

A faixa etária mostrou-se relevante estatisticamente no uso variável de duas das variantes do nosso envelope de variação, imperativo e infinitivo. Entretanto, o programa GOLDVARB não o selecionou como significativo para o gerúndio. Ainda assim, com os baixos valores percentuais, é possível corroborar nossa hipótese inicial de que a última faixa etária (+ 50 anos) inibiria as variantes consideradas inovadoras, como é o caso do gerúndio.

¹⁰⁵ Dos cinco grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o segundo.

¹⁰⁶ Dos cinco grupos de fatores excluídos pelo GOLDVARB, esse foi o terceiro.

Ainda que a diferença percentual seja pequena, a menor faixa etária faz maior uso desta forma.

Tabela 27 – Influência do grupo de fatores *faixa etária* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
20 a 30 anos	3/95	3.2%
35 a 45 anos	5/159	3.1%
+ 50 anos	2/156	1.3%

6.5.6 Área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida¹⁰⁷

A partir da frequência associada aos fatores dessa variável, é possível inferir que a área de Linguagens e Códigos foi a que menos apresentou dados para essa variante. Considerando que foi a área que mais proporcionou ocorrências para a função ato de comando, é possível inferir que houve um desfavorecimento desta variante. Deste modo, os resultados apontam para uma possível confirmação de nossa hipótese de que essa área tenderia ao uso das formas mais conservadoras. Entretanto, para uma confirmação convicta dessa hipótese, seriam necessários mais dados para uma investigação mais completa e acertada.

Tabela 28 – Influência do grupo de fatores *área em que atua o professor* no uso do GERÚNDIO em oposição à forma perifrástica, ao imperativo e ao infinitivo.

FATORES	APLICAÇÃO/TOTAL	PORCENTAGEM
Ciências Humanas e suas Tecnologias	4/114	3.5%
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	4/127	3.1%
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	2/169	1.2%

Após a descrição dos resultados estatísticos, convém correlacionar as informações empíricas aos postulados teóricos, o que faremos na próxima seção.

¹⁰⁷ Dos cinco grupos de fatores excluídos pelo GOLDBARB, esse foi o último.

6.6 Interpretando os resultados à luz dos pressupostos teóricos

Esta seção propõe retomar os pressupostos teóricos deste trabalho, objetivando uma melhor compreensão da variação do fenômeno em estudo, na tentativa de explicar os resultados da análise segundo as variáveis independentes, com que tivemos o intuito de verificar os ambientes linguísticos e extralinguísticos favoráveis ao uso das formas que codificam a função atos de comando.

Como foi exposto anteriormente, trabalhamos com quatro variantes para codificar a função do ato de comando, são elas:

a) Imperativo

(94) Princesa tu vai procurar um canto pra estudar como é que é? num sei... **FIQUE** num canto que você pode fazer alguma coisa aonde vai ser... (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

b) Perífrase ir + infinitivo

(95) ...abram os cadernos na nossa última aula por favor... **VAMOS PASSAR** a limpo o que estava no caderno... (Inf. 9 / 25-35 / Humanas)

c) Infinitivo

(96) ...por favor **FAZER** atividade as questões do ENEM... **TERMINAR** que eu quero dar o visto hoje corrigir a atividade e dá o visto... (Inf. 7 / 20-30 / Humanas)

d) Gerúndio

(97) **TRABALHANDO**... vamos criar um desenho agora... vamos ver quem consegue pegar o conceito escrito observa... nós nos conhecemos? (Inf. 9 / 35-45 / Humanas)

Como vimos no capítulo 3, a Sociolinguística Variacionista entende que a língua está em constante variação, é heterogênea e social, estando sujeita a transformações no tempo. Interessa aos estudos labovianos não só os aspectos linguísticos da língua, mas também os

aspectos sociais que condicionam essa variação. “O foco do estudo da língua está no contexto social, pois não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008, p. 21). Portanto a Sociolinguística Variacionista concebe a língua como fator social, buscando estudá-la e descrevê-la através de fatores externos e internos. Visando, pois, atender esse importante aspecto da Sociolinguística, analisamos dois fatores extralinguísticos (*faixa etária* e *área em que a disciplina ministrada pelo professor está inserida*), como vimos nas seções anteriores. Dentre esses fatores, a faixa etária mostrou-se significativa, favorecendo o uso das variantes imperativo e infinitivo.

Entendendo que nem toda variação implica uma mudança, mas que toda mudança pressupõe uma variação (TARALLO, 2005), buscamos analisar se o fenômeno em estudo constitui-se de uma variação estável¹⁰⁸ ou de uma mudança em tempo aparente¹⁰⁹, para isso o condicionador social *faixa etária* é revelador. Segundo nossa pesquisa, a faixa etária de 20-30 anos desfavoreceu o uso do ato de comando codificado pelo imperativo, enquanto que para o ato de comando no infinitivo, a mesma faixa etária influenciou favoravelmente seu uso. Esse fator pode sugerir uma mudança em tempo aparente. A faixa etária mais jovem condiciona o uso de uma forma inovadora, ao passo que desfavorece a forma mais conservadora, o imperativo. É sabido que a faixa etária mais jovem passará para as seguintes faixas etárias e que, conseqüentemente, as faixas etárias que virão podem não usar as formas conservadoras. Se não existirem falantes para aquela forma, ela desaparecerá. Deste modo, conclui-se o processo de mudança linguística, com a “morte” ou especialização de uma das variantes.

Segundo Labov (2008, p. 152), o processo de mudança apresenta três estágios: *origem*, a forma em mudança, inicialmente, constitui-se de uma das formas faladas por um número pequeno de falantes, é considerada como forma inovadora; *propagação*, o número de falantes da forma inovadora é muito grande, coocorrendo esta com as formas mais antigas; e *término*, a forma alcança regularidade, derrotando as formas concorrentes. De acordo com esses estágios sugeridos por Labov, podemos dizer que a forma perifrástica está no segundo

¹⁰⁸ Variação estável refere-se à coocorrência das formas, em um mesmo contexto, sem grandes diferenças percentuais. (TARALLO, 2005)

¹⁰⁹ Variação em tempo aparente é a possibilidade de se fazer inferências sobre o desenvolvimento diacrônico da língua. Faz-se um recorte sincrônico e analisam-se diversas faixas etárias. Caso uma faixa etária mais jovem utilize com maior frequência uma determinada forma, e se esta também é usada pela faixa etária mais velha numa menor proporção, há uma indicação de mudança em tempo aparente (TARALLO, 2005).

estágio, de propagação, enquanto que as formas no infinitivo e gerúndio encontram-se no primeiro estágio, de início.

Ainda que a faixa etária tenha sido tão significativa para nossa análise, não é possível afirmar categoricamente que a variável ato de comando está em processo de mudança em tempo aparente, e que, portanto, uma forma desapareceria. Seria necessária uma maior pesquisa para que essa hipótese fosse confirmada, uma vez que o estudo dos atos de comando, nas gramáticas do português brasileiro, revela que, nas décadas de 1970 e de 1980, o infinitivo, a perífrase e o gerúndio eram usados como formas codificadoras da função em estudo, não se constituindo, então, de formas tão inovadoras assim. Além disso, a faixa etária mais jovem também usa o imperativo, assim como a última utiliza as demais formas, o que pode demonstrar apenas um caso de variação estável.

Além dos grupos de fatores sociais, Labov (2008) ressalta a importância do estudo dos grupos linguísticos na sistematização da variação. Suas pesquisas iniciaram-se com a análise de fenômenos fonológicos, mas também se enveredou pela análise de variáveis sintáticas, como é o caso das construções passiva e ativa (WEINER e LABOV, 1977). Como sugere Silva (2007, p. 71), a variação fonológica tem relação mais evidente com os fatores externos à língua, mas “o nosso maior cuidado deva ser o de distinguir, para um fenômeno não fonológico, o peso das influências provenientes dos níveis sintático, semântico e discursivo-pragmático, antes de atribuí-las a possíveis diferenças sociais”. A partir de nosso estudo, podemos comprovar a influência das variáveis linguísticas independentes na sistematização da variação. Desse modo, tivemos como relevantes estatisticamente os seguintes grupos de fatores linguísticos: *menção explícita do manipulado*, *marcas de polidez* e *força do comando*. O grupo de fator *menção explícita do manipulado* foi significativo para o imperativo e para a perífrase, revelando a menção do manipulado condicionadora dessas formas. O fator *vocativo* favoreceu o uso do imperativo, enquanto que o *pronome no plural* condicionou o aparecimento da perífrase. Já o grupo *marcas de polidez* mostrou-se relevante para as formas no imperativo, infinitivo e gerúndio. Quanto ao imperativo, a *ausência de polidez* apresentou-se como favorecedora de seu uso, ao passo que, a *presença de polidez* mostrou-se condicionadora do uso das formas menos incisivas de comando. Em relação à *força do comando*, o grupo foi significativo para o imperativo e o infinitivo. Em ambas as

formas, a presença de marcas de asseveração, que caracteriza o fator *força 1* (mais forte), condiciona seus usos.

Voltamo-nos, agora, para a análise funcionalista, que estuda os fenômenos da língua em situações comunicativas, ou seja, no contexto interacional em que são produzidos. É segundo este enfoque que Givón nos propõe os princípios de marcação e iconicidade. Estes princípios são de grande relevância para tentar explicar os resultados do uso variável dos atos de comando no português oral culto de Fortaleza. A fim de aplicá-los a nossa pesquisa, inicialmente, retomemos os três subprincípios da marcação postulados por Givón (1990):

Complexidade estrutural: a estrutura mais marcada tende a ser mais complexa (maior) que a estrutura não-marcada;

Distribuição de frequência: a estrutura mais marcada tende a ser menos frequente que a não-marcada;

Complexidade cognitiva: a estrutura mais marcada tende a ser cognitivamente mais complexa que a estrutura não-marcada.

Em relação à *complexidade estrutural*, nossos resultados não se aplicam ao princípio givoniano, pois a perífrase *ir* + infinitivo seria a forma mais complexa, já que apresenta dois verbos para compor sua estrutura, enquanto as demais variantes são compostas apenas por um verbo, o que as caracterizaria como estruturas menos marcadas. É necessário fazer uma ressalva para a forma no infinitivo, uma vez que consideramos duas formas para essa variante (infinitivo e *é para (pra)* + infinitivo). Nesse caso, o *é para* + infinitivo mostra-se como forma mais complexa, já que é uma estrutura maior e aparece em menor número de ocorrências, se comparada ao infinitivo simples.

No que se refere à *distribuição de frequência*, consideramos que seja o subprincípio que melhor se aplica à análise de nossas formas em relação à marcação. O uso do gerúndio como ato de comando foi bastante restrito entre os informantes. Segundo os pressupostos funcionalistas, esta é a forma menos frequente em relação às outras, com 10 ocorrências, portanto a mais marcada, assim como o infinitivo (25 ocorrências) é mais complexo que a perífrase (113 ocorrências) que é mais complexa que o imperativo (262 ocorrências). Assim, o maior uso da forma no imperativo justifica-se por ser a estrutura

menos marcada, ou seja, menos complexa entre as variantes. Portanto, as variantes menos frequentes também são as mais complexas cognitivamente, logo, também caracterizadas como mais marcadas.

Veamos como fica a distribuição das formas em uma escala de complexidade, segundo o subprincípio em análise:

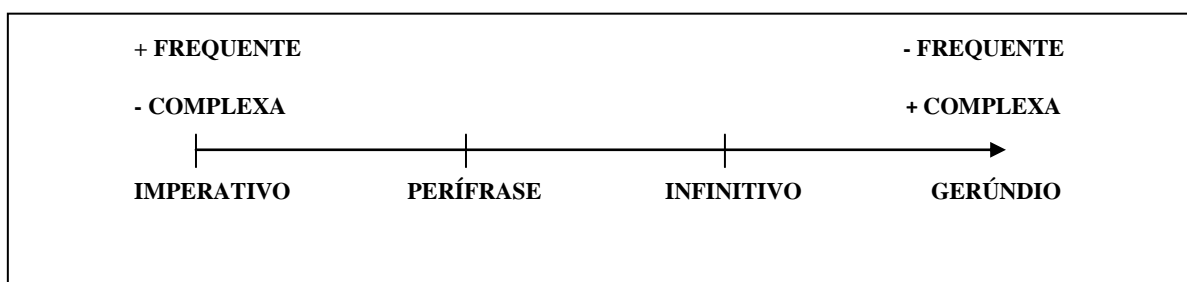


Figura 02: Marcação, segundo os subprincípios distribuição de frequência, complexidade e cognição.

Agora, passemos a exposição do princípio de iconicidade de Givón (1990), que também nos ajudará a identificar as motivações para o uso de nossas variantes. São três os subprincípios:

Princípio da quantidade: quanto maior a quantidade de informação, maior a quantidade da estrutura para a codificação, ou seja, a informação mais importante receberá uma quantidade maior para a codificação;

Princípio da proximidade: os conceitos mais próximos cognitivamente serão mais integrados na codificação linguística, isto é, o que está mentalmente junto, coloca-se sintaticamente junto;

Princípio da ordem sequencial: a informação mais importante e mais imprevisível cognitivamente demanda mais atenção, ou seja, tende a ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática.

Segundo Macedo (2007, p. 62), na interação comunicativa, “o falante pode alterar o seu estilo dependendo de com quem se fala”, o que pode ser percebido nos atos de fala, no uso da polidez. Nesse caso, a polidez é caracterizada pelo aumento da extensão do ato de fala,

como forma de atenuar aquele pedido, oferecimento, cumprimento¹¹⁰. Com relação a isso, podemos aplicar o subprincípio da quantidade ao uso de nossas variantes. É necessário considerar, novamente, a composição da estrutura das formas em análise. Conforme Givón¹¹¹ (1993), o imperativo é a forma prototípica de comando, apresentando maior força manipulativa, ao passo que as demais variantes apresentam-se com menor força, ou seja, são usadas para enfraquecer sua força manipulativa. Estas formas apresentam uma maior composição estrutural, imprimindo um efeito menor de mando: são as formas perifrásticas, *é pra* + infinitivo e o gerúndio. Quanto maior a estrutura, mais atenuado o comando. Retomemos o exemplo (41):

(41) (...) *fala mais alto pra todo mundo ouvir*. (Inf. 10/ 35-45/ Humanas)

(41a) ... *vamos falar* mais alto pra todo mundo ouvir.

(41b) ... (*é para*) *falar* mais alto pra todo mundo ouvir.

(41c) ... *falando* mais alto pra todo mundo ouvir.

Podemos aplicar o subprincípio de quantidade também ao grupo de fator *força do comando*, considerado significativo nas rodadas estatísticas para o ato de comando no imperativo e no infinitivo. Segundo esse grupo, os fatores que indicaram presença de marcas de asseveração condicionaram o uso dessas formas. Portanto, quanto maior a quantidade de informação (mais marcas de asseveração), maior a força manipulativa do comando. No que se refere ao grupo *marcas de polidez*, esse subprincípio também pode ser aplicado, pois a presença de marcas de polidez condiciona o infinitivo e o gerúndio, formas menos incisivas de comando, contribuindo para a atenuação.

Quanto ao subprincípio da proximidade, o que podemos tecer, em análise de nossas variantes, é sobre o uso da perífrase *ir* + infinitivo e da estrutura *é pra* + infinitivo, já que as demais formas constituem-se apenas de um verbo. Embora saibamos que se tratam de formas com menor força manipulativa, o uso da perífrase e do *é pra* + infinitivo pouco ocorre

¹¹⁰ Exemplos: “*Bota baunilha aqui pra mim?* (mulher para amiga na cozinha); *Você pode passar meu lápis, por favor?* (aluno para pessoa desconhecida na biblioteca)” (MACEDO, 2007).

¹¹¹ No capítulo 4, abordamos a teoria dos atos de fala não-declarativos de Givón (1993) que aponta o imperativo como a forma com maior força manipulativa.

com material linguístico interveniente, quando isso acontece é, geralmente, a menção do manipulado, como no exemplo:

(98) **É PRA VOCÊ RESOLVER** e saber qual o item correto é pra marcar o item... então olha só ele pediu o z1 menos o conjugado de z2 o que que você vai fazer? (Inf. 13 / 20-30 / Exatas)

Em todo caso, o mais comum é que não haja essa intervenção de material linguístico na composição das formas como em (99) e (100):

(99) Vamos lá... vamos lá pessoal vamo acelerando o negocio aí que **É PRA TERMINAR** até o final da aula... ó... vamos ler as questões certo? (Inf. 8 / 20-30 / Humanas)

(100) Ei, **VAMO FAZER** silêncio aê por favor olha **VAMOS FAZER** silêncio que vocês estão sendo observados (Inf. 8 / 20-30 / Humanas)

Com relação ao último subprincípio de iconicidade, da ordem sequencial, pode-se afirmar que os atos de comando tendem a vir no início da sentença, muitas vezes, antes mesmo da menção do manipulado, conforme (101). O comando é a informação mais importante na sentença, o locutor dá ênfase a isso, pois quer que seu destinatário execute aquilo que está solicitando. Isso acontece com todas as formas, como exemplificam (102), (103) e (104).

(101) **FALA** Paula... faz uma pergunta pra ela Yorrane... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(102) **VAMOS OUVIR** o Lucas... quem estiver atrapalhando o Lucas vai passar a palavra pra essa pessoa... (Inf. 10 / 35-45 / Humanas)

(103) **TRABALHANDO**... vamos criar um desenho agora... vamos ver quem consegue... (Inf. 9 / 35-45 / Humanas)

(104) **TERMINAR** que eu quero dar o visto hoje corrigir a atividade e dá o visto (Inf. 7 / 20-30 / Humanas)

Síntese conclusiva

Neste capítulo, apresentamos a análise estatística dos 410 dados de nossa pesquisa, realizada através do pacote computacional GOLDVARB. Os resultados revelaram que o uso dos atos de comando proferidos por professores de Fortaleza é condicionado por fatores linguísticos, tais como a menção explícita do manipulado, as marcas de polidez e a força do comando, e extralinguísticos, a faixa etária.

Além da análise estatística, relacionamos as teorias de base deste trabalho aos resultados: tecemos considerações sobre variação, mudança e condicionamentos linguísticos e extralinguísticos, premissas da Sociolinguística Variacionista, e aplicamos os princípios funcionalistas de iconicidade e marcação às formas sob análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, buscamos investigar como se configura a variação das formas que codificam a função dos atos de comando na fala dos professores de Fortaleza, no que concerne à utilização do imperativo, da perífrase *ir* + infinitivo, do infinitivo e do gerúndio. Em nosso estudo, identificamos a interação de fatores linguísticos e extralinguísticos, condicionando o uso sistemático desses atos de comando, embasando-nos na Sociolinguística Variacionista e no Funcionalismo Linguístico.

Foram coletados 410 dados, extraídos de gravações de aulas de 18 informantes, professores de Escolas da Rede Pública Estadual e Municipal de Fortaleza. Esses dados foram submetidos a uma análise quantitativa através do programa GOLDVARB. De acordo com os resultados dessa análise, o imperativo ocorreu em 262 ocorrências (ou seja, 63.9% dos dados), a perífrase em 113 dados (correspondendo a 27.6%), o infinitivo apresentou-se em 25 dados (isto é, 6.1%) e o gerúndio em 10 ocorrências (2.4% dos dados).

Na análise do imperativo em oposição às demais formas, as variáveis independentes selecionadas pelo programa estatístico como significantes são: a) *menção explícita do manipulado*, que apresentou o vocativo como forte condicionador do imperativo, contrariando nossa hipótese de que a menção do manipulado não favoreceria seu uso; b) *marcas de polidez*, a ausência dessas marcas mostrou-se condicionadora do uso dessa forma, novamente contrariando nossa hipótese de que o imperativo coocorreria com expressões de polidez; c) marcas de asseveração, que caracterizam o grupo *força do comando*, também condicionam o aparecimento do imperativo; d) por fim, a *faixa etária* que se revelou estatisticamente importante para essa forma, apontando a faixa etária + 50 anos como leve favorecedora de seu uso e a faixa etária 20 a 30 anos como forte inibidora do imperativo.

A perífrase *ir* + infinitivo, segunda variante em termos de número de ocorrências, é condicionada estatisticamente apenas pelo grupo de fator *menção explícita do manipulado*.

O fator pronome no plural mostrou-se favorecedor da perífrase, bem como o vocativo apresentou-se como forte inibidor da forma.

Para a variante no infinitivo, o GOLDVARB selecionou as seguintes variáveis: a) a *faixa etária*, que evidenciou o fator 20 a 30 anos como forte favorecedor do infinitivo, confirmando nossa hipótese de que as menores faixas etárias condicionariam o uso de formas inovadoras de atos de comando; b) *marcas de polidez*, em que o infinitivo é favorecido pela presença dessas marcas, indo por um viés contrário ao que estabelecemos como hipótese, de que as formas com menor força manipulativa não se utilizariam dessas expressões, por se tratarem de comandos menos incisivos; c) por fim, o grupo *força do comando* também foi selecionado, mostrando que a *força I* (presença de marcas de asseveração do comando) condiciona o uso do infinitivo, confirmando nossa hipótese de que, nas formas com menor força manipulativa, as marcas de asseveração agiriam com o intuito de dar ênfase ao comando.

A forma no gerúndio, considerada forma mais inovadora dentre as variantes, teve baixa frequência se comparada às demais, sendo favorecida apenas por um grupo de fator, *marcas de polidez*. Nesse grupo, a presença de polidez mostrou-se novamente condicionadora de formas mais amenas de comando.

Com nossa pesquisa, foi possível constatar que, sob o aparato da Sociolinguística, o imperativo é bastante analisado em seus contextos indicativo e subjuntivo, mas faltam análises que verifiquem o que propomos em nosso trabalho, uma investigação das formas que ocorrem como alternativas para expressar o mesmo significado interpessoal, aqui o ato de comando. Portanto, nosso estudo não esgota as possibilidades de análise dos atos de comando no português, outras formas que codifiquem essa função devem ser buscadas, assim como outros fatores linguísticos e extralinguísticos em distintos *corpora*. Um estudo diacrônico também se faz pertinente no intuito de verificar se essas formas, que hoje coocorrem com o imperativo, eram usadas em outros contextos sociais. Esperamos que nosso trabalho venha contribuir para a análise e descrição do português e para o avanço dos estudos sociolinguísticos no país.

REFERÊNCIAS

ALI, M. S. **Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1964.

ALKMIM, T. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C (Orgs.). **Introdução à Linguística – domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, N. M. de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1983.

AUSTIN, J. L. **How to do Things with words**. New York: Oxford University Press, 1965.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BYBEE, J.; PERKINS, R., PAGLIUCA, W. Mood and modality. In: **The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Princípios de Linguística Geral**. Rio de Janeiro: Padrão, 1980.

CARDOSO, D. B. B. **Variação no uso do modo imperativo: Análise de dados em textos de José J. Veiga**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

COAN, M. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

COMRIE, B. *Apect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. Apud: _____. **As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

COSTA, S. B. B. **O Aspecto em português**. São Paulo: Contexto, 1990.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUARTE, P. M. T.; LIMA, M. C. **Classes e categorias em português**. Fortaleza: Editora UFC, 2003.

FARACO, C. A. **The Imperative Sentences in Portuguese: a semantic and historical discussion**. Phd dissertation, University of Stanford. UK, 1982.

_____. Considerações sobre a sentença imperativa no português do Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 2, n 1, 1986.

FIGUEROA, E. **Sociolinguistic Metatheory**. Language & Communication Library, Vol. 14. Oxford: Pergamon, 1996.

GIVÓN, T. Tense-Aspect-Modality. In: _____. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1984. p. 269-320.

_____. **Markedness in Grammar: Distributional, Communicative and Cognitive Correlates of Syntactic Structure**. Oregon: University of Oregon, 1990b.

_____. **Functionalism and Grammar: a prospectus**. Oregon: University of Oregon, 1991.

_____. Non-declaratives speech acts. In: _____. **English and Grammar: a Functional Based Introduction**. Vol. 2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1993. p. 239-283.

_____. Markedness as meta-iconicity. In: _____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 54-59.

_____. Modal Prototypes of Truth and Action. In: _____. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 112-170.

GOLDVARB 2001. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.htm>
Acesso em 09 de novembro de 2009.

GUY, G. R. Introdução à análise quantitativa da variação linguística. In: GUY, Gregory R. & ZILLES, A. **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. Parábola Editorial, 2007.

JESUS, É. T. de. **O Nordeste na mídia e os estereótipos linguísticos: estudo do imperativo na novela *Senhora do Destino***. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Brasília: UnB, 2006.

LABOV, W. Where does the Linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Sociolinguistic Working Paper**, 44. Texas, 1978.

_____. Some Sociolinguistic Principles. In: PAULSTON, C. B. & TUCCKER, G.R. (orgs). **Sociolinguistic. The essential Readings**. Blackwell Publishing, 2003.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAVANDERA, B. Where does the sociolinguistic variable stop? In: **Language Society**, no 7. Printed in Great Britain, 1978. p.171-182.

LEFEBVRE, C. As noções de estilo. In: BAGNO, Marcos. **Norma Linguística**. São Paulo: Loyola, 2001.

LOPES, M. F. V. **A modalidade deôntica na aula de inglês ministrada em português.** Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

LUFT, C. P. **Gramática Resumida.** Porto Alegre: Editora Globo, 1976.

LYONS, J. **Semantics.** Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MACEDO, Alzira Verthein Tavares de. Linguagem e Texto. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINET, A. **Elementos de Linguística General.** Madrid: Editorial Gredos, S. A., 1968.

MENDONÇA, J. M. A. de. **A expressão de obrigação em Fortaleza/Ce: ter, dever e precisar em variação.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

MENEZES, L. C. de. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos.** Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MOLLICA, M. C. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2007.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.). **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação.** São Paulo: Contexto, 2007. p. 15-25.

NEVES, M. H. de M. (Org.). **Descrição do português: definindo rumos de pesquisa.** São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

_____. **A Gramática Funcional.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. **Texto e Gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional theories of grammar. **Annual Review Anthropology**. California: University of California, 1984. p. 97-117.

NOGUEIRA, M. T. Considerações sobre o funcionalismo linguístico principais vertentes. In: CUNHA, Maria Angélica Furtado da. (Org.). **Linguística funcional** - a interface linguagem e ensino. Natal: EDUFRN, 2006, v. 1, p. 23-40.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. London: Cambridge University Press, 1986.

PAREDES DA SILVA, V. L. A abordagem laboviana. Mesa redonda. Os estudos de variação no Brasil: situação atual. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPOLL**. Goiânia, 1993.

PEREIRA, E. C. **Gramática Histórica**. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1924.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

PESSOA, N. P. **A modalidade deôntica e persuasão no discurso publicitário**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em Linguística. In: MUSSALIN, Fernanda.; BENTES, Anna C. (orgs) **Introdução à Linguística – Fundamentos Epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 165-218.

REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. New York: Macmillan Company, 1947.

REIS, M. S. 2003. **Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo: a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista**. Tese (Doutorado em Linguística) - Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ROST, C. A. **OLHA E VEJA: multifuncionalidade e variação**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de Antônio Cheline, José Paulo Paes & Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2002.

SCHERRE, M. M. P. *et al.* Phonic parallelism: evidence from the imperative form in Brazilian Portuguese. **Papers insociolinguistics**. Newave-26. Éditions Nota bene: Quebec, Canada, 1998.

_____. Restrições sintáticas e fonológicas na expressão variável do imperativo no português do Brasil. **ABRALIN**, Florianópolis, 2000.

_____. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança Linguística na escrita de revistas em quadrinhos. **Actas do XX encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa: APL, p. 699-771, 2004.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação Linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, 2005.

SEARLE, J. **Speech Acts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

SILVA, V. L. P. da. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) **Introdução a Sociolinguística: o tratamento da variação**. São Paulo: Contexto, 2007.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

TARALLO, F. **Tempos Linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

TORRES, F. F. **O gerúndio na expressão de tempo futuro: um estudo sociofuncionalista**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

WEINER, J.; LABOV, W. Constraints on the agentless passive. **Journal of Linguistic**. Great Britain, 1977. P. 29-58.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola editorial, 2006 [1968].